

# Sumário

Número de notícias: 59 | Número de veículos: 45

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bancos abrem pela última vez no ano dia 28 de dezembro ..... 5

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - A SEU SERVIÇO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal volta a aceitar cartão de crédito ..... 6

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - POLÍCIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Falso fiscal da Receita deu golpe em viúva ..... 7

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Acusado de dar golpe em idosa é preso ..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Lira cobra verba de emenda para manter PAC ..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeção indica nova queda da arrecadação federal em novembro ..... 11

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Convocação de 1.800 servidores para o INSS ..... 12

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Decisão do STF sobre a revisão da vida toda vai ficar para 2024 ..... 13

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLITICA/ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Preço do combustível deve aumentar no início de 2024 ..... 14

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLITICA/ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Termina hoje prazo para pagar a 2ª parcela do 13º ..... 15

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Segunda parcela do 13º é paga nesta quarta (20) com desconto; veja como é o cálculo e quem  
recebe (inss) ..... 16

AQUI - DF - GERAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Futuro em debate no Correio ..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em busca do Brasil promissor ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma é esforço coletivo ..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**É preciso qualificar o gasto** ..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

**O lugar do Brasil no mundo** ..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CAPA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Oportunidades e riscos para o Brasil em 2024** ..... 24

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**De volta ao top 10** ..... 25

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Brasil deve ser 9ª economia global** ..... 27

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Brasil salta duas casas e vira a nona economia do mundo** ..... 28

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - NACIONAL/MUNDO  
ECONOMIA

**Brasil salta duas posições e se torna a nona economia do mundo em 2023** ..... 30

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Congresso promulga o texto da reforma tributária nesta quarta-feira (20)** ..... 31

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Após votação histórica, Congresso promulga hoje a Reforma Tributária. Veja o que muda nos impostos** ..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Reforma tributária pode impactar dinâmica sucessória (Artigo)** ..... 35

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**REFORMA TRIBUTÁRIA: 71 PONTOS PRECISAM SER REGULAMENTADOS** ..... 36

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Agência S&P aumenta a nota de crédito do Brasil** ..... 37

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**S&P eleva nota da dívida do Brasil pela primeira vez em 12 anos** ..... 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**S&P vê sinais divergentes do governo Lula sobre novo arcabouço fiscal** ..... 40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**S&P eleva "rating" do Brasil** ..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com reformas, S&P eleva nota do Brasil .....	43
VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA REFORMA TRIBUTÁRIA	
S&P eleva rating do Brasil após reforma tributária e contribui para queda do dólar .....	45
O ESTADO - FORTALEZA - CE - INTERNACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
País como o Brasil tem que ter grau de investimento, diz Haddad .....	46
VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Alteração na Câmara permite cobrar imposto sobre imposto .....	47
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Mudança na reforma permite incidência de tributo sobre tributo .....	48
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Juro e mercado de trabalho afetam consumo das famílias no Monitor do PIB .....	50
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
OCDE mostra os pontos frágeis da economia brasileira (Editorial) .....	51
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Lula critica OCDE e diz que vai chamar para um café .....	53
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Regulamentar uso de inteligência artificial será prioridade do Legislativo .....	54
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Déficit zero e prazo para pagar emendas .....	55
A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Congresso conclui votação da LDO de 2024 com meta de déficit zero .....	56
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Sem ICMS, mobilização é por derrubada de decretos .....	57
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governador decide não aumentar mais imposto .....	59
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES SERVIDOR PÚBLICO	
"DF passou muito tempo sem ter investimentos" .....	61
GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
BOLSA SOBE 0,6% E RENOVA PONTUAÇÃO RECORDEARQUIVO GA .....	64
VALOR ONLINE - EU E REFORMA TRIBUTÁRIA	
Retrospectiva 2023: Economia teve desempenho moderado em 2023, mas melhor do que previsões .....	65

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Congresso aprova LDO com prazo para governo pagar as emendas.....	70
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Adiada votação da MP das subvenções.....	72
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS LDO prevê mínimo de R\$ 1.412 em 2024.....	73
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Ibram faz balanço positivo da participação na COP28.....	75
O GLOBO - RJ - POLÍTICA ECONOMIA Copom corta Taxa Selic, e Fed faz "pivot".....	77
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA Ata do Copom reforça corte de juros em 0,5 ponto percentual adiante.....	78
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Prévia do IGP-M tem aceleração.....	79
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA BC vê inflação dentro do esperado e segue com distensão gradual.....	80
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA Copom mostra conforto com ritmo de corte de 0,5ponto.....	81
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA ECONOMIA Ata do Copom enfatiza o cumprimento da meta fiscal.....	83
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA "Banco Central tem tido postura cautelosa, que não deve mudar com novos diretores" .....	84
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA Bancos irão se deparar com fontes de financiamento "mais voláteis".....	86
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA "Temos visto melhora consistente da inflação".....	88
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA ECONOMIA PIB tem ligeira elevação após duas retrações.....	90

# Bancos abrem pela última vez no ano dia 28 de dezembro

Os bancos não funcionarão nos dias 25 (Natal) e 31 de dezembro (Réveillon), anunciou a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). O último dia útil do ano para atendimento presencial ao público, com expediente normal para a realização de todas as operações bancárias solicitadas pelos clientes, será no dia 28/12 (quinta-feira). No dia 29/12 (sexta-feira), não há expediente bancário e as instituições financeiras não abrem para atendimento presencial ao público.

Segundo a entidade, não são considerados dias úteis para fins de operação bancária sábados, domingos e feriados de âmbito nacional. Por isso, as agências bancárias não funcionam em feriados oficiais, sejam eles municipais, estaduais ou federais.

O retorno do funcionamento ocorre nos dias 26/12 e 02/01 (terça-feira), para atendimento presencial ao público nas localidades onde não há feriado municipal.

"Nos feriados e fins de semana, a população pode utilizar os meios eletrônicos de atendimento bancário, como mobile e internet banking, caixas eletrônicos, banco por telefone e correspondentes para fazer transações financeiras", disse a Febraban por meio de nota.

"Carnês e contas de consumo (como água, energia, telefone, etc.) vencidos no feriado poderão ser pagos sem acréscimo no dia útil seguinte. Normalmente, os **tributos** já estão com as datas ajustadas ao calendário de feriados, sejam federais, estaduais ou municipais. Os clientes também podem agendar os pagamentos das contas de consumo ou pagá-las (as que têm código de barras) nos próprios caixas automáticos. Já os boletos bancários de clientes cadastrados como sacados eletrônicos poderão ser agendados ou pagos por meio do DDA (Débito Direto Autorizado)", completou a entidade.

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/20-12-2023-edicao24728/>

# Receita Federal volta a aceitar cartão de crédito

**PATRICK FUENTES FOLHAPRESS**

A **Receita Federal** retomou os testes que permitem o pagamento de **impostos** com cartão de crédito. O projeto-piloto aceita pagamento de débitos de até R\$ 15 mil e permite o parcelamento em até 12 vezes com juros.

O pagamento com cartão de crédito foi iniciado em fevereiro e suspenso para a realização de ajustes no sistema da Receita. O serviço é implementado em parceria com o Banco do Brasil e está disponível de 0h às 22h.

Nessa fase do serviço são aceitos pagamentos para os Darfs (Documentos de Arrecadação de Receitas Federais) emitidos pela **Receita Federal** e também: Darf do Regularize; Sicalc Web; Parcelamentos ordinários e simplificados da **Receita Federal**; Regularize para débitos inscritos em Dívida Ativa da União; PGDAS-D ou o DASN-Si-mei para multas por atraso das declarações do Simples Nacional.

Poderão ser pagos débitos com cartões das bandeiras Visa, MasterCard, Elo e Amex de qualquer instituição. O contribuinte pode acompanhar o pagamento e a emissão do comprovante por email e pelo e-CAC (Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte).

Até a interrupção do serviço, o Fisco registrou 4.667 pagamentos usando cartão de crédito. A modalidade será implementada para demais situações ao longo de 2024, segundo a **Receita Federal**.

**Site:** <https://www.diarioonline.com.br/digital>

# Falso fiscal da Receita deu golpe em viúva

Policiais da 13ª DP (Ipanema) prenderam ontem um homem que se passava por funcionário da **Receita Federal** para enganar idosos em Copacabana, na Zona Sul do Rio. Ele foi localizado na casa da namorada, no bairro de Oswaldo Cruz, na Zona Norte do Rio.

De acordo com agentes, no dia 31 de outubro, o golpista foi à casa de uma vítima, de 87 anos, e se identificou como funcionário da **Receita Federal**. Na ocasião, afirmou que o marido dela, já falecido, tinha um débito fiscal.

**ABATIMENTO DE "DÍVIDA"** O falso fiscal perguntou à viúva se, no imóvel, havia joias, dinheiro e cartões bancários que pudessem ser usados no abatimento imediato da "dívida". Assustada, a idosa teria respondido que sim.

Há a suspeita de que o golpista ainda tenha dopado a vítima, que teve diversos pertences roubados. Investigadores do caso calculam que ela sofreu um prejuízo de mais de R\$ 100 mil.

O falso fiscal da Receita era alvo de um mandado de prisão preventiva por furto mediante fraude. E, segundo a Polícia Civil, ele já tinha anotações criminais por roubo e passou 11 anos no sistema penitenciário.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Acusado de dar golpe em idosa é preso

Um homem de 37 anos foi preso, ontem, por se passar por um agente da **Receita Federal** e aplicar um golpe em uma idosa de 87 anos, em Copacabana. Contra ele havia um mandado de prisão preventiva por crime de furto mediante fraude.

A prisão foi realizada por equipes da 13ª DP (Ipanema), após trabalho de levantamento de dados de inteligência. O acusado foi localizado e capturado no bairro Oswaldo Cruz, na Zona Norte. Ele estava na casa da namorada e foi conduzido para a distrital.

Na tarde do dia 31 de outubro, o falso agente da **Receita Federal** foi à casa da idosa. Após informar que seu falecido marido tinha um débito fiscal com órgão do governo, perguntou sobre a existência de joias, dinheiro e cartões que poderiam ser fornecidos para a quitação da suposta dívida.

Na ocasião, ele dopou a vítima e aproveitou para subtrair seus pertences, causando prejuízo estimado de mais de R\$ 100 mil, segundo as investigações.

O acusado possui anotações criminais, com 11 registros de ocorrência em que é apontado como autor do crime de roubo. Ele permaneceu preso por 11 anos no sistema penitenciário em razão de crimes cometidos.

Ele foi encaminhado ao sistema penitenciário e permanecerá à disposição do Poder Judiciário.

Homem é acusado de causar um prejuízo de mais de R\$ 100 mil em idosa

**Site:** <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/11882/20-12-2023.html>



# Lira cobra verba de emenda para manter PAC

## MARIANA CARNEIRO GIORDANNA NEVES

Os deputados esperam que o Ministério da Fazenda aponte qual será a origem dos recursos que vão bancar os R\$ 11,3 bilhões reservados para as emendas de comissão em 2024. A queixa é de que o Executivo não enviou na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada ontem, a fonte da despesa e agora o corte deverá ocorrer nas verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O governo tentou uma saída para evitar que o PAC fosse desidratado.

Quando foi lançado, em agosto, o governo se comprometeu a reservar R\$ 60 bilhões por ano do Orçamento para o programa, que é uma das vitrines do governo Lula.

O impasse começou na Comissão Mista de Orçamento, que na semana passada aprovou o relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do deputado Danilo Forte (União- CE), reservando 0,9% da receita corrente líquida para as emendas de comissão. Os governistas alegaram que o Congresso tenta avançar sobre nacos do Executivo no Orçamento.

Nesta semana, a discussão mobilizou o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), e o chefe da Casa Civil, Rui Costa. O petista propôs que as emendas então fossem aplicadas em obras do PAC, o que foi descartado por Lira.

O fato é que o Orçamento é praticamente todo dedicado a despesas de pagamento obrigatório, como os gastos com a **Previdência Social** e com pessoal.

O relator do Orçamento, Luiz Carlos Motta (PL-SP), está avaliando de onde pode remanejar os recursos. Uma das fontes possíveis é a Previdência, a partir da avaliação de que as contas estão superestimadas em R\$ 4,9 bilhões. A avaliação diverge de economistas, que calculam que os gastos projetados para o pagamento dos benefícios do **INSS** estão subestimados entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões.

CORTES. Caso não haja alternativa para identificar uma origem, Lira já avisou a Costa e ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que o PAC será cortado.

Nessa negociação, o presidente da Câmara rejeitou que isso signifique que as emendas de comissão se tornaram impositivas (obrigatórias), como têm se queixado parlamentares petistas. Dessa forma, caso o governo mostre que houve frustração na arrecadação, poderá bloquear essas despesas.

O texto da LDO, porém, impõe uma restrição ao contingenciamento dessas emendas, ao determinar que elas só podem ser bloqueadas na mesma proporção do total. O texto permite ainda que os investimentos das estatais no PAC em um valor de R\$ 5 bilhões fiquem fora da meta fiscal.

Outro ponto questionado pelo PT na discussão do Orçamento de 2024 é o calendário de pagamentos para as emendas impositivas - individuais e coletivas (de bancadas estaduais).

Forte incluiu no seu relatório que o governo deverá empenhar o valor total dessa rubrica (R\$ 37,5 bilhões) no primeiro semestre de 2024. O PT é contra, alegando que isso engessa o Executivo.

FUNDO ELEITORAL. Simultaneamente ao debate sobre o pagamento de emendas, parlamentares discutem com o governo o valor do fundo eleitoral no ano que vem. Deputados defendem que a cifra seja igual à da eleição presidencial (R\$ 4,9 bilhões).

Governo e senadores têm advogado que seja aplicado o valor da última eleição municipal corrigido pela **inflação** (cerca de R\$ 2,5 bilhões).

Lira tem dito a aliados que o valor de R\$ 2 bilhões não foi suficiente para bancar as campanhas municipais na eleição de 2020, sugerindo apoiar uma quantia maior. O assunto divide os dirigentes de partidos e as bancadas estaduais, uma vez que o fundo é abastecido com recursos de emendas de bancada.

A quantia para 2024 ainda não foi fechada e o debate ocorrerá na votação da lei orçamentária, prevista para amanhã.

## RUBRICAS

R\$ 11, 3 bilhões é o valor reservado para o pagamento de emendas de comissão no próximo ano

R\$ 60 bilhões é o valor que o governo prometeu  
destinar todos os anos para o PAC

R\$ 4,9 bilhões é o valor que os deputados querem que  
seja destinado para o Fundo Eleitoral

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Projeção indica nova queda da arrecadação federal em novembro

**Estevão Taiar**

Depois de ter mostrado alguma recuperação em outubro, a arrecadação do governo federal administrada pela **Receita Federal** voltou a ficar abaixo do esperado no mês passado, segundo levantamentos realizados por especialistas em contas públicas. Os números oficiais do mês passado serão divulgados pela própria **Receita Federal** nesta quarta-feira, 20.

A arrecadação é considerada pela própria equipe econômica do governo federal o fator mais importante para o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas pelo novo arcabouço fiscal.

Em outubro, a arrecadação administrada pela Receita teve alta de 0,71%, sempre em termos reais e na comparação com o mesmo período do ano anterior, alcançando R\$ 195,6 bilhões.

Para novembro a XP Investimentos calcula recuo de 0,3% na arrecadação, com base em levantamento do portal Siga Brasil, do Senado Federal.

"Temos um número mais fraco em novembro, apesar das medidas de arrecadação adotadas pelo governo federal", argumenta Tiago Sbardelotto, economista da XP.

Segundo ele, "a dinâmica permanece bem negativa" para as receitas com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

No entanto, "houve recuperação" da arrecadação com Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), que foram "objeto de medidas tomadas neste ano pelo governo".

Uma delas envolve a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) dos incentivos de PIS/Cofins, que nos cálculos da XP gerou arrecadação de R\$ 1,5 bilhão em novembro. Já a retomada do PIS/Cofins sobre os combustíveis arrecadou outro R\$ 1,8 bilhão no mês passado. Sbardelotto ainda afirma que é possível observar, em linha com os meses anteriores, "algum crescimento de receitas previdenciárias".

Em relatório, o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, diz que em novembro "a receita primária voltou a frustrar nossa expectativa, após um resultado mais em linha com o esperado em outubro".

Ele projeta recuos de 2,6% da arrecadação administrada em novembro e de 1,8% nos acumulados tanto de 12 meses quanto do ano, também com base no Siga Brasil. Por causa do desempenho mais fraco da arrecadação como um todo, não apenas da administrada, a instituição financeira revisou para cima a sua projeção para o déficit primário do governo federal deste ano, de R\$215 bilhões para R\$ 225 bilhões. A estimativa "já incorpora a regularização do estoque de R\$ 95 bilhões de precatórios em dezembro", de acordo com o economista.

-0,3% é a previsão da XP para a queda da receita em novembro

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20231219/>

# Convocação de 1.800 servidores para o INSS

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, anunciou que 1.800 candidatos aprovados no último concurso do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) serão convocados.

"Vamos, agora, chamar o banco do reserva, que tem em torno de 1.800 (pessoas). Solicitei e foi avisado pela ministra Esther (Dweck), da Gestão, para que aprovei todos quem estão aprovados para chamar", disse o ministro.

Em novembro deste ano, Carlos Lupi afirmou que um novo concurso para o **INSS** está previsto para 2024. "Acredito que até março, abril no máximo, seja feito esse novo concurso". Segundo ele, o novo certame será destinado ao cargo de médico perito.

De acordo com Lupi, a nova seleção ofertará entre 650 e 660 vagas imediatas. "Esses novos peritos serão chamados nesse Brasil profundo, para as regiões que precisam. Não adianta fazer o concurso para dizer que irão arranjar padrinho para ir para as capitais que não precisam (...). Quem fizer o concurso da Previdência terá que ficar pelo menos 10 anos no seu órgão de origem\*", afirmou o ministro.

# Decisão do STF sobre a revisão da vida toda vai ficar para 2024

São Paulo - A ação que discute a revisão da vida toda está pronta para ser julgada no plenário físico do Supremo Tribunal Federal (STF), mas a decisão final ficará apenas para 2024, assim como deve ocorrer com outros temas previdenciários em análise na corte.

O motivo é o recesso do Judiciário, que começa hoje e vai o fim de janeiro, com a retomada dos julgamentos em fevereiro. A reportagem consultou advogados e levantou os cinco processos que envolvem o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) mais importantes no Supremo.

A corte começará o ano com nova composição, ao incluir o ministro da Justiça, Flávio Dino, como um de seus integrantes, o que pode trazer reviravoltas e mais espera em processos já em andamento. O motivo é que novos ministros costumam pedir vista-tempo maior - para analisar temas complexos.

Além da revisão da vida toda, que discute o direito de o segurado do **INSS** incluir no cálculo da aposentadoria os salários mais antigos, há questionamentos sobre as mudanças na aposentadoria especial feitas na reforma da Previdência, a exclusão de menores sob guarda no direito à pensão por morte, o reconhecimento da aposentadoria especial do vigilante e a alta programada para quem solicita o auxílio-doença.

Para o presidente do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), Roberto de Carvalho Santos, as ações mais importantes no Supremo no que diz respeito ao direito previdenciário são a da revisão da vida toda e a que discute as regras da aposentadoria especial após a reforma de 2019.

"A revisão da vida toda é uma tese que trata sobre o princípio da aplicação da regra mais favorável. Ela traz uma interpretação, de algo muito acolhido no direito previdenciário, que é a possibilidade de se aplicar a regra melhor", avalia. "Se essa tese morrer por questões econômicas, vai ser um retrocesso do direito previdenciário", afirma.

A presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), advogada Adriane Bramante, lembra que a revisão da vida toda é uma ação que já está pronta para ir a julgamento e, por isso, pode ser uma das primeiras analisadas na volta do recesso do

Judiciário.

O processo será julgado no plenário físico, após o ministro relator, Alexandre de Moraes, solicitar destaque durante o julgamento dos embargos de declaração no plenário virtual, no início de dezembro.

"A revisão da vida toda já está pronta para retornar a julgamento. O ministro Alexandre de Moraes já mandou pautar e ela deve entrar nos primeiros meses do ano após o recesso", diz Adriane.

Retrocesso - A expectativa dos advogados para essa questão é que a tese defendida por Cristiano Zanin, que pode devolver a ação ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), não seja acolhida. "Seria um retrocesso. Aguardamos que as questões de ordem apresentadas sejam acolhidas", afirma a especialista sobre recursos dos envolvidos na ação.

O advogado Fernando Gonçalves Dias, do Gonçalves Dias Sociedade de Advogados, também elege como um dos temas mais esperados na área previdenciária a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que discute as alterações feitas na aposentadoria especial após a reforma da Previdência.

Para os especialistas, as mudanças nas regras podem extinguir esse benefício. "Foram três as mudanças que prejudicaram muito quem tem direito à aposentadoria especial: exigência de idade mínima, proibição de converter tempo especial em comum e redução de 40% no valor dessa aposentadoria", aponta. (Cristiane Gercina/Folhapress)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

# Preço do combustível deve aumentar no início de 2024

**AMANDA ENGELKE Da Redação**

O Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Lojas de Conveniência do Estado do Pará (Sindicombustíveis Pará) emitiu um **comunicado**, ontem, alertando sobre as projeções de aumento nos preços dos combustíveis em 2024, devido a mudanças nas alíquotas de **impostos**. As informações fornecidas pela entidade apontam que a majoração tributária afetará diretamente o preço do diesel e da gasolina a partir de fevereiro do próximo ano.

Apesar do alerta, a entidade afirma não ser possível mensurar o impacto real no bolso do consumidor. "Não é possível afirmar qual será o valor na bomba, pois o preço depende de uma série de fatores, em especial o preço que é cobrado pelas distribuidoras, além de diversos outros custos da empresa. Há cenários em que as distribuidoras além de repassarem os **tributos**, majoram ou reduzem os preços, além dos diversos custos envolvidos na atividade", explica Pietro Gasparetto, advogado do Sindicombustíveis Pará.

O aumento, segundo o sindicato, se dará devido à retomada das alíquotas sobre o diesel do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), que está programada para o dia 1º de janeiro de 2024. As mesmas alíquotas de PIS/COFINS estavam zeradas até o final de 2023, conforme previsto pela Lei 14.592/23. A previsão foi revogada pela MP 1.175/23, mas retornou quando a Medida Provisória perdeu a validade, em outubro. O impacto estimado pelo setor é de R\$ 0,3271.

A entidade aponta também que a Lei Complementar 201/2023, que alterou os períodos de modificação da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para gasolina, diesel e GLP (Gás liquefeito de petróleo), possibilitou ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) definir novos valores a partir de 1º de fevereiro de 2024.

Em outubro, os Secretários de Fazenda dos 26 Estados e do Distrito Federal já aprovaram a atualização dos valores das alíquotas para gasolina, diesel e GLP2. A partir de 1º de fevereiro, de acordo com os dados fornecidos pela entidade, todos

Estados, incluindo o Distrito Federal, aplicarão as alíquotas de R\$ 1,3721 para gasolina, de R\$ 1,0635 para diesel e de R\$ 1,4139 para GLP. Antes, respectivamente, eram de R\$ 1,2200, R\$ 0,9456 e R\$ 1,2571.

O impacto será de R\$ 0,1521 para a Gasolina C e de R\$ 0,1179 para o Óleo Diesel. O Levantamento realizado pela ANP aponta que, entre 10 e 16 de dezembro, em Belém, o preço médio do álcool foi de R\$ 4,13, até R\$ 5,19; da gasolina aditivada R\$ 6,08, até R\$ 6,99; da gasolina comum, R\$ 5,37, até R\$ 6,29; e do diesel S10 em R\$ 5,78, até R\$ 6,99

**Site:** <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

# Termina hoje prazo para pagar a 2ª parcela do 13º

O prazo para as empresas depositarem a segunda parcela do 13º salário aos trabalhadores com carteira assinada termina hoje. Cerca de 87,7 milhões de brasileiros serão beneficiados com rendimento adicional, em média, de R\$ 3.057, segundo o Dieese. O valor do 13º salário é calculado com base no salário de dezembro, com exceção dos empregados que recebem salários variáveis. A 2ª segunda parcela terá descontos de imposto de renda e **INSS**).

Caso o empregador não pague até a data limite, o trabalhador deve procurar o RH da empresa, as superintendências do Trabalho ou as Gerências do Trabalho ou o Ministério Público do Trabalho (MPT) para fazer uma reclamação.

Tem direito ao 13º todo trabalhador em regime de CLT que atuou por 15 dias ou mais no ano e que não tenha sido demitido por justa causa, entre os quais estão trabalhadores com carteira assinada e **servidores públicos**, conforme garante a Constituição; aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**): neste ano, o Governo Federal antecipou o pagamento para ambos os grupos, que receberam em maio e junho; pensionistas; trabalhadores rurais; trabalhadores avulsos (que prestam serviços sem vínculo empregatício e com a intermediação de um sindicato); trabalhadores domésticos.

**Site:** <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

# Segunda parcela do 13º é paga nesta quarta (20) com desconto; veja como é o cálculo e quem recebe (inss)

**Cristiane Gercina**

Trabalhadores contratados sob o regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e **servidores públicos** recebem, nesta quarta-feira (20), a segunda parcela do 13º salário .

O benefício, criado em 1962, é pago em duas parcelas. A primeira delas deve ter sido depositada entre fevereiro e 30 de novembro . Também é possível pagá-la nas férias ou no aniversário do profissional.

A segunda tem de ser quitada até 20 de dezembro e, neste caso, há o desconto da contribuição ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e do Imposto de Renda , se houver. Os **impostos** são cobrados sobre o valor total.

Levantamento do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) mostra que o 13º tem potencial para injetar R\$ 291 bilhões na economia em 2023, representando, 2,7% do **PIB** (Produto Interno Bruto) do país.

Os dados levam em conta as duas parcelas pagas a trabalhadores do mercado formal, incluindo os empregados domésticos, beneficiários da **Previdência Social** e aposentados e beneficiários de pensão da União e dos estados e municípios.

Cerca de 87,7 milhões serão beneficiados com um 13º médio de R\$ 3.057. Ficam de fora da conta autônomos, assalariados sem carteira ou trabalhadores com outras formas de inserção no mercado de trabalho que, eventualmente, recebem algum tipo de abono de fim de ano.

Do total de beneficiados, 53,8 milhões, ou 69,2%, são trabalhadores do mercado formal, entre eles, os empregados domésticos com carteira de trabalho assinada, que somam 1,5 milhão, equivalendo a 1,7%.

Aposentados ou pensionistas da **Previdência Social** correspondem a 32,8 milhões, ou 37,5% do total, além de 1 milhão de pessoas (ou 1,2% do total) aposentados e beneficiários de pensão da União.

O 13º é pago a todos o que trabalham com carteira assinada e a **servidores públicos**, aposentados, pensionistas do **INSS** e de regimes próprios, e cidadãos que recebem auxílios previdenciários.

O benefício foi criado pela lei 4.090, de 1962, e consta como uma garantia dos trabalhadores na Constituição Federal, que determina o pagamento da gratificação natalina com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria .

O 13º faz parte de cláusula pétrea da Constituição que não pode ser alterada por lei ordinária, apenas por emenda constitucional.

Segundo Mourival Boaventura Ribeiro, da Boaventura Ribeiro Advogados, embora não seja comum, alguns contratos de trabalhadores terceirizados preveem o benefício. "No modelo de trabalho de terceirização, pode haver a necessidade de pagamento de 13º salário, desde que isso conste do contrato estabelecido."

O valor recebido de 13º salário varia conforme a quantidade de meses de trabalho no ano e tem como base a remuneração mensal do trabalhador. Na primeira, não há desconto de **impostos**. Na segunda, desconta-se a contribuição ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e, depois, o IR (Imposto de Renda) para quem é obrigado a pagar .

Esses **impostos** são cobrados sobre o valor total do benefício, por isso, a segunda cota tende a ser bem menor.

O cálculo do 13º leva em conta o valor do salário do trabalhador dividido por 12. Depois disso, deve-se multiplicar o total obtido pelo número de meses trabalhados no ano, levando em conta o período de janeiro a dezembro do ano vigente.

O mínimo de 15 dias de trabalho dá direito a contabilizar um mês inteiro. Caso tenha trabalhado durante todo o ano na mesma empresa, o valor do 13º integral deverá ser igual à remuneração mensal do mês de dezembro, incluindo pagamentos adicionais, como comissões, por exemplo.



Se houve mudança de remuneração durante o ano, o cálculo deve ser feito com base no salário de dezembro. A primeira parcela corresponde a, no mínimo, 50% do valor do benefício. Já a segunda tem os descontos.

O trabalhador que não receber o 13º salário, seja todo ou parte dele, deve procurar a empresa para tentar um acordo e ter o dinheiro. Richard Domingos, diretor executivo da Confirp Contabilidade, é preciso formalizar a reclamação no setor de recursos humanos.

Caso a situação persista, o profissional pode buscar o sindicato da categoria para tentar solucionar o impasse. Se não houver acordo, é preciso fazer uma denúncia no Ministério do Trabalho em sua cidade. O não pagamento do benefício pode render multa no valor de R\$ 170,16 por empregado contratado.

"O 13º salário é uma obrigação para todas as empresas que possuem empregados, e o seu não pagamento é considerado uma infração, conforme a lei 4.090/62, podendo resultar em pesadas multas para a empresa no caso de ser autuada por um fiscal do trabalho", diz Domingos.

Segundo ele, além dessa multa, que pode ser cobrada em dobro em caso de reincidência da empresa, há ainda outras implicações legais, caso convenção coletiva da categoria tenha cláusula tratando qual a correção do valor pago em atraso ao empregado.

Além dos descontos do Imposto de Renda e do **INSS**, também pode ser descontada a pensão alimentícia. Caso o trabalhador tenha mais de 15 faltas não justificadas no mês, o empregado pode descontar o pagamento deste mês do cálculo do 13º.

Assim, se a pessoa trabalhou o ano todo, mas faltou 16 dias sem justificar em novembro, por exemplo, este mês pode ser descartado e o trabalhador receberá o equivalente a 11/12 do salário mensal como 13º.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/12/segunda-parcela-do-13o-e-paga-nesta-quarta-20-com-desconto-veja-como-e-o-calculo-e-quem-recebe.shtml>**

# Futuro em debate no Correio

Emprego, desenvolvimento sustentável e o papel do país no cenário econômico mundial foram alguns dos temas em foco no CB Debate Desafios 2024: o Brasil no rumo do crescimento sustentado, promovido pelo Correio Braziliense. O evento foi realizado, com transmissão ao vivo pelo YouTube e Facebook do jornal e ainda disponível na plataforma.

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse que a autoridade monetária deve avançar na inteligência artificial e oferecer soluções para a monetização de dados financeiros pelo próprio cliente. "Hoje a gente produz muitos dados e quem ganha dinheiro com os nossos dados são as empresas, a gente não consegue monetizar os nossos próprios dados", disse.

A aprovação da **reforma tributária**, após quase quatro décadas de tentativas, é uma vitória da boa política. Com essa frase, o economista Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, atribuiu o resultado ao trabalho conjunto não apenas de parlamentares e da equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas de um "processo de construção coletiva".

# Em busca do Brasil promissor

*Rafaela Gonçalves, Luana Patriolino, Edla Lula, Victor Correia, Henrique Lessa e Raphael Pati*

O Brasil surpreendeu em 2023. E se prepara para superar os desafios do próximo ano, particularmente na agenda econômica e no incremento da sustentabilidade ambiental. Os futuros avanços passam necessariamente por fatores como a conclusão da **Reforma Tributária**, o cumprimento das metas fiscais, a continuidade de políticas consideradas estratégicas pelo governo federal, a preservação da Amazônia e a aceleração da transição energética.

Essas foram algumas das conclusões do CB Debate - Desafios 2024: o Brasil no rumo do crescimento sustentado, promovido pelo Correio Braziliense, com apoio da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra) e da J F Investimentos.

Com três painéis temáticos e a participação de autoridades e especialistas de diferentes áreas, o encontro realizado na sede do Correio expôs um panorama dos eventos mais importantes ocorridos ao longo do ano e as perspectivas para 2024. Do ponto de vista econômico, formou-se um consenso de que a aprovação da **Reforma Tributária** e a redução da taxa de juros contribuiriam para tornar o cenário mais favorável.

Mas a questão fiscal é um ponto que merece atenção.

"Quase a integralidade dos agentes financeiros acham que o fator principal de preocupação na economia global é a questão fiscal", destacou o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, convidado para encerrar o encontro. Ele chamou a atenção para a discrepância entre a expectativa do governo e a do mercado em relação ao problema fiscal.

"Temos uma diferença grande entre a meta que o governo tem e a previsão dos mercados. Temos passado a mensagem de que o importante é perseverar. Hoje a expectativa do mercado não é de que a gente vá atingir o deficit zero, mas o importante é perseverar na luta permanente", destacou o presidente da autoridade monetária.

O ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, convidado para uma palestra magna, avaliou que os sinais são preocupantes.

Apontou que o governo precisa deixar claro que o

programa de desenvolvimento inclui o controle de gastos. "Estamos brincando com fogo. O governo não está seguindo a receita de Maquiavel de fazer primeiro as coisas mais difíceis. Esse é um tremendo desafio", alertou.

Despesas Fraga mencionou a desconfiança do mercado sobre a capacidade do governo de zerar o deficit público em 2024. "Há um grande ceticismo da parte dos especialistas em relação ao governo cumprir a meta", afirmou. "Isso tem a ver com a recusa do atual governo em lidar com as questões do gasto público", completou.

Do lado do governo, o secretário- executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, focou precisamente no esforço em conter os gastos. "Pelo lado das despesas, há uma discussão grande de que o governo não está atacando as despesas, mas o governo está fazendo sim um trabalho nessa linha", disse.

O secretário mencionou a intenção de cortar despesas atuando diretamente nos desvios e fraudes. "Temos uma agenda de revisão no lado dos gastos para aprimorar o gasto público. Um grupo de trabalho conjunto entre o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda deve apresentar um relatório para a Junta de Execução Orçamentária, com uma análise ampla das políticas públicas com maior impacto", disse o secretário.

Ele ponderou, no entanto, que as despesas primárias seguem dentro da média dos últimos anos, pouco mais de 19% do **PIB**, e devem fechar 2023 em 19,17% do **PIB**.

O economista antecipou a necessidade de uma revisão criteriosa em diversos ministérios.

Citou como exemplo a Previdência, onde R\$ 100 bilhões por ano podem estar sendo desperdiçados em fraudes e benefícios irregulares. O valor representa metade do valor de todo o deficit primário previsto para o ano de 2023.

O presidente do Correio, Guilherme Machado, também ressaltou a importância do debate realizado pelo jornal. "Esse foi o nosso grande projeto deste ano. Fizemos mais de 20 eventos e fechamos com chave de ouro com este, falando sobre os desafios do ano que vem. Vamos torcer para que o Brasil continue crescendo", concluiu. O CB Debate foi mediado pelos

jornalistas Vicente Nunes e Denise Rothenburg.  
(Rafaela Gonçalves, Luana Patriolino, Edla Lula, Victor  
Correia, Henrique Lessa e Raphael Pati)

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/12/20/all.pdf>**

# Reforma é esforço coletivo

**ROSANA HESSEL**

Mesmo com a promulgação da **Reforma Tributária** marcada para esta quarta-feira (20), o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, reconhece que ainda há muito trabalho pela frente. O novo modelo tributário recém-aprovado pelo Congresso Nacional ainda precisa ser regulamentado, e as conversas com estados e municípios já começaram. Segundo o secretário, a expectativa dele é concluir o texto das leis complementares "o mais rápido possível", assim como a proposta da reforma do Imposto de Renda, entregando tudo ao Legislativo, provavelmente, em fevereiro.

De acordo com Appy, participante do primeiro painel do CB Debate, o desafio do governo é gerar emprego, renda e investimento.

E elencou os fundamentos necessários para alcançar esse objetivo. "O que é preciso para ter mais emprego, renda, investimento? Ter a macroeconomia arrumada. Isso é claro.

Quando a macroeconomia está desarrumada, você cresce abaixo do seu potencial", sustentou.

"A macroeconomia precisa estar arrumada em três dimensões: na dimensão fiscal, na **inflação** e nas contas externas", explicou. "O Brasil já está com uma economia de macroeconomia bem arrumada; e estará no caminho correto do ponto de vista da gestão macroeconômica.

Mas (a mudança) pressupõe também você ter medidas que aumentem o potencial de crescimento do país. E a **Reforma Tributária** é uma dessas medidas importantes, mas não é a única", afirmou o secretário do Ministério da Fazenda.

Efeitos positivos

Bernard Appy resumiu os efeitos positivos do novo modelo arrecadatório. "A **Reforma Tributária** aumenta a competitividade da produção nacional.

Isso tem um impacto positivo, sim, sobre o desenvolvimento do país", disse. "A reforma tributária aumenta a produção, a renda das famílias, que é o objetivo que nós temos. E ela faz isso de várias formas, e a mais evidente, a simplificação", ressaltou o integrante da equipe econômica.

Ele destacou que a simplificação não só ajuda a reduzir os custos das empresas, mas diminui os litígios e elimina a cumulatividade dos **tributos**. "Hoje no Brasil, temos uma estrutura tributária que cria incentivos para que um caminhão dê uma volta, literalmente, por três estados carregando a mesma mercadoria para pagar menos imposto. É claro que tem alguma coisa errada no nosso sistema tributário", pontuou.

Autor do texto que serviu de base para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata da **Reforma Tributária**, a PEC 45/2019, Appy atribui o resultado ao trabalho conjunto de parlamentares e da equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em um "processo de construção coletiva".

"Eu não sou o grande vencedor.

O grande vencedor é a boa política, com a participação do ministro Haddad e de um conjunto grande de parlamentares que se envolveu com o tema e que permitiram aprovar a primeira reforma ampla da tributação sobre o consumo", afirmou.

Appy lembrou que o impacto da **Reforma Tributária** será de longo prazo, mas destacou que, ainda em 2024, será possível começar a ver algum efeito da reforma, especialmente pela simplificação.

"A reforma ainda pode ter efeito, sim, a partir de 2024, mas os grandes impactos são de longo prazo", afirmou.

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/20/all.pdf>

# É preciso qualificar o gasto

**Fernanda Strickland**

A diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), Vilma Pinto, comentou a importância de se qualificar o recurso público.

"Existe uma necessidade de se aumentar o investimento público.

Só que precisamos não só elevar o nível do gasto com o investimento público, mas também fazer isso de forma eficiente e sustentável", afirmou. "E quando a gente fala em eficiência do gasto público, qualidade do gasto público, não pode deixar também de falar de padrões da governança fiscal", emendou.

"Falando um pouco desta questão de padrões da governança fiscal, é importante lembrar que este ano, começamos a discussão do novo arcabouço fiscal, que é uma das pernas, um dos pilares da governança fiscal", ressaltou a diretora do IFI.

Na avaliação da economista, a questão estrutural está encaminhada.

"Como o Appy colocou, a **Reforma Tributária** é um grande avanço. E em termos de eficiência tem realmente um potencial, de elevar a nossa produtividade, de elevar o crescimento econômico de médio prazo para o nosso nível potencial, elevar o nosso **PIB** potencial", pontuou.

Vilma ressaltou que há temas cruciais para o futuro próximo.

"Um dos temas é a questão da revisão periódica de gastos e também dos quadros de despesas de médio prazo, que aparece na lei de arcabouço fiscal, na lei complementar nº 200. Grosso modo, estamos falando de trazer uma perspectiva de médio prazo para as despesas públicas, despesas, investimentos, etc", comentou.

Vilma mencionou um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), de 2018, que avaliou o investimento público no Brasil.

"A conclusão é de que nós investimos pouco, mas também de que temos um 'gap' de eficiência muito maior que outros países da América Latina. Não é só uma questão de gasto, mas também de eficiência", salientou a diretora da IFI, entidade fundada em 2016 com a finalidade de dar transparência às contas

públicas.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/20/all.pdf>**

# O lugar do Brasil no mundo

**Isabella Almeida Vitória Torres\* Raphael Pati\***

O Brasil precisa adotar uma política de atração de investimentos, além de retomar o protagonismo na negociação de acordos internacionais. A afirmação foi feita por Welber Barral, sócio da BMJ Consultoria, durante o painel Um mundo complexo e desafiador: onde o Brasil se encaixa?, do CB Debate de ontem. Barral lembrou que o país voltou à cena global no atual governo, dando ênfase ao fortalecimento dos Brics, bloco dos maiores países emergentes, e do G20, grupo que reúne as principais economias do mundo.

"Temos uma agenda ativa na volta ao cenário internacional", observou Barral. Ele destacou, porém, que o cenário global, neste momento, é permeado por preocupações com a crise climática e a segurança alimentar. Para o analista, "é algo que pode se transformar em barreiras para as exportações brasileiras", porém abre oportunidades para o Brasil na transição energética. "O país tem uma enorme oportunidade de transição energética, por isso precisamos de uma agenda propositiva", disse Barral.

O consultor lembrou ainda os desafios regionais que o país enfrenta, citando a crise na Argentina e a transição política na Venezuela. Para ele, o Brasil deve fortalecer sua presença geopolítica na região, procurando "desideologizar" as relações bilaterais com esses países e buscando interesses concretos. Ele lembrou que o Mercosul ainda é o maior mercado para produtos brasileiros, e que a Argentina oferece oportunidades como a exploração do gás, "que pode representar muito para a recuperação industrial do Brasil". No caso da Venezuela, o país chegou a importar US\$ 5 bilhões por ano do Brasil, cifra que, hoje, é menor que US\$ 1 bilhão.

O país precisa também encontrar seu espaço na nova ordem econômica global, segundo a análise da economista Alessandra Ribeiro, sócia-diretora da Tendências Consultoria. Ela ressaltou que os Estados Unidos vêm, aos poucos, perdendo uma hegemonia consolidada no início do século passado.

A maior economia global vê a China se aproximando cada vez mais e criando uma espécie de "nova ordem mundial" no cenário geopolítico.

Dois polos

"A China é hoje o nosso primeiro parceiro comercial

em termos de importância. Mas os EUA são o terceiro. Então, a gente tem aqui uma situação bastante delicada sobre como o governo vai se posicionar, não só este governo, mas também os próximos", frisou a economista. De acordo com Alessandra Ribeiro, a proximidade maior com os EUA pode ser um fator de acesso ao país norte-americano. No entanto, as relações econômicas com a China já superaram, há alguns anos, o intercâmbio do Brasil com os EUA.

Neste ano, a economia dos EUA deve se expandir em torno de 2,5%, enquanto o país asiático vai crescer cerca de 5%. Nos dois mercados, ainda há um cenário de juros elevados. "A grande discussão é sobre quando eles começam a afrouxar", indicou a economista. "O fato é que a política monetária contracionista ainda vai ter efeitos sobre a atividade econômica global nos próximos meses", disse. "Então, a gente deve ter um processo adicional de desaceleração, com reflexos sobre a **inflação**." Na visão de José Luis Oreiro, professor associado do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do CNPq, embora deva ser afetado pela desaceleração global, o Brasil tem potencial para crescer, em 2024 além do que indicam as projeções mais recentes. O Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo, prevê avanço de apenas 1,5% para o Brasil no próximo ano. Para o economista, é uma visão cética.

"É uma projeção muito pessimista.

Se o Brasil fizer algo ainda muito errado, a gente cresce pelo menos 2% em 2024", afirmou. De acordo com Oreiro, as expectativas para a **inflação** a longo prazo estão ancoradas. Já num período mais curto, embora as previsões sejam ainda altas, estão caindo, o que deve favorecer a redução dos juros nos principais mercados.

\*Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/20/all.pdf>

# Oportunidades e riscos para o Brasil em 2024

Após um ano com novidades na economia, como a aprovação da **Reforma Tributária** e do arcabouço fiscal, além da melhora dos indicadores e das avaliações internacionais, os olhos do Brasil se voltam para 2024. Reunidos pelo Correio no CB Debate: Desafios 2024 - o Brasil no rumo do crescimento sustentado, autoridades e especialistas elencaram fatores que podem gerar incremento no cenário. Conclusão da reforma, metas fiscais, preservação da Amazônia e transição energética foram consensos. Na abertura, o ministro das Cidades, Jader Filho, ressaltou os investimentos em infraestrutura, como os do Novo PAC.

"Vamos gerar 12,3 milhões de empregos diretos", destacou.

No encerramento do evento, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ressaltou a questão fiscal.

"Temos uma diferença grande entre a meta que o governo tem e a previsão dos mercados. Então a gente tem acompanhado isso, lógico que temos passado a mensagem de que o importante é perseverar, hoje a expectativa de mercado não é de que a gente vá atingir o déficit zero, mas o importante é perseverar na luta permanente."

Bernard Appy

Vagner Freitas

Vilma Pinto

Tiago Oliveira

Alessandra Ribeiro

Sandra Utsumi

Rodrigo Agostinho

Suely Araújo

Eduardo Aroeira

José Luis Oreiro

Welber Barral

Jader Barbalho Filho

Armínio Fraga

Gustavo Guimarães

PÁGINAS 2 A 6 E 9. COLUNAS BRASÍLIA DF, 5, NAS  
ENTRELINHAS, 6

**Site:**

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/12/20/all.pdf>



## De volta ao top 10

Com previsão de crescimento de 3,1% no Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano, o Brasil saltará duas posições e se tornará a nona economia do mundo em 2023, divulgou nessa terça-feira (19) o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo a instituição, o país deverá encerrar o ano com **PIB** nominal de US\$ 2,13 trilhões, ultrapassando o Canadá, com **PIB** estimado em US\$ 2,12 trilhões.

No ano passado, o Brasil estava na 11ª posição. Segundo o FMI, até 2026, o Brasil pode subir uma posição e tornar-se a oitava maior economia do planeta, com **PIB** estimado em US\$ 2,476 trilhões.

As estimativas foram divulgadas com base no relatório Perspectiva Econômica Mundial, lançado em outubro. Na ocasião, o FMI estimou crescimento de 3,1% para o **PIB** brasileiro neste ano, contra estimativa de 2,1% no relatório anterior.

Segundo o FMI, os Estados Unidos, a China e Alemanha continuaram sendo as maiores economias do mundo neste ano. O órgão projeta que a economia global desacelerará neste ano, crescendo 3%, contra 3,5% em 2022. Para 2024, o FMI estima expansão global de 2,9%. Para o Brasil, o FMI projeta crescimento de 1,5% no próximo ano. A projeção é mais baixa que a da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que prevê expansão de 1,8% para a economia brasileira em 2024. O Ministério da Fazenda projeta crescimento de 2,2%.

Segundo a OCDE, organização formada por países que se comprometem com metas econômicas, sociais, ambientais e de desenvolvimento, depois de uma forte expansão no começo de 2023, a atividade econômica brasileira está "convergindo para o crescimento potencial", com uma demanda doméstica e global enfraquecida.

"O consumo privado e os investimentos crescerão em 2024 em ritmo mais moderado do que no passado, por causa de condições de crédito mais restritivas e da desaceleração da economia global", destacou a instituição no relatório bianual Estudos Econômicos da OCDE: Brasil. Para este ano, a OCDE projeta crescimento de 2,8%, abaixo dos 3% estimados pelo Ministério da Fazenda.

Segundo a organização, a desaceleração da economia chinesa, o principal comprador de produtos brasileiros, poderá diminuir o crescimento das exportações do

Brasil. Apesar da desaceleração, o relatório projeta alta de 4% nas vendas do Brasil para o exterior em 2024.

Outros fatores compensam a queda da demanda doméstica e global. Segundo a OCDE, a queda da **inflação** abre espaço para novas reduções de juros, que resultarão em aumento de investimentos. "O crescimento mais lento do crédito e os aumentos menores de salários reduzirão a renda das famílias e contribuirão para diminuir a **inflação**", ressaltou o relatório.

Regras fiscais Chefe da Divisão de Estudos de Países da OCDE, Jens Arnold compareceu à divulgação do documento, no Ministério da Fazenda. Ele elogiou a aprovação do novo arcabouço fiscal, mas disse que o Brasil terá um grande desafio para cumprir as metas fiscais da nova regra, como o déficit primário zero em 2024. "Isso [a aprovação do arcabouço] evidentemente implica que o trabalho seguinte será implantar esse marco, de forma que as metas fiscais possam ser cumpridas". Apesar da dificuldade, Arnold diz que o novo marco fiscal traz mais certeza aos agentes econômicos e aumenta a previsibilidade das contas públicas.

Dívida pública A OCDE também apresentou projeções para a dívida pública do país. Segundo a organização, o endividamento voltou a subir e poderá alcançar 90% do **PIB** em 2047. Para 2024, a instituição prevê que a dívida bruta do governo geral, indicador divulgado pelo Banco Central e usado para comparações internacionais, encerrará o ano próxima de 80% do **PIB**.

Em outubro, o indicador estava em 74,7%. Essas estimativas compõem o cenário-base da OCDE e considera que o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária** elevarão em 0,5 ponto percentual por ano o crescimento potencial do **PIB**, medida abstrata que considera o quanto a economia pode crescer em pleno emprego.

Nessa situação, o superávit primário - economia do governo para pagar os juros da dívida pública - corresponderia a 1% do **PIB** a partir de 2026. Sem o novo marco fiscal e a **reforma tributária**, ressaltou a OCDE, a dívida pública brasileira chegaria a 100% do **PIB** em 2037.

Repercussões Na rede social X (antigo Twitter), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou o

resultado com uma brincadeira: "Vocês não sabem o trabalho que dá para ter tanta sorte...", escreveu. O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, também celebrou a divulgação do FMI afirmando, em suas redes sociais, que o Brasil está "de volta ao top 10".

América Latina De acordo com o FMI, o Brasil e o Chile estão entre as economias latino-americanas que mais têm flexibilizado a política monetária, após o aperto de juros ocorrido nos últimos dois anos. Para a América Latina e o Caribe, o Fundo Monetário elevou a previsão de crescimento de 1,9% para 2,3%, apoiado principalmente pela recuperação do preço das commodities (bens primários com cotação internacional), após a queda em relação ao ano passado.

Em relação ao cenário global, o FMI informou que a economia do planeta se recupera da pandemia de covid-19 e da guerra na Ucrânia, mas destacou que o crescimento continua menor que o padrão histórico. As projeções foram elaboradas antes do estouro do conflito entre Israel e o Hamás, que pode provocar novas instabilidades no cenário internacional caso os ataques se prolonguem.

Segundo o FMI, até 2026, o Brasil pode subir uma posição e tornarse a oitava maior economia do planeta, com **PIB** estimado em US\$ 2,476 trilhões

**Site:** <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

# Brasil deve ser 9ª economia global

Com previsão de crescimento de 3,1% no Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano, o Brasil saltará duas posições e se tornará a nona economia do mundo em 2023, divulgou ontem o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo a instituição, o país deverá encerrar o ano com **PIB** nominal de 2,13 trilhões de dólares, quantia correspondente a R\$ 10 trilhões, valor que supera os 2,12 trilhões de dólares do Canadá. No ano passado o Brasil estava na 11ª posição. Segundo o FMI, até 2026 o Brasil pode subir uma posição e se tornar a oitava maior economia do planeta, com **PIB** estimado em 2,476 trilhões de dólares.

As estimativas foram divulgadas com base no relatório Perspectiva Econômica Mundial, lançado em outubro. Na ocasião, o FMI estimou crescimento de 3,1% para o **PIB** brasileiro neste ano contra estimativa de 2,1% no relatório anterior. Segundo o FMI, os Estados Unidos, a China e a Alemanha continuaram sendo as maiores economias do mundo neste ano. O órgão projeta que a economia global perderá força em 2023, crescendo 3% contra 3,5% em 2022. Para 2024 o FMI estima expansão global de 2,9%.

Para o Brasil, o FMI projeta avanço de 1,5% no próximo ano. A estimativa é mais baixa que aquela feita pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que prevê expansão de 1,8% para a economia brasileira no ano que vem. Já o Ministério da Fazenda calcula crescimento de 2,2%. Além de EUA, China e Alemanha nas primeiras posições, aparecem logo depois Japão, Índia, Reino Unido, França Itália e o Brasil no nono lugar.

O Canadá é o décimo.

## TOP 10

Ranking do FMI traz no relatório as dez maiores economias do mundo em 2023

1. EUA: US\$ 26,95 trilhões
2. China: US\$ 17,7 trilhões
3. Alemanha: US\$ 4,4 trilhões
4. Japão: US\$ 4,23 trilhões
5. Índia: US\$ 3,73 trilhões

6. Reino Unido: US\$ 3,3 trilhões

7. França: US\$ 3,05 trilhões

8. Itália: US\$ 2,19 trilhões

9. Brasil: US\$ 2,13 trilhões

10. Canadá: US\$ 2,12 trilhões

O Fundo Monetário estimou também que a economia global vai mostrar uma desaceleração até o final deste ano, crescendo 3% contra 3,5% que tinham sido apurados em 2022. Para 2024 é prevista alta de 2,9%.

## Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=16274&edicao=10934>

# Brasil salta duas casas e vira a nona economia do mundo

**WELLTON MÁXIMO Agência Brasil**

Com previsão de crescimento de 3,1% no Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano, o Brasil saltará duas posições e se tornará a nona economia do mundo em 2023, divulgou ontem o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo a instituição, o país deverá encerrar o ano com **PIB** nominal de US\$ 2,13 trilhões, ultrapassando o Canadá, com **PIB** estimado em US\$ 2,12 trilhões.

No ano passado, o Brasil estava na 11- posição. Segundo o FMI, até 2026, o Brasil pode subir uma posição e tornar-se a oitava maior economia do planeta, com **PIB** estimado em US\$ 2,476 trilhões.

As estimativas foram divulgadas com base no relatório Perspectiva Econômica Mundial, lançado em outubro. Na ocasião, o FMI estimou crescimento de 3,1% para o **PIB** brasileiro neste ano, contra estimativa de 2,1% no relatório anterior.

Segundo o FMI, os Estados Unidos, a China e Alemanha continuaram sendo as maiores economias do mundo neste ano. O órgão projeta que a economia global desacelerará neste ano, crescendo 3%, contra 3,5% em 2022. Para 2024, o FMI estima expansão global de 2,9%.

Para o Brasil, o FMI projeta crescimento de 1,5% no próximo ano.

"Sorte" A projeção é mais baixa que a da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que prevê expansão de 1,8% para a economia brasileira em 2024. O Ministério da Fazenda projeta crescimento de 2,2%. Na rede socialX(antigo Twitter), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou o resultado com uma brincadeira: "Vocês não sabem o trabalho que dá para ter tanta sorte...", escreveu.

O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, também celebrou a divulgação do FMI afirmando, em suas redes sociais, que o Brasil está "de volta ao top 10".

**Site:**

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_0F926E6AB50DED2AA6972CA04238A5F775821138492804](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_0F926E6AB50DED2AA6972CA04238A5F775821138492804)

**F46048EA1A2929B409F92A6CEDAB2BDCDA219494DFA  
68056D038F415F95F18533250642CC0F20A3CBBAF29DF  
7E978D068891B3DC3965EF0B0E40033008F18E546E6917  
AF737BE3379B04689C9727741F9EE081E42E7C2C23A83  
8FF11EADCA56876A05B4**

# Brasil salta duas posições e se torna a nona economia do mundo em 2023

Com previsão de crescimento de 3,1% no Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano, o Brasil saltará duas posições e se tornará a nona economia do mundo em 2023, divulgou nesta terça-feira (19) o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo a instituição, o país deverá encerrar o ano com **PIB** nominal de US\$ 2,13 trilhões, ultrapassando o Canadá, com **PIB** estimado em US\$ 2,12 trilhões.

No ano passado, o Brasil estava na 11ª posição. Segundo o FMI, até 2026, o Brasil pode subir uma posição e tornar-se a oitava maior economia do planeta, com **PIB** estimado em US\$ 2,476 trilhões.

As estimativas foram divulgadas com base no relatório Perspectiva Econômica Mundial, lançado em outubro. Na ocasião, o FMI estimou crescimento de 3,1% para o **PIB** brasileiro neste ano, contra estimativa de 2,1% no relatório anterior.

Segundo o FMI, os Estados Unidos, a China e Alemanha continuaram sendo as maiores economias do mundo neste ano. O órgão projeta que a economia global desacelerará neste ano, crescendo 3%, contra 3,5% em 2022. Para 2024, o FMI estima expansão global de 2,9%.

Para o Brasil, o FMI projeta crescimento de 1,5% no próximo ano. A projeção é mais baixa que a da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que prevê expansão de 1,8% para a economia brasileira em 2024. O Ministério da Fazenda projeta crescimento de 2,2%.

# Congresso promulga o texto da reforma tributária nesta quarta-feira (20)

**Brasília**

*/  
Hellen Leite, do R7, em Brasília*

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deve promulgar nesta quarta-feira (20) a emenda constitucional da **reforma tributária**. A proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados na última sexta-feira (15), após mais de 30 anos de discussão no Parlamento, e cria um Imposto de Valor Agregado (IVA), que evita que os **impostos** sejam tributados várias vezes ao longo da cadeia de produção. A promulgação vai ocorrer em uma sessão solene, com a presença de deputados e senadores.

O Congresso optou pelo IVA dual, ou seja, o imposto será dividido em duas partes: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS (estadual) e o ISS (municipal); e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que vai substituir os **impostos** federais PIS/Pasep, Cofins e IPI. Além disso, também será criado o Imposto Seletivo (IS), que terá cobrança federal e que visa desestimular a comercialização de produtos e serviços que prejudicam a saúde e o meio ambiente.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

As novas alíquotas serão implementadas totalmente apenas em 2033, no entanto, o governo calcula que a alíquota deve ficar entre 25% e 27,5%. Se esse cenário se confirmar, o Brasil terá uma das maiores alíquotas do imposto de valor agregado do mundo. Atualmente, a média das alíquotas praticadas por países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 19,2%.

Cesta básica: o texto prevê a criação de uma cesta básica nacional de alimentos que serão isentos de **impostos**. Os produtos ainda serão definidos por lei complementar, mas a lista poderá conter itens típicos

de cada região.

A Câmara decidiu eliminar a regra criada no Senado que estabelecia uma cesta básica estendida, que contemplaria, por exemplo, produtos de higiene pessoal e de limpeza, que teria desconto de 60% nos **impostos**;

Cashback: a proposta também cria um cashback ("dinheiro de volta", em tradução do inglês), que é uma espécie de crédito adquirido no ato do consumo. Com isso, uma parte do valor será devolvida, ou com o dinheiro em conta, ou na forma de desconto na compra de outro produto;

"Imposto do Pecado": pela proposta aprovada no Congresso, será criado um Imposto Seletivo, chamado de "Imposto do Pecado", com alíquota de 1% sobre produtos com impacto à saúde ou ao meio ambiente, como, por exemplo, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas e agrotóxicos.

Durante o debate na Câmara, ficou suprimido do texto o Imposto Seletivo sobre a fabricação, a comercialização e a importação das armas de fogo e munições. O Senado havia incluído essa possibilidade, mas os deputados rejeitaram a proposta;

Zona Franca de Manaus: a área industrial terá a competitividade preservada com a aplicação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) específico para a região. Na discussão no Senado, o relator, Eduardo Braga (MDB-AM), chegou a incluir a possibilidade da criação de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para a Zona Franca, no entanto, a possibilidade sofreu resistência na Câmara.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/congresso-promulga-o-texto-da-reforma-tributaria-nesta-quarta-feira-20-20122023>

# Após votação histórica, Congresso promulga hoje a Reforma Tributária. Veja o que muda nos impostos

O Congresso Nacional promulga hoje, em sessão solene, a **Reforma Tributária** aprovada na última sexta-feira. A cerimônia oficializa a criação de um novo sistema de **impostos** no país. A mudança é histórica e ocorre após quase quatro décadas de discussões sobre novos modelos tributários. O impasse que dura desde a redemocratização tem fim após uma série de negociações entre Câmara dos Deputados e Senado Federal, além da participação do Ministério da Fazenda.

A expectativa é que o presidente Lula participe da sessão, ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O encontro tem início às 15h.

O que é a **Reforma Tributária**?

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) vai mudar toda a sistemática da cobrança de **impostos** no Brasil. O objetivo é simplificar a tributação para as empresas e para todos os brasileiros, facilitando o crescimento econômico do país.

Esta é só a primeira parte da reforma, que trata dos **impostos** cobrados sobre o consumo. A tributação da renda será objeto de uma segunda etapa da reforma.

Quando a **Reforma Tributária** começa a valer?

Como na maior parte dos países, o Brasil terá um Imposto sobre Valor Agregado, o IVA, em vez de vários **impostos** como é hoje. Mas teremos uma particularidade, que foi chamada de IVA dual, pois ele será dividido em dois, com responsabilidades diferentes na arrecadação.

No âmbito federal, PIS, Cofins e IPI serão reunidos na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Esse é o IVA federal. O ICMS, estadual, e ISS, municipal, serão reunidos no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esse é o IVA estadual.

A unificação desses **impostos** vai seguir o seguinte calendário:

Veja os principais pontos da **Reforma Tributária**:

A tributação será simplificada. Não haverá mais distinção entre produtos e serviços: o CBS e o IBS terão uma mesma alíquota em todo o país e vão incidir no consumo.

Além disso, serão gerados créditos tributários ao longo da cadeia produtiva para não haver incidência em cascata, ou seja, imposto cobrado sobre imposto.

Como ficarão as alíquotas com a **Reforma Tributária**?

O IVA dual terá uma alíquota única como regra geral. Porém, alguns setores terão redução de 60% nesta alíquota. Para outros segmentos, a alíquota será zerada.

O texto da PEC não indica quais serão as alíquotas definitivas de cada um dos **impostos**. Isso será definido depois, via lei complementar, a vai depender de cálculos feitos pelo Ministério da Fazenda.

Alíquotas reduzida em 60%

Terão alíquota reduzida as seguintes atividades:

Pagarão imposto seletivo (alíquota maior)

No último destaque da votação, a Câmara não alcançou o quórum necessário para manter a incidência do imposto seletivo sobre armas e munições.

Possíveis isenções (alíquota zerada)

A reforma estabelece que uma lei complementar definirá hipóteses em que poderão ser concedidas reduções de 100% da alíquota, ou seja, ter o imposto zerado, para:

Regimes diferenciados (com tratamento posterior)

Cesta básica terá imposto zerado?

Sim. Inicialmente, o texto da reforma foi alvo de críticas após a Associação Brasileira de



Supermercados (Abras) estimar um aumento de aproximadamente 60% dos **tributos** que incidem sobre a cesta básica com a proposta em discussão.

Mas, no texto aprovado na Câmara, o relator da PEC na Casa, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), incluiu a criação de uma nova cesta básica nacional de alimentos que será totalmente isenta de **impostos**. A definição de quais produtos farão parte será feita posteriormente por meio de lei complementar.

O Senado chegou a criar uma cesta básica estendida, mas isso saiu do texto.

### Como vai funcionar o cashback com a **Reforma Tributária**?

O texto cria a possibilidade de devolução de parte do imposto pago, o chamado cashback. Mas isso será definido depois, por meio de lei complementar.

O objetivo é reduzir a carga tributária das famílias mais pobres. Houve uma tentativa de incluir gênero e raça nos critérios do texto aprovado na Câmara, mas isso não vingou.

Estados e municípios terão compensação com a reforma?

O texto da proposta de **Reforma Tributária** prevê a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional, a ser custeado pela União. Ele começará com um valor de R\$ 8 bilhões ao ano em 2029, quando começa a extinção gradual dos **impostos** estaduais e municipais e sua substituição pelo novo IBS.

Esta quantia que cresce gradativamente até chegar a R\$ 60 bilhões, da seguinte maneira:

O que é e como vai funcionar o Conselho Federativo?

A reforma cria um Conselho Federativo, que será responsável por centralizar a arrecadação do futuro IBS, o imposto que vai reunir e substituir o ICMS e o ISS.

A composição será da seguinte forma:

As deliberações do conselho serão tomadas se alcançarem cumulativamente os votos:

O formato apresentado atende aos pedidos de governadores de estados populosos, que temiam perder autonomia na gestão de recursos arrecadados e queriam um mecanismo que garantia paridade na deliberações.

Os benefícios fiscais serão extintos com a **Reforma**

### **Tributária**?

A reforma prevê o fim de benefícios fiscais concedidos por estados para atrair indústrias, uma vez que haverá extinção dos **impostos** estaduais.

Mas será criado um Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais para compensar as indústrias pelo fim dessa renúncia tributária, que também será custeado pela União.

Como a União não quer gastar mais do que R\$ 60 bilhões por ano com os dois fundos (este e o outro para estados e municípios) será criado um cronograma para a compensação às indústrias.

Os valores também começam em R\$ 8 bilhões, mas já em 2025. Aumentam para até R\$ 32 bilhões em 2028 e vão se reduzindo gradativamente até R\$ 8 bilhões em 2032. Os aportes da União nesse fundo temporário são previstos assim:

### Como fica o Imposto de Renda com a **Reforma Tributária**?

A mudança mais profunda na tributação sobre rendimentos como, por exemplo, uma alteração no Imposto de Renda, ficará para uma segunda etapa.

A previsão é que num prazo de 180 dias após a aprovação da reforma no Congresso, a União apresente projeto de reforma da tributação da renda. Eventual aumento de arrecadação decorrente dessa mudança poderá ser utilizado para reduzir a tributação sobre a folha de pagamentos e sobre o consumo de bens e serviços.

Mas o texto aprovado na Câmara também prevê mudanças pontuais nos **impostos** sobre renda e patrimônio.

O que muda no IPVA, IPTU e **impostos** sobre herança?

O que a Câmara fez agora

Montadoras

A Câmara manteve a prorrogação do benefício para montadoras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste até 2032, de acordo com parlamentares. Apesar disso, foi negociada com o PL a apresentação de um destaque que pode derrubar esse trecho da **Reforma Tributária**. Esse dispositivo foi inserido no Senado e desagradou a outros estados.

Audidores fiscais

A permissão para que estados e municípios possam aprovar leis para igualar remuneração da categoria aos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) saiu do texto-base. Mas voltou com a aprovação de um destaque. A medida é considerada sensível porque governadores e prefeitos podem ser pressionados a aumentar salários dessa categoria.

#### Poder do Senado

Também saiu os dispositivos que dão poderes ao Senado para definir a alíquota dos novos **tributos** sobre combustíveis e para sabatar e aprovar o nome do presidente do comitê gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que reunirá o ICMS e o ISS.

#### Zona Franca de Manaus

#### Combustíveis

Há um regime monofásico (uma só cobrança, na refinaria) para combustíveis e lubrificantes, com possibilidade de concessão de regime fiscal favorecido para biocombustíveis.

#### Outros setores com regras próprias

#### Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/20/apos-votacao-historica-congresso-promulga-hoje-a-reforma-tributaria-veja-o-que-muda-nos-impostos.ghtml>

# Reforma tributária pode impactar dinâmica sucessória (Artigo)

**Claudia Augusto de Freitas**

Claudia Augusto de Freitas - Advogada especializada em Direito Tributário

O texto da **reforma tributária**, aprovado pelo Congresso Nacional no dia 15 de dezembro, altera a cobrança do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), o que deve impactar a dinâmica sucessória no Brasil.

Tributo de competência estadual incidente sobre a transmissão de bens ou direitos ocasionados pela doação voluntária ou pelo falecimento de um indivíduo, o ITCMD tem alíquotas limitadas a 8% desde 1992, conforme a Resolução n.º 9 do Senado Federal.

Com a aprovação, o ITCMD passa a ter incidência progressiva em todo o Brasil, ou seja, quanto maior o patrimônio, mais alta a alíquota, ainda limitada ao percentual de 8%.

Alguns Estados já preveem que essa progressividade pode alcançar o teto do percentual em alguns casos, como Rio de Janeiro e Santa Catarina. Porém, a maioria deles não adota esse preceito e não atinge a alíquota máxima. Isso agora será modificado, pois a reforma adota a progressividade para todo o País. Em São Paulo, onde a alíquota do imposto sobre transmissão de bens e doações é de 4% para todos, espera-se que a transmissão de patrimônios vultosos alcance a alíquota de 8%.

Para além disso, a **reforma tributária** também cria a possibilidade de tributar valores de heranças e doações recebidos no exterior, alterando completamente o cenário atual de não incidência do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação sobre esses fatos.

Não resta dúvida de que a **reforma tributária** altera a dinâmica sucessória da população, tornando-a mais onerosa para pessoas que possuem patrimônios significativos.

Em face de tais desafios, uma alternativa para melhorar a situação financeira no momento da herança é o planejamento sucessório, que visa a organizar e distribuir os bens, conforme a vontade do titular, reduzindo conflitos familiares, além de diluir os

custos de taxaço sobre a herança.

Por meio desse planejamento, por exemplo, é possível fracionar o pagamento de ITCMD para que o tributo, em vez de incidir sobre a totalidade do patrimônio em um único momento, seja cobrado a partir de cada transmissão de bens realizada no tempo de preferência do sucedido.

Por isso, a criação de estratégias que planejem um futuro harmônico para bens de seu titular e uma economia ao longo dos trâmites sucessórios torna-se essencial nesse contexto.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# REFORMA TRIBUTÁRIA: 71 PONTOS PRECISAM SER REGULAMENTADOS

## DA REDAÇÃO COM VALOR ECONÔMICO

Após aprovar a reforma tributária na semana passada, o Congresso Nacional terá pela frente o desafio complexo de fazer a regulamentação das novas regras. O governo tem prazo de seis meses para encaminhar as propostas.

Segundo especialistas ouvidos pelo jornal Valor Econômico, o processo envolve a análise de pelo menos 71 pontos, quatro deles essenciais para que o novo modelo passe a vigorar.

Eles apontam como pontos -chave: - definição dos **tributos** que deverão substituir o PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

- criação do comitê que vai administrar o IBS e será responsável por definir as alíquotas do tributo, bem como as regras de arrecadação e distribuição do imposto.

- definição da destinação do dinheiro arrecadado e a criação dos fundos para suprirem as perdas de Estados e municípios; - regulamentação das exceções.

Além desses tópicos, outras questões também deverão ser definidas por lei complementar, como o sistema de créditos e restituições, a amplitude do rol de produtos com tributação favorecida e as regras de transição para o novo modelo de tributação do consumo.

A expectativa dos técnicos da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, do Ministério da Fazenda, é a elaboração de uma lei para os novos **tributos**, outra para o comitê gestor do IBS e uma terceira para o Imposto Seletivo.

"Aprovada a PEC 45, a fase mais desafiadora começa agora", disse ao Valor Econômico o advogado tributarista Eduardo Perez Salusse. Ele afirma que todas os temas que dependem de lei são importantes, mas os quatro citados são essenciais, sem os quais a reforma não sairá do lugar.

Para Lina Santin, colaboradora do Centro de Cidadania Fiscal (CciF) e coordenadora do Núcleo de Estudos Fiscais da FGV Direito SP, será necessária

ainda uma lei processual para dizer quem será o agente competente para fiscalizar, como vai ser compartilhada a receita e quem vai julgar o processo referente a cada tributo novo.

A tributarista Ana Cláudia Akie Utumi observa que o sistema de créditos e restituições e a amplitude do rol de produtos com tributação favorecida estão entre os temas que mais preocupam as empresas e que devem ser prioridade nas definições que deverão ser feitas por leis complementares.

Além disso, será necessário observar a chamada "transição" para o novo modelo de tributação do consumo. O processo deve começar em 2026, com alíquota de 0,1% para o IBS e 0,9% para o CBS, e só deve ser concluído em 2077.

# Agência S&P aumenta a nota de crédito do Brasil

**RENATO SOUZA E ROSANA HESSE**

A agência de classificação de risco S P Global Ratings aumentou a nota de crédito do Brasil de BB- para BB - o que indica maior estabilidade para o cenário de risco a curto prazo. A alteração foi divulgada. Em nota, a agência destaca a aprovação da reforma tributária como fator positivo. Em junho deste ano, a S P tinha mantido a nota de crédito do Brasil em BB-, mas já tinha mudado a expectativa para positiva. Agora, decide que fatores internos e externos favoreceram a economia. "A perspectiva estável reflete nossa expectativa de que o Brasil manterá uma posição externa forte, graças à forte produção de commodities e às necessidades limitadas de financiamento externo", informou o texto da agência.

De acordo com a agência, o Brasil passa por um momento de boa estrutura institucional, garantida pelos Três Poderes, que criam cenário estável na economia. No entanto, alerta que ainda prevalece um cenário de incertezas fiscais e econômicas. "Acreditamos também que a estrutura institucional do Brasil pode sustentar a formulação de políticas estáveis e pragmáticas, com base em amplos freios e contrapesos nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do governo. Esperamos uma correção fiscal muito gradual, mas antecipamos que os déficits fiscais permanecerão elevados", completa o texto.

Analistas do banco americano Goldman Sachs chamam atenção para o fato de que, com a atualização, a S P iguala sua nota de crédito para o Brasil no mesmo nível das agências Fitch e da Moody's. Com isso, as maiores agências de classificação de risco do mundo colocam o país a apenas dois passos de alcançar o grau de investimento. "A classificação da S P estava em descompasso com as outras duas principais agências de classificação. Na nossa avaliação, três níveis abaixo do grau de investimento para um país com uma posição externa sólida era exagerada", diz o banco em relatório divulgado ontem.

Na visão dos analista do Goldman Sachs, o mix atual de políticas macro e microeconômicas, bem como as perspectivas de reformas estruturais, ainda são insuficientes para o país atingir o grau de investimentos nas notas de crédito. Além da reforma tributária, a S P cita como motivo para a melhora do

rating do Brasil perspectivas de crescimento econômico melhores, apesar de uma fraca situação fiscal que continua a restringir a qualidade de crédito do Brasil.

Bem positiva

Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos, avaliou a mudança de rating do Brasil pela S P como "bem positiva em termos de mercado financeiro e de investimentos". "Vários fundos de pensões internacionais têm na sua regulamentação interna a limitação de só colocar recursos em países com grau de investimento. O Brasil ainda não recuperou o grau de investimento, ainda falta subir mais dois níveis. Mas de qualquer maneira, é um movimento na direção correta", afirmou.

Cruz lembrou que uma das condições para que o país recuperasse o grau de investimento é a aprovação das reformas estruturais. "Eles tinham colocado que as reformas eram essenciais. Ainda entendo que para voltar ater grau de investimento, teria está gerando superávits primários (economia para o pagamento da dívida pública), estabilizando o crescimento da dívida. E isso não parece que vai ocorrer nos próximos três anos", pontuou.

O economista lembrou que, infelizmente, a perspectiva atual é de aumento do deficit das contas públicas e não de melhora. "Mas, de qualquer forma, a questão da agenda econômica avança bastante desde o governo Michel **Temer** e isso traz consequências positivas como essas", explicou.

O economista ressaltou ainda que a melhora do rating do país ajuda as empresas brasileiras a captarem empréstimos mais baratos no exterior. "Quanto mais baixa a nota de um país, mais arriscada é considerada a empresa, por mais que ela seja extremamente sólida, mas, por estar sediada no Brasil, e o Brasil estar com nota ainda baixa, acaba prejudicando. Logo, esse tipo de melhora no rating é super bem-vindo", completou.

Em nota, o Tesouro Nacional afirmou que o anúncio da S P "confirma a melhora da trajetória da nota de crédito diante da continuidade dos esforços empreendidos pelo governo para promover as reformas necessárias ao país e à consolidação fiscal".

"A elevação do rating pela S P evidencia que estamos no caminho certo, com medidas corretas que estão colocando o país na rota do desenvolvimento econômico e social sustentável", disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou em rede social que a elevação da nota de crédito confirma que o país "está no rumo certo". Após a elevação da nota, a Bolsa brasileira operava em alta de 0,60%, aos 131.874 pontos, enquanto o dólar caía 0,88%, cotado a R\$ 4,860.

#### COMO FUNCIONA

A S P Global Ratings é uma das três maiores agências de classificação de risco do mundo, e suas notas de crédito consistem em avaliações da probabilidade de um emissor de títulos honrar com suas obrigações financeiras. Por isso, investidores internacionais ficam de olho nas notas dadas por essas agências na hora de escolher onde aportar seus recursos. Se o investidor acredita que, mesmo com uma nota menor, vale a pena apostar nos títulos do país, ele então cobra um prêmio maior, adequado ao risco oferecido pelo emissor. Vale ressaltar que essas notas não são medidas absolutas, mas apenas uma ferramenta utilizada no processo de tomada de decisões de investimentos. Na classificação da S P, acima da nota "BB", há as notas BB+ e BBB-, quando já é considerado grau de investimento. O Brasil está, portanto, a dois degraus de obter grau de investimento. A S P, ao lado da Moody's e da Fitch Ratings, são as três agências de risco de maior visibilidade.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/20/12/2023/p1>

# S&P eleva nota da dívida do Brasil pela primeira vez em 12 anos

Agência Brasil

Pela primeira vez em 12 anos, a agência de classificação de riscos Standard Poor's (S P) elevou a nota da dívida soberana brasileira. O país saiu da nota BB-, três níveis abaixo do grau de investimento, para a nota BB, dois níveis abaixo. A S P concedeu perspectiva estável, o que não indica alterações nos próximos meses.

A última vez em que a S P havia elevado a nota da dívida brasileira tinha sido em 2011, quando o Brasil passou da nota BBB- (grau de investimento, garantia de que o país não dará calote na dívida pública) para BBB (um nível acima do grau de investimento). Desde então, o país tinha sofrido sucessivos rebaixamentos, tendo perdido o grau de investimento em setembro de 2015.

Desde junho deste ano, a S P tinha indicado que elevaria a classificação do país, ao conceder perspectiva positiva para a nota brasileira.

Em nota, a S P atribuiu a melhoria da nota brasileira à aprovação da **reforma tributária**, ocorrida na sexta-feira (15). Segundo a agência, a conclusão das discussões em torno da modernização do sistema tributário brasileiro amplia a trajetória de implementação de políticas pragmáticas no país nos últimos 7 anos.

A S P, no entanto, adverte que continuam riscos para a economia brasileira, como as perspectivas de fraco crescimento econômico e de situação fiscal "débil", o que justificou a perspectiva estável para a nota do país. "Isso reflete nossas expectativas de que o país fará progresso lento em enfrentar desequilíbrios fiscais e projeções econômicas ainda fracas, compensadas por uma forte posição externa e uma política monetária que está ajudando a reancorar as expectativas de **inflação**", destacou o **comunicado**.

Site: <https://grupoahora.net.br/impresso/a-hora-20-12-23/>

# S&P vê sinais divergentes do governo Lula sobre novo arcabouço fiscal

**ANDRÉ MARINHO e AMANDA PUPO**

A S P Global Ratings avalia que o governo Lula tem enviado sinais "mistos" em relação ao compromisso com o arcabouço fiscal, embora as regras em vigor mantenham algum grau de equilíbrio nas contas públicas. No **comunicado** em que anunciou a elevação da nota de crédito do País de BB- para BB, a agência lembrou que a gestão Lula reforçou repetidamente a intenção de evitar, ao máximo, o corte de gastos.

"Como resultado, o governo depende principalmente de medidas de receitas tributárias para cumprir as suas metas fiscais", destaca.

Medidas de curto prazo, como o voto de desempate no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, têm efeitos mais imprevisíveis, porque os contribuintes podem buscar alternativas legais, segundo a S P. Já a taxação das offshores e dos fundos exclusivos devem se traduzir em um ganho de receita pontual, acrescenta.

A agência projeta um déficit geral, em média, de 6,2% do **PIB** entre 2023 e 2026, diante dos desafios gerados por promessas eleitorais, altos custos de juros, níveis baixos de gastos discricionários e um sucesso apenas gradual das medidas tributárias de aumento da arrecadação.

No caso do **PIB**, a estimativa é de um crescimento de 3% em 2023, resultado que desaceleraria para 1,5% em 2024, e voltaria a subir para 2% em 2025 e 2026. A agência afirma que, apesar de a perspectiva de crescimento nacional seguir melhorando, ela ainda se mantém em nível muito fraco, o que comprime o rating de crédito brasileiro.

**HISTÓRICO.** Em junho deste ano, a S P Global já havia revisado a perspectiva da então nota de crédito BB- do Brasil, de estável para positiva. Na ocasião, a agência disse que o cenário refletia uma certeza maior de que uma política monetária e fiscal estável podia beneficiar "as perspectivas ainda baixas de **PIB** do Brasil". Com a mudança, o País voltou, naquele mês, a ter a mesma classificação que tinha em 2019.

No mês seguinte, a Fitch, outra agência internacional de risco, elevou o rating soberano do País de BB- para

BB, com perspectiva estável. Segundo a agência, a mudança refletia "um desempenho macroeconômico e fiscal melhor que o esperado", em meio a "choques sucessivos em anos recentes", com políticas proativas e reformas econômicas. A agência citou também a expectativa de que o novo governo trabalharia por mais melhorias na economia, com reformas importantes para lidar com "desafios econômicos e fiscais".

Ao comentar o anúncio da S P, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que as agências de classificação "percebem" quando há coordenação entre os Poderes em torno de um "objetivo maior".

Ele disse que ainda há "muito trabalho" para o próximo ano e avaliou que o novo arcabouço, que terá sua estreia oficial em 2024, já é uma "garantia" de que o governo continuará perseguindo a consolidação fiscal.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# S&P eleva "rating" do Brasil

VITOR DA COSTA, ALVARO GRIBEL E LETYCIA  
CARDOSO BRASÍLIA

A agência de classificação de risco Standard Poor's (S P) elevou ontem a classificação da nota de crédito de longo prazo em moeda estrangeira (rating) do Brasil de "BB" para "BB+", dois níveis abaixo do grau de investimento. Foi a primeira elevação em 12 anos. A perspectiva passou de positiva para estável, ou seja, não deve haver mudanças a curto prazo. Em seu **comunicado**, a S P citou a aprovação da **Reforma Tributária**.

"Apesar da implementação gradual, a reforma representa uma revisão significativa do sistema tributário e deve se traduzir em ganhos de produtividade no longo prazo", afirmou a agência.

O **comunicado** ressalta ainda que "a perspectiva estável reflete a nossa expectativa de que o país realizará progressos lentos na resolução dos desequilíbrios fiscais e tem perspectivas econômicas ainda fracas, o que pode ser equilibrado por uma posição externa forte e uma política monetária restritiva que está ajudando a fazer a **inflação** voltar para a meta." O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou e disse que esperava essa melhora, pois nas duas outras grandes agências, Fitch e Moody's, o Brasil já está a dois níveis do grau de investimento (veja quadro ao lado): -Era a última agência a rever a nota do Brasil, a Moody's e a Fitch já tinham feito isso, no meio do ano. Parece que a S P estava aguardando o desfecho das reformas pelo Congresso. Essa harmonia entre os Poderes, para colocar ordem nas contas, garantir Orçamento e programas sociais, as agências percebem que há coordenação em torno de objetivo maior.

Haddad disse ainda não se conformar pelo fato de o Brasil não ser grau de investimento, já que não possui dívidas líquidas em moeda estrangeira e tem mais de US\$ 300 bilhões em reservas cambiais. Ele também exaltou o comprometimento de Executivo, Legislativa e Judiciário na busca por reformas.

O grau de investimento funciona como um selo de bom pagador. Com ele, o país atrai mais capital estrangeiro por ser visto como um porto seguro para o investidor. Na prática, funciona como um termômetro e pode influenciar na decisão de investidores internacionais.

Para o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron,

a decisão da S P "evidencia que estamos no caminho certo, com medidas corretas que estão colocando o país na rota do desenvolvimento econômico e social sustentável."

## ALERTA PARA O FISCAL

O **comunicado** da S P ressalta que poderá elevar a nota do país nos próximos dois anos "se os benefícios do atualmente amplo conjunto de reformas estruturais e microeconômicas beneficiarem a trajetória de crescimento de longo prazo do Brasil." Mas alertou que, se nesse período "uma implementação ineficaz das políticas levar a uma maior deterioração fiscal e a uma carga de endividamento acima das expectativas", o rating poderá ser revisto para baixo.

A agência também criticou "os gastos elevados, rígidos e ineficientes do governo", que resultam em um persistente déficit fiscal.

Haddad ponderou que o arcabouço fiscal já é uma garantia de que esse déficit será controlado: -Acredito que o marco fiscal em si já é uma garantia. Você tem controle de despesa inerente ao marco fiscal. Não conheço outro marco fiscal no mundo que seja tão sofisticado quanto o brasileiro.

Segundo o ministro, o equilíbrio das contas públicas vai passar pela recomposição da base de arrecadação do governo, que teria sido "dilapidada", segundo ele, e do crescimento econômico, que vai ajudara diluir a composição entre a dívida e o **PIB**: - Repondo isso, as coisas estabilizam. O próprio crescimento da economia acaba corrigindo essas distorções. Queremos uma trajetória de estabilidade, estamos construindo isso, mas dependemos também do Congresso. Não é por decreto que vamos conseguir gerar o equilíbrio.

Ainda que classifique a decisão da S P de esperada, o sócio e economista-sênior da Tendências, Silvano Campos Neto, diz que ela pode ser considerada positiva: -A aprovação da **Reforma Tributária** e a consolidação de um crescimento razoavelmente bom este ano foram fatores que geraram esse ajuste agora. E também a própria percepção da agência de que o próximo ano deverá ser conturbado do ponto de vista fiscal, o que poderia dificultar essa revisão.

A S P projeta que a economia brasileira cresça 3% este ano e 1,5% em 2024. E projeta que o déficit fiscal e a carga de endividamento permaneçam elevados até

2026.

## ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Campos Neto destaca que o Brasil promoveu avanços estruturais ao longo dos últimos anos, com a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária e com mudanças em marcos regulatórios. Ainda assim, ele acredita que dificilmente o país retomará o grau de investimentos nos próximos anos: -Vamos precisar sustentar um crescimento mais forte. Por mais que o arcabouço tenha sido importante, ainda assim, a situação não é confortável. Temos uma dívida muito alta e que vai crescer nos próximos anos. Tudo isso faz com que as agências devam manter uma postura mais conservadora.

Já o líder de gestão de investimentos na Warren Investimentos, Igor Cavaca, ressalta que a elevação do rating tem o potencial de melhorar o ambiente de negócios, atraindo investimentos nacionais e estrangeiros.

Amanda Notini, sócia da One Investimentos, corrobora essa visão e lembra que alguns fundos de investimentos internacionais só investem em países com boa qualidade de crédito: - É importante para dar segurança para os investidores com relação ao risco que estão correndo ao investirem o seu dinheiro naquele país. Quanto maior o risco, mais o país tem que pagar em taxa para atrair os investidores estrangeiros. Com rating melhor, não precisaremos pagar taxas tão altas.

"Era a última agência a rever a nota do Brasil, a Moody's e a Fitch já tinham feito isso, no meio do ano. Parece que a S P estava aguardando o desfecho das reformas pelo Congresso" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Com reformas, S&P eleva nota do Brasil

**Álvaro Campos, Victor Rezende, Guilherme Pimenta e Estevão Taiar De São Paulo e Brasília**

O Brasil obteve ontem a segunda elevação de rating por uma das grandes agências de crédito neste ano. A primeira foi a Fitch, em julho, e, agora, a S P seguiu o mesmo caminho e elevou a nota soberana em um degrau, para "BB", com perspectiva estável. Ainda assim, deve levar mais alguns anos para o país reconquistar o grau de investimento, espécie de "selo de bom pagador" que chegou a ter entre 2008 e 2015.

Na decisão da S P, um fator determinante foi a **reforma tributária**. Mais do que seus efeitos concretos no curto prazo, a aprovação foi vista como uma continuidade da série de reformas aprovadas desde 2016.

A indicação de que um aumento do rating brasileiro estava a caminho foi dada pela própria S P ainda em junho, quando a agência adotou perspectiva positiva para a nota brasileira e condicionou uma eventual elevação ao andamento da agenda de reformas, em especial a tributária. Agora, as três principais agências de crédito (a terceira é a Moody's) veem o rating soberano dois degraus abaixo do nível de investimento.

No **comunicado** sobre a decisão, a S P exaltou pontos positivos da **reforma tributária**, que foi aprovada na semana passada. Embora tenha uma implementação bastante gradual, a reforma, na visão da agência, deve se traduzir em ganhos de produtividade a longo prazo, além de ampliar um "histórico de pragmatismo político". "O componente ausente tem sido a falta de progresso para lidar com os gastos grandes, rígidos e ineficientes do governo", disse a S P, ao lembrar de déficits fiscais consistentes nos últimos anos.

A agência enfatizou que o governo tem "enviado sinais divergentes" em relação ao compromisso com o novo arcabouço fiscal. "O governo tem afirmado repetidamente que cortes nas despesas deveriam ser evitados tanto quanto possível. Como resultado, depende principalmente de medidas de elevação de receitas para cumprir as metas fiscais", afirmou a agência. A S P projeta que a dívida pública líquida brasileira suba de 52,3% do **PIB** em 2022 para perto de 67% até 2026.

O diretor sênior e gerente analítico de ratings soberanos para América Latina da S P, Sebastian

Briozzo, disse ao Valor que o cenário externo está se tornando mais favorável para o Brasil, não só econômica, mas também politicamente. Segundo ele, esse é um dos fatores que contribuíram para a elevação da nota. Ainda assim, o executivo lembrou que não é a primeira vez que isso acontece.

"A pergunta importante é: o cenário externo está ficando mais positivo para o Brasil, e como faz para melhorar mais rapidamente a parte social, a economia em geral? Estamos falando de uma surpresa positiva com o **PIB**, que cresceu 3% neste ano, mas isso não deveria ser algo fora do normal para um país com um **PIB** per capita de US\$ 10 mil. Com a estrutura atual, fica difícil o Brasil crescer uns bons anos a 3%, e esse é o desafio".

O diretor e analista líder da S P para Brasil, Manuel Orozco, relatou que a elevação do rating é um passo certo na direção da retomada do grau de investimento, mas isso ainda deve levar alguns anos. "Dois fatores importantes que restringem o rating do Brasil são o baixo crescimento e a fragilidade fiscal. O **PIB** per capita, em termos reais, deve chegar em 2024 ao mesmo nível de 2010. Isso mostra a grande dificuldade do Brasil em crescer." Briozzo lembrou que em 2008, quando o Brasil conquistou o grau de investimento, a dívida líquida (calculada pela agência) era de 45% do **PIB**, e agora a S P projeta que ela chegará a 67% em três anos. "Mesmo assumindo que a situação microeconômica seja melhor hoje que em 2008, em função das reformas feitas, o Brasil ainda assim precisaria de uma situação fiscal melhor do que o que tem." O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que as agências de rating têm percebido "que o país tem um projeto" e uma harmonia entre o Executivo, Legislativo e Judiciário. Ele afirmou não "se conformar" com o fato de o Brasil estar sem grau de investimento. "Um país que não deve nada em moeda forte, que tem mais de US\$ 300 bilhões em caixa não pode não ter grau de investimento, tem que ter. E precisa crescer acima da média mundial, no mínimo crescer na média. Mas se trabalharmos bem, não tem como não crescer acima da média", afirmou.

"A elevação do rating pela S P evidencia que estamos no caminho certo, com medidas corretas que estão colocando o país na rota do desenvolvimento econômico e social sustentável", disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Segundo Haddad, "há uma coordenação em torno de um objetivo maior, e a **reforma tributária** foi o ponto

alto" dessa trajetória. "Era a última agência rever a nota do Brasil. Moodys e Fitch já tinham revisto", disse. Ainda assim, ressaltou que a busca pelo equilíbrio fiscal depende também do Congresso. "Não é por decreto que vamos conseguir esse equilíbrio", afirmou, às vésperas da votação da MP das subvenções, que tem potencial de gerar R\$ 35 bilhões aos cofres da União em 2024, ano em que o governo se propôs a zerar o déficit. "É preciso negociar cada passo dele com o Congresso e Judiciário. Não é uma coisa que acontece do dia pra noite. São dez anos de déficit primário, com exceção do ano passado que foi "fake", fruto de um calote", afirmou ao ser questionado sobre as ponderações da S P.

Para analistas, apesar dos desdobramentos positivos do rating neste ano, ainda não é garantido que o Brasil retomará o grau de investimento, e o prazo para isso também é bastante incerto.

"Subir na escala de classificação e eventualmente recuperar o status de grau de investimento requer reformas decisivas e políticas macro, micro e regulatórias que apoiem o investimento e a alocação eficiente de recursos. Na nossa avaliação, fora a política monetária, o atual contexto de políticas macro e micro e as perspectivas para reformas ainda estão aquém do padrão de grau de investimento", disse o chefe de pesquisa para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos.

Na avaliação de Gustavo Loyola, ex-presidente do BC e sócio da Tendências Consultoria, a notícia é positiva, mas o Brasil está longe do grau de investimento. "Foi uma pena termos perdido o grau de investimento. Foi uma batalha grande para chegar até lá. Acredito que só vamos conseguir retomar quando tivermos uma política fiscal consistente ao longo do tempo que aponte para uma estabilização e queda da relação dívida/**PIB**." Já Daniel Wainstein, sócio sênior da Seneca Evercore, disse que o Brasil está encerrando o ano com um cenário inesperadamente positivo. Ele apontou que o CDS - contrato de swap que mede o risco-país de 5 anos caiu 45% em 12 meses e está no menor patamar desde 2020, reforçando que há entre os investidores "uma percepção de menor risco do Brasil, compromisso com política monetária adequada, reformas sendo aprovadas no Congresso, **PIB** crescendo mais que o esperado e, até certo ponto, compromisso do governo com fiscal". (Colaborou Gabriel Roca)

"Há coordenação em torno de um objetivo maior e a **reforma tributária** foi o ponto alto dessa trajetória"  
Fernando Haddad

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187745>

# S&P eleva rating do Brasil após reforma tributária e contribui para queda do dólar

*Álvaro Campos, Victor Rezende, Matheus Prado, Gabriel Roca, Alex Ribeiro, Guilherme Pimenta e Estevão Taiar*

A agência de classificação de risco S P elevou ontem a nota de crédito do Brasil de "BB" para "BB", com perspectiva estável, decisão que teve a aprovação da **reforma tributária** como fator determinante. Em **comunicado**, a S P exaltou pontos positivos da mudança do sistema de impostos. Embora tenha uma implementação gradual, a reforma, na visão da agência, deve se traduzir em ganhos de produtividade no longo prazo, além de ampliar um "histórico de pragmatismo político".

Com a decisão da S P, o Brasil fica a duas notas do grau de investimento, uma espécie de selo de bom pagador, que o país teve entre 2008 e 2015. Em julho, a Fitch tinha elevado o rating para "BB". Na terceira grande agência, a Moody's, a nota do Brasil é Ba2, também a dois passos do grau de investimento, como na S Pe na Fitch.

Ao tratar de pontos negativos, a S P afirmou que "o componente ausente tem sido a falta de progresso para lidar com os gastos grandes, rígidos e ineficientes do governo federal brasileiro", lembrando dos déficits fiscais dos últimos anos. Para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, as agências percebem "que o país tem um projeto" e há harmonia entre os Poderes. Ele disse não se "conformar" com o fato de o Brasil, "que não deve nada em moeda forte, com mais de US\$ 300 bilhões em caixa", não ter o grau de investimento.

A decisão da S P contribuiu para a queda do dólar, que ontem caiu 0,81%, para R\$ 4,8648. O Ibovespa subiu 0,59%, paia 130.851 pontos, novo nível recorde. Também ajudou no recuo do dólar o tom cauteloso do Banco Central na ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem. O BC indicou estar confortável com reduções de 0,5 ponto percentual da Selic nos próximos encontros, devido à necessidade de ancorar as expectativas de **inflação**, mesmo num quadro em que os juros nos EUA poderão cair mais. A diferença entre as taxas internas e externas deve se manter alta, atraindo mais recursos para o país.

Páginas C1 e C2

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231219/>

# País como o Brasil tem que ter grau de investimento, diz Haddad

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) comemorou a elevação da nota do país pela agência de classificação de risco S P fazendo elogios ao que chamou de harmonia de trabalhos entre os Poderes e o consequente avanço da agenda econômica neste ano. Para ele, um país como o Brasil precisa ter grau de investimento.

Haddad, que capitaneou durante o ano uma pauta intensa de medidas legislativas, principalmente para elevar a arrecadação federal, afirma que a melhora da nota reflete esses trabalhos e que há muitas razões para otimismo -apesar de mencionar que há muito a ser feito no ano que vem.

"Essa harmonia entre os Poderes, que existe quando Executivo, Legislativo e Judiciário se unem em torno de uma causa, para colocar ordem nas contas, garantir o Orçamento, garantir os programas sociais... Quando o país tem um projeto, as agências percebem que há uma coordenação em torno de um objetivo maior", afirmou a jornalistas.

Para ele, o ponto alto dessa harmonia foi a aprovação da **reforma tributária** que deve ser promulgada ainda nesta semana pelo Congresso. Outra proposta defendida por ele, que altera as regras para benefícios do ICMS, ainda precisa de aval do Senado.

"Nunca me conformei de o Brasil não ter grau de investimento. Porque um país que não deve um tostão em moeda forte, que tem mais de US\$ 300 bilhões em caixa, não pode não ter grau de investimento. Tem que ter grau de investimento", disse ele, acrescentando que um segundo objetivo é um crescimento acima da média mundial.

"Isso tudo depende do trabalho conjunto, Executivo, Legislativo e Judiciário. E não me cabe outra coisa senão elogiar o trabalho que o presidente da Câmara, Arthur Lira, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, têm feito", afirmou.

O ministro foi perguntado também sobre comentários da agência acerca do ritmo das medidas econômicas, vistas como um limitador para uma melhora da perspectiva do país.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/20-12-2023-edicao24728/>

# Alteração na Câmara permite cobrar imposto sobre imposto

*Beatriz Olivon, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro*

Mudança de última hora no texto da **reforma tributária** pode manter a incidência de **impostos** na base de outros **impostos** pelo menos até 2032 - e mesmo depois disso, no caso do IPI. Uma supressão na votação final pela Câmara criou a possibilidade de que os novos IBS e CBS componham a base de cálculo do ICMS e ISS, o que era vedado na versão do Senado. A sugestão partiu do Ministério da Fazenda, para manter a arrecadação de Estados, União e municípios durante a fase de transição, de 2027 a 2032. Sem isso, a perda de arrecadação seria de 9%, segundo o governo. Advogados e economistas preveem aumento da carga tributária e litígios judiciais.

Página A12

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231219/>

# Mudança na reforma permite incidência de tributo sobre tributo

**Beatriz Olivon, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro**

Mudanças de última hora na **reforma tributária** vão manter a incidência de **impostos** na base de outros **impostos** pelo menos até 2032 e podem postergar isso até depois da fase de transição no caso do IPI. Uma supressão na votação final pela Câmara dos Deputados criou a possibilidade de que o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) componha a base de cálculo do ICMS e ISS, algo que até então estaria proibido.

A sugestão partiu da Secretaria Extraordinária do Ministério da Fazenda para a **Reforma Tributária**, que a considera um "ajuste técnico" para manter a arrecadação dos Estados, municípios e governo federal durante a fase de transição, entre 2027 e 2032. Essa incidência já ocorre hoje e, se fosse eliminada, haveria perda de receitas de 9%. O relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), negou a possibilidade de haver incidência de um imposto sobre outro e afirmou que a medida suaviza a transição para Estados e municípios.

Advogados e economistas, contudo, avaliam que o tema já é questionado no Judiciário, deve provocar novos litígios e pode resultar em aumento da carga tributária.

A mudança feita por Ribeiro na sexta-feira permitirá que União, Estados e municípios cobrem IPI, ICMS e ISS, respectivamente, sobre valores da nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá o PIS e Cofins (dois **tributos** federais).

Ele suprimiu a vedação a que a CBS integre a base de cálculo do ICMS e ISS. Essa proibição explícita constava do texto aprovado em julho na Câmara e em novembro no Senado, mas saiu de forma discreta na versão apresentada sexta-feira. Ficou apenas a proibição de que a CBS e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) integrem a própria base de cálculo, do recém-criado Imposto Seletivo e do PIS/Cofins.

No caso do IPI, já não havia vedação no texto, mas o imposto seria zerado e extinto com a reforma. Agora, será mantido para taxar produtos "que tenham industrialização incentivada na Zona Franca de Manaus", mas não sejam fabricados na região, de forma a garantir as vantagens competitivas das

empresas que se instalaram na cidade. A manutenção do IPI foi a forma encontrada para poder promulgar o texto nesta quarta-feira em consenso com o relator do Senado, Eduardo Braga (MDB), que foi eleito pelo Amazonas.

O fim da vedação à cobrança da CBS e IBS dentro da base de cálculo do ICMS, IPI e ISS passou despercebido na Câmara e não constou do relatório em que Ribeiro explicou as alterações feitas. A oposição protestou contra a divulgação do parecer já durante a sessão, mas o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não concordou com os apelos pelo adiamento da matéria.

"Tivemos preocupação com a federação", afirma Ribeiro, ao defender as mudanças no parecer.

No caso do IPI, a manutenção foi a saída encontrada para evitar alterações na PEC que exigissem nova votação pelo Senado, o que inviabilizaria a promulgação este ano. "Mas garanto: não haverá incidência de um imposto sobre o outro. O acordo é para que o IPI apenas mantenha as vantagens competitivas da Zona Franca de Manaus. Na lei complementar, vamos fazer a regulamentação para impedir isso [incidência]."

Para o tributarista Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich Vasconcelos Advogados, o ICMS e o ISS terem saído do texto causa estranhamento porque eles estavam desde o primeiro texto da Câmara. "A Câmara votou o mesmo texto duas vezes. O Senado também. Agora volta para a Câmara e eles tiram ISS e ICMS para aumentar a arrecadação", diz.

Segundo o advogado, conceitualmente, há um problema na tributação porque o IBS/CBS não é o preço da circulação de mercadoria do ICMS e nem o preço para fins de incidência do ISS e IPI. "A prova de que não é preço é que eu recupero o IBS/CBS que foi pago. Mas para fins de ISS e ICMS vai ser como preço", afirma. Isso, argumenta, causará um grande potencial de litígios. "Pelo menos durante os quatro anos da transição de ICMS e ISS para IBS vai haver um possível contencioso relativo a tributo na base de tributo."

Vasconcelos acredita que o tema poderá gerar contencioso se leis que regulamentem IPI, ICMS e



ISS durante a transição tiverem previsão expressa da incidência. "Tributo na base de tributo é uma criação brasileira para arrecadar mais", afirma.

Está em análise pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) se é válida a incidência de PIS e Cofins na base do ICMS. O Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu, em 2017, contra o inverso disso e proibiu que o ICMS seja contabilizado na apuração dos valores que devem ser pagos de PIS/Cofins.

O advogado Bruno Checchia, sócio do Bichara Advogados, afirmou que a mudança é "esquisita". "O IBS e CBS serão calculados para manter a atual arrecadação, só que o ICMS, ISS e IPI vão incidir sobre eles também, então acho que vai haver aumento de tributação", afirma. Para evitar isso e garantir a manutenção da atual carga tributária, ele defende que a alíquota do IBS/CBS deve ser calculada já considerando que os próprios IBS/CBS comporão a base de cálculo do ICMS/ISS. "Caso contrário, teremos aumento de tributação", diz. Há risco, alerta, de que essa redação gere novo contencioso na Justiça.

A economista Vanessa Canado, que participou da formulação inicial da proposta de emenda à Constituição (PEC), destacou que há trava contra o aumento da carga tributária e que, após a fase de transição, essa incidência do tributo federal na base de cálculo do imposto estadual e municipal não será mais um problema, mas que não considera a alternativa aprovada agora a melhor. "Sinceramente, não acho uma boa prática, poderia estar fora desde sempre. Vejo como uma manutenção do status quo e não como correção de erro técnico", diz.

A mudança pegou de surpresa até quem estava acompanhando de muito perto a reforma. Representantes dos Estados e municípios procurados pelo Valor disseram que não pediram a alteração. Ex-secretário da Fazenda do Ceará, o economista e deputado federal Mauro Benevides (PDT-CE) foi alertado pelo Valor sobre a mudança. "É uma mudança profunda, de mérito. Isso me preocupa", disse. Ele procurou técnicos e o secretário extraordinário para a **Reforma Tributária**, Bernard Appy, que confirmou o "ajuste técnico". "Hoje o PIS/Cofins é cobrado dentro da base de cálculo do ICMS e impedir isso durante a transição levaria a perda de arrecadação de 9% a 10% do ICMS, segundo o Appy. Foi uma mudança para preservar a carga tributária dos Estados até 2032", relatou Benevides.

Procurado, Appy confirmou a conversa com o deputado e ressaltou que, na visão da secretaria, não haverá aumento da carga tributária, apenas a correção

de um ajuste para que não haja perda de arrecadação com ICMS, ISS e IPI.

"Não acho uma boa prática, poderia estar fora desde sempre" Vanessa Canado

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231219/>

# Juro e mercado de trabalho afetam consumo das famílias no Monitor do PIB

**Rafael Rosas**

A taxa de juros ainda elevada e a recuperação lenta do mercado de trabalho contribuíram para que o consumo das famílias recuasse 0,5% em outubro, frente a setembro, segundo o Monitor do **PIB**, divulgado nesta terça-feira, 19, pelo Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). Apesar da queda do consumo das famílias, o Monitor registrou avanço de 0,1% da economia como um todo frente a setembro, com crescimento de 2,4% na comparação com outubro de 2022 e de 2% no trimestre móvel encerrado em outubro. No acumulado em 12 meses até outubro, o indicador mostra alta de 2,9%.

O coordenador de Contas Nacionais do FGV Ibre, Cláudio Considera, explica que as famílias estão consumindo principalmente bens não duráveis e serviços. "Toda a parte mais cara, que são os bens duráveis e os próprios semiduráveis, está perdendo", afirma.

Do lado da demanda, além da queda do consumo das famílias, recuaram frente a setembro o consumo do governo (-0,5%), a formação bruta de capital fixo (FBCF, -0,2%), e as importações (-0,7%). O avanço ante o mês anterior, por essa ótica, foi garantido pelo crescimento de 2,3% das exportações.

"A economia está estagnada e parece que não tem dinamismo para voltar a crescer", diz Considera. Ele atribui esse baixo ritmo principalmente à queda do investimento. "A exportação cresce, mas não é suficiente para mover o **PIB**. As importações caem principalmente por bens intermediários, que na sua maioria é para a própria indústria de transformação."

Em outubro, do lado da oferta, o Monitor do **PIB** ainda mostrou avanço da indústria como um todo, com crescimento de 0,5% frente a setembro, puxado por altas de 2,5% na construção, 1,2% em eletricidade, 0,5% na indústria de transformação e de 0,3% na extrativa mineral. Já os serviços mostraram, segundo o monitor, alta de 0,2% em outubro.

O cenário muda no acumulado de janeiro a outubro. Apesar da alta de 1,8% da indústria como um todo, esse avanço é puxado por um crescimento de 6,3% da extrativa mineral e uma alta de 7,2% da eletricidade, enquanto a indústria da transformação cai 0,5% e a

construção sobe apenas 0,1%. No acumulado do ano, do lado da demanda, a FBCF cai 1,8%.

"O maior desastre é o investimento, a formação bruta de capital fixo. Máquinas e equipamentos foram um desastre", ressalta Considera, que lembra que apenas as máquinas agrícolas mostraram bom desempenho devido à safra recorde.

Uma recuperação de cenário para um ritmo de crescimento mais vigoroso da economia nos próximos meses só será possível, diz, com a continuidade das reformas propostas pelo governo.

"O principal elemento que precisa mudar é os empresários ganharem confiança de que o governo vai entregar as propostas de reforma que está buscando. A aprovação da **reforma tributária** é elemento importante que dá direção ao empresário sobre qual imposto ele vai pagar", diz o economista. Ele defende que se mantenha a agenda de concessões de rodovias e outros ativos de infraestrutura.

Para 2024, Considera acredita que as eleições municipais podem ajudar a elevar o investimento por parte dos governos, contribuindo para dar algum dinamismo à economia. Mas ressalta que o fundamental é buscar aumento do investimento privado.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20231219/>

# OCDE mostra os pontos frágeis da economia brasileira (Editorial)

O Brasil tem taxas de crescimento menor que a média dos emergentes e uma dívida pública bem superior à deles. O relatório "Economic Survey de 2023" da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 38 economias desenvolvidas e emergentes, ilustra esses contrastes, além de servir como advertência a correntes, dentro e fora do governo, que costumam condicionar expansão econômica a aumento das despesas públicas. O relatório coloca boa parte de sua atenção na política fiscal, hoje expansionista, na política monetária e no novo regime fiscal.

As previsões de curto prazo da instituição e suas recomendações para melhorar a performance econômica e social do Brasil não são novidades e coincidem em muitos pontos com as recomendações de economistas e consultores domésticos. O documento ganha relevo em um momento em que cresce a pressão por mais gastos e pelo afrouxamento de regras de um sistema fiscal que sequer foi ainda testado. Sobre este último ponto, as projeções da OCDE indicam que o governo não conseguirá zerar o déficit até 2025, com resultado negativo de 0,5% do **PIB** no próximo ano e no seguinte. De imediato, registra o documento, é importante "frear pressões de demanda que emanam da política fiscal no curto prazo", e aumentar sua credibilidade no longo prazo auxiliaria a política monetária a cumprir sua função, permitindo "que as taxas de juros caíssem mais".

A questão das finanças públicas define o balanço de riscos do país, que os economistas da OCDE veem como equilibrado. Sucesso do novo regime fiscal e da **reforma tributária** elevará o crescimento do **PIB** em 0,5 ponto percentual, deenubarão os juros e, com isso, estimularão consumo e investimentos, com impulso a ganhos de produtividade - cuja evolução tem sido também inferior à dos países emergentes. Os riscos negativos pressupõem o contrário: o regime fiscal não ganha credibilidade, o país cresce menos, com declínio do consumo e investimentos, a **inflação** cai mais devagar e os juros ficam altos por mais tempo. Além disso, um crescimento menor da China, principal parceira comercial, pode diminuir as exportações líquidas, que deram relevante empurrão no **PIB** de 2023.

O aumento de produtividade, segundo a instituição, é crucial para compensar a perda do bônus

demográfico, a menor oferta de mão de obra jovem em relação à que sai do mercado de trabalho por idade. Um dos fatores dos quais ela depende é o investimento público, e esse vai mal - já era baixo e está caindo. Não é segredo que ele é a variável de controle da execução fiscal e alvo principal de cortes ao longo de anos. Na última década, os emergentes fizeram investimentos públicos em infraestrutura de 5% a 7% do **PIB** em média, e o Brasil, 2%. No investimento agregado, com taxa abaixo de 20%, o país investe menos que a média dos países da OCDE, de 23%. Turquia e Índia investem pouco mais de 25% do **PIB** e a China, mais de 40%.

Investimento na infraestrutura brasileira tem aspectos desoladores. No ranking de competitividade nessa área o país fica na penúltima posição, só à frente da Colômbia e atrás de Argentina, México, Chile, Uruguai e Equador. Em eficiência dos portos, dos serviços de trens e qualidade das estradas, oscila na última e penúltima posição. Assim, a instituição calcula que o custo de logística no país é alto, de 15% do **PIB**. Gargalos logísticos consomem 7% dos gastos com exportações.

A consequência é que a infraestrutura brasileira decaiu à medida que o investimento definhou a 0,4% do **PIB**. Para os técnicos da OCDE, para recuperar o atraso da última década, o investimento teria de crescer 3,7% ao ano até 2030. A carência de recursos não levou a um uso mais eficiente do dinheiro: 30% dos projetos públicos de infraestrutura anuais são interrompidos temporariamente ou para sempre.

A produtividade daria um salto com a abertura da economia. Fechado ao mundo, o Brasil aplica tarifas a importações oito vezes superiores ao México, por exemplo, e elas são maiores justamente para bens de capital e intermediários - especialmente os primeiros, vitais para modernizar e melhorar a produtividade industrial. Em barreiras não tarifárias, a OCDE classifica o Brasil como muito protecionista, ao lado da Argentina. Na média para todos os produtos, o Brasil é campeão em tarifas comparados a 13 países emergentes e EUA. Sua participação nas cadeias globais de produção é baixa, menor do que a de emergentes do mesmo porte, o que deveria impulsioná-lo a fechar mais acordos comerciais. O estudo mostra que a proteção tarifária prejudica a agregação de valor na produção e exportação.

Com baixa produtividade e crescimento, a situação social pode piorar. O Brasil, segundo o estudo, é um dos países de maior desigualdade de renda do mundo. A renda média real familiar está hoje no mesmo nível de 2012, uma década perdida em "progresso social". "A menos que ganhos na produtividade do trabalho possam compensar a diminuição da expansão da força do trabalho, o crescimento cairá marcadamente no médio e longo prazos". Ou seja, sem mudanças de rota nas políticas, a baixa performance econômica dos últimos dez anos poderá até cleixar saudades.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231219/>

# Lula critica OCDE e diz que vai chamar para um café

*(Alice Cravo)*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem o alerta da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) de que, sem um forte arcabouço fiscal e uma **Reforma Tributária** que mude o sistema atual, a dívida pública, hoje de quase 75% do Produto Interno Bruto (**PIB**), continuará elevada em relação a outros mercados emergentes.

O relatório Economic Survey Brazil 2023, divulgado segunda-feira em conjunto com o Ministério da Fazenda, foi concluído antes da aprovação da reforma, semana passada.

-Vi uma manchete da OCDE fazendo julgamento da economia brasileira. Quero até aproveitar essa gravação aqui para dizer para o pessoal da OCDE que quando chegar no final do ano que vem, vou convidar vocês para tomar um café para provar que erraram em relação à previsão que vocês têm do Brasil -disse Lula. -Como vocês dão palpite se vocês não sabem?

Segundo o relatório da OCDE, a dívida pública segue elevada em relação a outros emergentes, e o governo precisa de um regime fiscal sustentável e com credibilidade.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Regulamentar uso de inteligência artificial será prioridade do Legislativo

**Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro**

As cúpulas de Câmara e Senado estão decididas a analisar em 2024 um projeto que trate da regulamentação do uso da inteligência artificial, debruçando-se inclusive sobre formas de inibir a produção de conteúdos falsos feitos com esse tipo de tecnologia. A medida é considerada essencial para tentar evitar que esse tipo de recurso seja utilizado nas eleições municipais.

Fontes próximas do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avaliam que o tema deve ser tratado como prioridade pelo Legislativo no próximo ano.

Apesar de as propostas que já tramitam no Congresso sobre a regulamentação da inteligência artificial não tratarem da criação de conteúdo falso com o uso da tecnologia, lideranças do Parlamento apostam que essa abordagem será apreciada pelos congressistas nos próximos meses.

Em 2021, a Câmara aprovou um marco legal da inteligência artificial, mas a matéria foi engavetada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), após o tema receber críticas. A pedido do senador mineiro, uma comissão de juristas foi criada para elaborar um novo texto.

Dois anos depois, um projeto de lei saiu do papel e uma comissão de senadores foi criada para analisar o conteúdo. Pacheco já sinalizou a interlocutores que o tema deve ter espaço no Senado no ano que vem.

Na mesma linha, Lira indicou a aliados que o assunto é uma das principais preocupações da Câmara em 2024.

Para evitar a exigência do princípio de anualidade - regras eleitorais devem ser aprovadas pelo Congresso até um ano antes do pleito -, a ideia do alagoano é investir sobre um projeto com regramento mais amplo, que não seja focado apenas na disputa eleitoral, mas que possa ser válido para a corrida municipal.

A disputa eleitoral do próximo ano deve ser determinante para que Lira tenha pressa para apreciar os projetos de lei que o Executivo ainda encaminhará ao Legislativo para regulamentar a **reforma tributária**, aprovada na semana passada pela Casa e que será

promulgada hoje em sessão solene do Congresso.

A partir da promulgação, o governo terá até 180 dias para enviar esse pacote de propostas.

A interlocutores, o presidente da Câmara indicou preferir que deputados se debrucem sobre essas propostas que detalharão o funcionamento do novo sistema tributário de forma simultânea. Com isso, ele espera que o tema seja superado pela Casa de forma mais célere. Essa estratégia ocorre por ser ano eleitoral, o que deve esvaziar os plenários da Casa no segundo semestre.

Além do aceno à tramitação simultânea, Lira indicou a líderes que pode implementar uma força-tarefa para garantir o avanço das proposições mais rapidamente. Com isso, é muito remota a chance de um mesmo relator ficar responsável por todos os projetos. A tendência é que cada um deles tenha um relator designado.

Para que esse planejamento seja factível, lideranças do Centrão avaliam que os integrantes do governo responsáveis pela articulação política precisarão mudar de comportamento e cumprir à risca os acordos selados com os congressistas.

Parlamentares do bloco pontuam que o governo segue falhando em compromissos e destacam que "há setores que não encaixam", em referência mais direta ao ministro da Secretaria da Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT).

"O problema não está no final da rota, está no início", explicou uma liderança do Centrão, descartando que as falhas estejam sendo cometidas por lideranças do governo no Congresso. "Tem que mudar atitude e forma. Se não fizer isso, não tem jeito", completou.

Ainda que admitam a insatisfação, integrantes do bloco negam que farão pressão por uma **reforma ministerial** no início de 2024, embora reconheçam que uma dança das cadeiras deva ocorrer nos primeiros meses do ano que vem. "Essa é uma prerrogativa do presidente da República".

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231219/>

# Déficit zero e prazo para pagar emendas

O plenário do Congresso Nacional, que reúne deputados e senadores, aprovou ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. Na Câmara, a votação foi simbólica, com orientação contrária só do Novo e do PSOL. No Senado, foram 65 votos a favor e dois contra. O projeto segue para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto manteve a meta de déficit primário zero, defendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Com inclusão da banda de tolerância, o governo poderá entregar um déficit de até 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no próximo ano.

O valor previsto para o salário mínimo é de R\$ 1.412 a partir de janeiro, reajuste de R\$ 92 que considera reposição da **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor nos últimos 12 meses até novembro mais o reajuste com base no índice de crescimento real do **PIB** dos dois anos anteriores.

A matéria, relatada pelo deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), também incluiu a fixação de um calendário para o governo empenhar - reservar para pagamento - recursos de emendas individuais, a que cada parlamentar\* tem direito, e de bancada estadual. Ambas são impositivas, ou seja, obrigatórias.

Atualmente, não há prazo determinado para que o governo efetue os pagamentos dessas emendas. O projeto prevê o valor recorde de R\$ 48,8 bilhões em emendas para o ano que vem, levando em conta também as que não são impositivas. Do valor, R\$ 37 bilhões são de pagamento obrigatório.

Emendas parlamentares são recursos no orçamento do governo federal que podem ser direcionados aos redutos eleitorais de deputados e senadores para, por exemplo, realizar obras e implementar políticas públicas. Em ano de eleições municipais, como é o caso de 2024, os parlamentares costumam usai\* essa prerrogativa para tentar impulsionai\* candidaturas de aliados a prefeituras e câmaras de vereadores.

O relator também acatou pedido para que cerca de R\$ 5 bilhões em verbas de estatais, direcionadas para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fiquem de fora dos cálculos da meta fiscal. Outra adição solicitada pelo governo foi um dispositivo que pode abrir brecha para limitar em R\$ 23 bilhões o contingenciamento de gastos eventualmente necessário ano que vem para cumprir a meta fiscal. Na prática, impedirla um corte de cerca de R\$ 30

bilhões em despesas.

A LDO serve de base para a Lei Orçamentária Anual (LOA), que ainda precisa ser votada pela Comissão Mista do Orçamento (CMO) e pelo plenário do Congresso. Normalmente, a LDO é aprovada até julho. Neste ano, as mudanças nas regras fiscais do país, com adoção do novo arcabouço, atrasaram a tramitação do projeto. O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pretende votai\* hoje a LOA, após a promulgação da **reforma tributária**.

## Calendário

O governo deve reservar recursos para pagamento das emendas impositivas até julho. Para transferências "fundo a fundo" em saúde e assistência social, a liberação de fato do dinheiro, deverá ocorrer também nesse período.

A medida aumenta o controle do Congresso sobre a liberação de recursos do Orçamento da União e reduz o poder de barganha do Palácio do Planalto em votações.

Atualmente, o presidente da República edita decretos que fixam limites mensais de empenho e pagamento das verbas públicas.

As emendas impositivas -as individuais e as de bancada estadual - são, atualmente, de pagamento obrigatório, mas o governo consegue controlar o ritmo da liberação dos recursos.

Com calendário mais apertado estabelecido na LDO, parlamentares ficarão menos "reféns" do Planalto.

Apesar de ter retirado as emendas de comissão do calendário para empenho, o relator Danilo Forte manteve o valor de R\$ 11,3 bilhões para esses recursos, um recorde.

A LDO reserva, ainda, R\$ 25 bilhões para emendas individuais e R\$ 12,5 bilhões para as de bancada estadual.

**Site:** [https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20231220&\\_gl=1\\*y9wgb4\\*\\_gcl\\_au\\*MTcxNjUzNDA0My4xNzAyMTA5MDAx#page/40](https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20231220&_gl=1*y9wgb4*_gcl_au*MTcxNjUzNDA0My4xNzAyMTA5MDAx#page/40)

# Congresso conclui votação da LDO de 2024 com meta de déficit zero

**GILBERTO COSTA Agência Brasil**

Em sessão no plenário da Câmara dos Deputados na tarde de ontem, o Congresso Nacional aprovou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 (PLN nº 4). O placar de aprovação dos senadores foi de 65 votos a favor, 2 contrários, e nenhuma abstenção. Entre os deputados, a aprovação foi simbólica ao texto do relator Danilo Forte (União-CE).

A LDO fixa parâmetros de orientação para a elaboração do Orçamento de 2024. Entre as diretrizes, os parlamentares estabeleceram a meta fiscal de déficit zero, ou seja, os gastos federais não podem superar o soma tório de arrecadação com **tributos** e outras fontes.

O valor previsto para o salário mínimo é de R\$ 1.412 a partir de janeiro, reajuste de R\$ 92 que considera reposição da **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos últimos 12 meses até novembro (3,85%) mais o reajuste com base no índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos dois anos anteriores (3% de ganho real).

Uma novidade nas regras orçamentárias do próximo ano está a obrigação do governo federal de reservar recursos para empenhar as emendas parlamentares impositivas ainda no primeiro semestre de 2024. O governo poderá contingenciar emendas não impositivas de comissões da Câmara e do Senador na mesma proporção dos cortes feitos nas despesas não obrigatórias.

**Destaque** Após apreciarem a LDO, os parlamentares aprovaram destaque proposto pelo líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ), à emenda do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) proibindo eventuais despesas com invasão ou ocupação de terra pública ou privada, cirurgias de aborto não permitidas em lei, cirurgias para troca de sexo de crianças e adolescentes e ações que possam influenciar "crianças e adolescentes, da creche ao ensino médio, a terem opções sexuais diferentes do sexo biológico".

Nenhum desses tópicos estava previsto no projeto da LDO. O próprio relator, deputado Danilo Forte, considerou a emenda de destaque um "jabuti", estranho ao texto em votação.

A LDO segue agora para sanção presidencial. Conforme a Constituição Federal, o presidente da República poderá vetar trechos aprovados. Caso isso aconteça, o Congresso poderá convocar sessão para a rejeição do veto, que se dará em caso de contestação pela maioria absoluta de deputados (257 votos) e senadores (41 votos).

O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), promete votar a Lei do Orçamento Anual em sessão na quarta-feira (20) após a promulgação da **reforma tributária**. A lei do orçamento ainda está em análise na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A comissão tem reunião marcada para hoje às 10h.

Valor previsto para o salário mínimo é de R\$ 1.412, um reajuste de R\$ 92

**Site:**

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_0F926E6AB50DED2AA6972CA04238A5F775821138492804F46048EA1A2929B409F92A6CEDAB2BDCDA219494DFA68056D038F415F95F18533250642CC0F20A3CBBAF29DF7E978D068891B3DC3965EF0B0E40033008F18E546E6917AF737BE3379B04689C9727741F9EE081E42E7C2C23A838FF11EADCA56876A05B4](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_0F926E6AB50DED2AA6972CA04238A5F775821138492804F46048EA1A2929B409F92A6CEDAB2BDCDA219494DFA68056D038F415F95F18533250642CC0F20A3CBBAF29DF7E978D068891B3DC3965EF0B0E40033008F18E546E6917AF737BE3379B04689C9727741F9EE081E42E7C2C23A838FF11EADCA56876A05B4)



# Sem ICMS, mobilização é por derrubada de decretos

Sem o projeto que previa o aumento da alíquota modal de ICMS de 17% para 19,5% por ausência de apoio na Assembleia Legislativa, as atenções agora voltam-se para o que o governo chamou de plano B, que são medidas de corte de incentivos fiscais. Os decretos de autoria do governador Eduardo Leite (PSDB) foram publicados no sábado passado e envolvem diversos setores e passam a valer em abril do próximo ano. Segundo Leite, os decretos buscam ampliar a arrecadação.

No plenário, os deputados de diversas bancadas se revezaram na tribuna com críticas ao projeto do aumento do ICMS e alertaram para o impacto das medidas de cortes de incentivos fiscais. Líder da bancada do PL, Rodrigo Lorenzoni destacou que o governo tinha espaço para novos cortes, citando a quantidade de secretarias no RS e o funcionamento da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR). Alguns deputados citaram que a retirada do projeto não deveria ser comemorada, uma vez que o corte de incentivos trará impactos na economia.

Da bancada do PP, que é o partido do líder do governo, Guilherme Pasin ressaltou que há necessidade de se discutir outras formas de gerar receitas.

Também considerou uma importante conquista a mudança no texto da **reforma tributária**, que tratada da transição do ICMS e outros **impostos** para o IBS. Esse era um dos argumentos do governo para defender o aumento do ICMS no RS.

Fora do plenário, foi grande a repercussão em relação à retirada do projeto e o plano B.

Em ato nas galerias, o presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa, destacou que a mobilização será para a derrubada dos cortes dos incentivos fiscais. Segundo ele, em vigor os decretos vão quebrar muitos setores. Citou por exemplo o fato de o Rio Grande do Sul importar mais de 40% da proteína animal consumida no Estado.

Pela presidência da Fiergs, Gilberto Porcello Petry considerou a retirada do projeto "uma decisão de bom senso do governador".

Ao mesmo tempo, a entidade vê como ideal a

revogação dos decretos que cortam os incentivos, zerando o debate e iniciando uma nova discussão.

"Os denominados incentivos não são fruto da generosidade do governo, mas sim compensações fiscais imprescindíveis para gerar e manter empregos e renda para os gaúchos, através da retenção de empresas", enfatizou Petry. A Fecomércio que também manifestou posição contrária ao projeto, comemorou a decisão do governo. Porém, considera que o plano B também pode vir a ser uma ameaça. "A Fecomércio-RS é contrária à proposta e manterá o acompanhamento com a intenção de impedir prejuízos aos contribuintes", enfatiza o presidente Luiz Carlos Bohn.

Na mesma linha, a CDL Porto Alegre considera uma vitória a retirada do projeto e que irá atuar para que os decretos não sejam implementados.

ENTENDA. Segundo o governo do Estado, o plano B é formado basicamente por três ações: alterações nas condições para usufruir dos benefícios fiscais, ampliação do Fator de Ajuste de Fruição (FAF) e extinções e reduções de benefícios de itens da cesta básica. As medidas envolvem mais de 60 setores econômicos no RS.

Antes do recesso, Assembleia aprova textos

Apesar da retirada do projeto do ICMS, a Assembleia teve um dia de intensa votação, antes do recesso parlamentar. As primeiras propostas eram de origem do Executivo, tramitavam em regime de urgência e trancavam a pauta. Entre elas, estava a que alterou o IPE Prev, prevendo, entre outras coisas, o compartilhamento da taxa de administração entre os poderes e órgãos autônomos.

Outro projeto que gerou discussão foi o da criação de uma agência de desenvolvimento do Estado. As maiores críticas vieram de deputados da oposição à esquerda, que citaram que já havia um órgão similar que foi extinto, como a AGDI no governo de Tarso Genro (PT). O líder do governo, Frederico Antunes (PP), defendeu a necessidade de "convergência" a favor do caminho do desenvolvimento.

O secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Ernani Polo, acompanhou a votação em plenário.

Também foi aprovado o programa "Todo Jovem na Escola", que tem como objetivo garantir uma bolsa mensal regular, auxílio a material escolar, poupança aprovação e bônus por engajamento nas avaliações.

A iniciativa, segundo o governo do Estado, é diminuir as taxas de abandono escolar entre jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Apesar de ter sido aprovado por unanimidade, deputadas da oposição consideraram o texto insuficiente. A deputada Sofia Cavedon (PT) ressaltou que 18% do total de estudantes da rede estadual de ensino estão na pobreza extrema e representam 32% dos alunos que abandonam a escola.

O projeto que alterava o Código Estadual de Meio Ambiente, flexibilizando obras de irrigação, gerou polêmica. Do deputado Delegado Zucco (Republicanos), o projeto torna de interesse social e utilidade pública as barragens e açudes, quando reconhecido como imprescindíveis para a agricultura e a pecuária. A bancada do PT pediu a retirada do projeto.

Após intensa discussão, deputados da base aderiram ao discurso de ampliar o debate para sanar questões, entre eles Adolfo Brito (PP), que presidirá a Casa em 2024, e Bonatto (PSDB).

Assim, o autor aceitou o pedido e a votação foi adiada.

**Site:**

**<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=16274&edicao=10934>**

# Governador decide não aumentar mais imposto

**Rodrigo Peret**

O governador Renato Casa-grande anunciou ontem que o aumento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de 17% para 19,5%, não vai mais acontecer no Espírito Santa

O projeto de lei que aumentaria a alíquota do imposto havia sido aprovado no dia 27 de novembro pela Assembléia Legislativa, mas será revogado pelo governo após a aprovação da **Reforma Tributária**.

Casagrande explicou que o reajuste havia sido proposto pelo governo em uma tentativa de se antecipar aos efeitos de um artigo da reforma dos **impostos** que previa que a receita futura dos estados seria a média da arrecadação do ICMS de 2024 a 2028».

Ao aumentar o imposto, o governo manteria sua competitividade com os outros estados. "Era uma decisão antipática, mas que protegia nosso futuro. Retirado o risco, recuamos", afirmou.

Na última sexta-feira, a Câmara dos Deputados aprovou a **Reforma Tributária** e retirou este ponto do projeto, tornando o reajuste do ICMS no Estado desnecessário.

O vice-governador Ricardo Ferraço destaca que, com esse recuo, o Espírito Santo passará a ser o estado com a menor alíquota do ICMS na região Sudeste do País.

"Essa decisão vai na direção daquilo que tem nos movido, que é a responsabilidade. A distribuição do ICMS dependeria da nossa capacidade de arrecadação entre 2024 e 2028 e, por isto, os estados aumentaram a alíquota para se protegerem", frisou Ricardo.

A medida foi definida pelo governo estadual após uma reunião na manhã de ontem com 12 dos 30 deputados estaduais. O presidente da Assembléia Legislativa, Marcelo Santos (Podemos), informou que a revogação do reajuste será feita o mais rápido possível.

"Entendo que a decisão foi acertada. Assim que o senhor encaminhar, pautaremos esse projeto, votaremos na sexta-feira no plano virtual", declarou ao

governador o deputado, que também destacou que a definição do horário para a votação do projeto ocorrerá hoje.

Além de Marcelo, estavam presentes na reunião os deputados Bruno Resende (União), Tyago Hoffmann (PSB), João Coser (PT), Marinho dos Anjos (PSDB), Alexandre Xambinho (PSB), Denninho Silva (União), Janete de Sá (PSB), Vandinho Leite (PSDB), Dary Pagung (PSB), Fabricio Gandini (PSD) e Adilson Espíndola (PDT).

CASAGRANDE, com microfone, fez anúncio ao lado de Ricardo, do presidente da Assembléia e de outros deputados

ENTENDA

Mudança na reforma

ORIGINALMENTE, o texto da **Reforma Tributária** continha um artigo que previa que a receita futura dos estados seria a média da arrecadação de ICMS de 2024 a 2028.

POR CONTA dessa previsão, diversos estados começaram a aumentar suas respectivas alíquotas de ICMS, o que fez com que o Espírito Santo também aprovasse o aumento, para não correr o risco de perder competitividade.

PORÉM na última sexta-feira, a Câmara dos Deputados aprovou a **Reforma Tributária** e retirou este ponto do projeto, definindo que o critério para decidir a receita futura dos estados será definida via lei complementar que ainda será publicada.

COM ISSO, tomou-se desnecessário o aumento da alíquota do ICMS do Espírito Santo de 17% para 19,5%. O governo então decidiu revogar a medida, o vai enviar projeto neste sentido para a Assembléia Legislativa

Previsão de votação

segundo o deputado e presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Marcelo Santos, o projeto será votado amanhã, em horário a decidir, em uma sessão virtual.

0 ANUNCIO do cancelamento do aumento foi realizado após uma breve reunião entre o governo estadual e 12 deputados estaduais, na manhã de ontem.

Sem influência externa

o governador Renato Casagrande deixou claro que essa medida foi uma iniciativa do Estado e não foi influenciada pelo consórcio dos estados do Sul e Sudeste. Outros estados, porém, devem seguir a tendência e também realizar recuos no aumento da alíquota do ICMS.

Findes festeja e parabeniza o governo pela decisão

A Federação das Indústrias do Estado (Findes) publicou nota festejando a aprovação da **reforma tributária** e a decisão do governo do Estado de manter a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 17%.

No material enviado à imprensa a Findes destaca que o novo modelo de tributação trará ganhos significativos para a indústria e resultará num avanço do crescimento econômico.

A decisão do governo estadual de suspender o aumento do ICMS de 17% para 19,5% foi descrita como "coerente, assertiva e fundamental para garantir a competitividade do setor produtivo capixaba e não penalizar a população com a cobrança de mais **impostos**".

"A Findes parabeniza o Executivo e o Legislativo pela iniciativa e pela rápida resposta a sociedade, e continua se colocando à disposição para tratar de temas que são decisivos para o desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo", informou a nota.

PRÉDIO da Findes: **comunicado**

Regulação de ao menos 71 pontos da reforma

Aprovada a **reforma tributária**, o Congresso tem agora pela frente a análise de toda a regulamentação das novas regras. Pelo menos 71 pontos vão precisar ser detalhados em lei complementar. Mas alguns são essenciais para que o novo modelo comece a sair do papel. As informações são do jornal Valor,

Os técnicos da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** trabalham com a expectativa inicial de três leis: uma para os novos **tributos**, outra para o comitê gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e uma terceira para o Imposto Seletivo.

Os "esclarecimentos" por meio de lei complementar

substituirão boa parte dos 218 artigos do atual Código Tributário Nacional (CTN), de 1966, que disciplina o atual sistema. Os textos serão elaborados pelo governo e terão que ser enviados ao Congresso no prazo de seis meses, conforme determina o texto aprovado

"Aprovada a PEC nº 45, a fase mais desafiadora começa agora", diz o advogado Eduardo Perez Salusse.

# "DF passou muito tempo sem ter investimentos"

**João Carlos Silva**

» » ENTREVISTA / IBANEIS ROCHA (MDB), GOVERNADOR DO DF

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), avalia como o maior desafio, no primeiro ano do seu segundo mandato, a adoção de medidas para reparar o déficit de R\$ 700 milhões em arrecadação. Convidado do programa CB.Poder - parceria entre o Correio e a TV Brasília - o governador prevê o investimento de R\$ 2 bilhões na infraestrutura da cidade e em programas sociais, o que define como basilares para 2024. Em entrevista aos jornalistas Ana Maria Campos e Carlos Alexandre de Sousa, Ibaneis confirma que estará à frente das negociações no próximo processo eleitoral para o GDF.

Qual foi o maior desafio do seu segundo mandato?

Nós começamos o ano com um desafio muito grande, o 8 de janeiro, que abalou todas as estruturas, mas que trouxe muito fortalecimento para democracia brasileira. Tivemos a oportunidade de ver todas as instituições unidas na reconstrução da democracia no Brasil.

Registramos também desafios importantes na área econômica no Distrito Federal, com a redução da arrecadação em virtude das dificuldades pela redução do ICMS dos combustíveis e da telecomunicação. Tivemos aí uma quebra de caixa na ordem de R\$ 700 milhões, o que nos fez avançar com medidas antipáticas para a sociedade. Mas nós realizamos grandes projetos, como a entrega do túnel de Taguatinga, do viaduto do Sudoeste e outras obras de infraestrutura.

Melhoria dos asfaltos da cidade, melhoria dos calçamentos. A expectativa para 2024 é muito positiva.

Para o próximo ano, quais são os seus planos e objetivos?

Graças à melhoria nas contas do DF, nós conseguimos para este ano R\$ 2,8 bilhões com financiamentos e temos uma previsão de mais R\$ 2 bilhões para o ano que vem. Isso vai fazer com que inúmeras obras sejam realizadas, como é o caso da terceira faixa em Planaltina; o BRT Norte que

queremos iniciar as licitações no ano que vem; a expansão do metrô da Samambaia; e devemos lançar ainda este ano a licitação da expansão da Ceilândia. Nós temos na região do Jardim Botânico a construção de um viaduto muito importante para aquela população e temos a previsão de lançar mais um viaduto na região, o que vem de São Sebastião.

Com isso resolvemos o problema do trânsito.

Temos a duplicação da DF-140 chegando ao fim do processo, junto ao Tribunal de Contas da União. Em Ceilândia e Taguatinga uma obra muito importante é feita na Hélio Prates, onde nós vamos ter um corredor de ônibus. Nós sabemos da importância dessa obra para melhorar a drenagem, que era muito ruim. Esperamos entregá-la no próximo ano.

O senhor acha que a marca do seu governo serão as obras?

Brasília passou muito tempo sem ter investimentos na sua infraestrutura, então muita coisa precisava acontecer, nós fizemos uma opção de tirar esses projetos da gaveta. Mas, temos também a questão social, sabemos que nós passamos dificuldades enormes durante o período da pandemia. Tivemos a oportunidade de criar o Cartão Prato Cheio, que hoje auxilia 100 mil famílias no DF e também o Cartão Gás, que, naquele período, era uma reclamação muito grande, as pessoas muitas vezes conseguiam adquirir a comida por meio do cartão, mas não tinham como cozinhar, porque não tinham condições de comprar o botijão de gás. Uma realização muito grande, em que o DF é liderança. Temos também os restaurantes comunitários, que estão sendo ampliados.

São pilares da nossa administração, infraestrutura e a questão social.

Houve também reajuste para as forças de segurança e servidores em geral...

Nós conseguimos avançar nessa pauta, o governo federal anunciou, ontem, que não vai conceder nenhum tipo de reajuste para os servidores federais. É uma pauta que nós resolvemos aqui no Distrito Federal, a concessão do reajuste de 18% em três parcelas, garantindo aos **servidores públicos** a dignidade que eles merecem.

Fora isso, a gente tem trabalhado, individualmente, em reestruturação de carreiras que estavam atrasadas, para poder dar uma melhoria salarial para esses servidores. Era um pedido antigo das forças de segurança. Graças a Deus a gente pode falar que tem segurança no Distrito Federal devido ao trabalho feito pela Secretaria de Segurança. Nada mais merecido do que esse reajuste que foi concedido.

Nesse sentido, a garantia do Fundo Constitucional, que mobilizou toda a classe política no DF, foi absolutamente fundamental neste ano de 2023...

Sem dúvida nenhuma, o Fundo compõe grande parte do nosso orçamento e é necessário para manutenção da segurança, da educação e da saúde. O investimento nessas áreas tem sido muito grande aqui no Distrito Federal. Para o ano que vem, estamos lançando editais para três hospitais novos em Recanto das Emas, Guará e São Sebastião. E a gente vem investindo muito na saúde, graças aos recursos do Fundo. Foi uma belíssima oportunidade também de unir a classe política do DF, ali todos esqueceram suas bandeiras partidárias.

Falando de obras, a drenagem pluvial traz muitos transtornos para a população...

Brasília passou por um período longo sem investimento na área, os governantes anteriores não queriam obras enterradas, nós estamos passando por um programa de modernização dessas áreas. Estamos fazendo drenagem de Taguatinga com a obra da Hélio Prates e o (projeto) Drenar aqui da Asa Norte, onde há sempre uma quantidade muito grande de alagamentos e estão sendo investidos pela Terracap mais de R\$ 300 milhões. As vias (de escoamento) são feitas manualmente, por meio de galerias de túneis. Além disso, ganharemos um Novo Parque na Asa Norte, perto do late Clube de Brasília, onde teremos uma lagoa que vai amortizar a água que chega ao Lago Paranoá.

Voltando à questão social que o senhor abordou, um dos pontos que são importantes é o Refis, que foi adotado no DF com especial atenção às pessoas físicas. Como foi isso?

No período da pandemia muitos ficaram desempregados e outros tiveram que ter outras prioridades e deixaram de pagar alguns **tributos** aqui no Distrito Federal. Então, esse Refis não tem apenas caráter de arrecadação, mas também de regularidade social. É uma oportunidade ímpar para as pessoas regularizarem a sua vida. Estamos muito felizes com o resultado, pela quantidade de pessoas físicas que aderiram e pela quantidade de pessoas jurídicas, em

especial as micro e pequenas empresas que estavam mais endividados e nós temos que ter certeza que vamos recolocar essas pessoas todas no mercado.

Em um discurso, o senhor falou que a **Reforma Tributária** não foi prejudicial para o DF, mas sim para outros estados no Centro-Oeste e esses estados deveriam se unir em parcerias...

Essa reforma vem para beneficiar os estados consumidores, como no nosso caso, vivemos praticamente de serviços. Então nós temos um acréscimo de arrecadação.

Assim como estados produtores como Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul devem ter uma queda na arrecadação.

A gente espera que, com o fundo criado, haja compensação para que não ocorra perda para essas populações. Esperamos trabalhar em conjunto com esses governadores para que a gente possa ter um fundo de estabilidade que realmente atenda a todas as necessidades desses estados vizinhos.

Foi sancionada hoje a privatização da Rodoviária, o que o senhor tem a dizer?

Privatização sempre gera polêmica tanto na sociedade civil quanto nos partidos políticos. Nós temos uma posição dos partidos de esquerda contra a privatização, mas nós sabemos dos benefícios que isso gera, basta ver o exemplo da CEB. O investimento da Neoenergia no melhoramento do Parque Tecnológico foi de R\$ 700 milhões ao longo desses dois anos de privatização. Isso corresponde a 10 anos no investimento que seria feito no modelo anterior estatal. Com o exemplo próximo da Rodoviária Interestadual - que é gerida por uma empresa privada - não há sequer uma reclamação daquele ponto de ônibus.

Próximo passo

A privatização da Rodoviária do Plano Piloto foi sancionada, ontem, pelo governador Ibaneis Rocha, com a publicação da Lei nº 7.358/2023 no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF). A partir de agora, o GDF pode iniciar o processo licitatório que permite ao setor privado administrar o espaço. O próximo passo é a publicação do edital de licitação, que trará o contrato com prazos e demais condições.

A privatização da Rodoviária e também o alto subsídio que o governo paga para as empresas de ônibus podem aumentar as tarifas?

Nós não temos previsão de aumento nas tarifas, o

Governo do Distrito Federal tem um encargo muito grande com transporte público por conta das gratuidades que são concedidas aqui no Distrito Federal, inclusive, estamos fechando o ano em atraso com algumas empresas, vamos avançar agora no próximo ano nesse pagamento para que as empresas possam também renovar suas frotas.

Como o senhor vê as nomeações de Flávio Dino, para o STF, e Paulo Gonet, como procurador-geral da República?

Gonet é uma pessoa extremamente preparada, principalmente para tirar o caráter midiático do Ministério Público, consolidando uma transformação que começou com o Aras, de afastamento dessas questões, especialmente da Lava Jato. Sou suspeito para falar do Flávio Dino, ele foi meu professor de pós-graduação, foi governador comigo e tivemos muitos momentos importantes em diversas discussões, é um jurista extremamente preparado e tenho certeza que vai fazer muito bem no Supremo Tribunal Federal.

Como o senhor vê esse desgaste, digamos assim, entre o Congresso e o Judiciário?

Na questão da limitação de ministros do Supremo (Tribunal Federal) eu sou contra, acho que o Supremo funciona bem da maneira como está. A discussão maior é sobre a limitação de decisões monocráticas. Isso eu acho que o Congresso tem que analisar com muito cuidado, mas é muito importante também, muitas vezes uma lei aprovada por todo o Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República é suspensa numa canetada de ministro. Isso tem gerado a individualização das decisões, ela está deixando de ser um acordo de colegiado para ser um acorde individualista.

Algumas pessoas dizem que o senhor pode concorrer ao Senado, em 2026, ou ficar até o último dia de seu mandato e não concorrer a nada.

Hoje, qual é o seu sentimento?

Eu tenho um compromisso com a população do Distrito Federal, que me elegeram em 2019 com quase 70% dos votos, em primeiro turno. Então o meu primeiro compromisso é com as entregas que eu me comprometi a fazer. Tenho essas duas opções, posso concorrer ao Senado, eu tenho que avaliar bastante, do ponto de vista pessoal e um avanço muito grande no ponto de vista da cidade. Mas posso ficar até o final, eu não tenho apego a cargo.

Celina Leão será sua sucessora?

Ela se potencializou, é uma política experiente, tem

vários mandatos como deputada distrital e como deputada federal. Ela tem apoiado todas as causas da cidade e se qualificou muito no momento do meu afastamento. Mostrou muita fidelidade e respeito pelas decisões a serem tomadas pela cidade. Teve um carinho enorme com a população. Então ela tem todas as condições de ser governadora. Mas isso nós temos que discutir também com os políticos da cidade, nós temos pelo menos cinco partidos de direita e temos que discutir com esses parceiros.

Mas você vai liderar esse processo?

Com certeza, não abro mão de liderar o processo de maneira nenhuma. Isso é importante para a cidade, ter uma liderança num processo de transição.

O que a população espera da gente é exatamente isso: esse poder de liderança, para que a cidade continue se desenvolvendo.

\*Estagiário sob supervisão de José Carlos Vieira

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/20/all.pdf>**

# BOLSA SOBE 0,6% E RENOVA PONTUAÇÃO RECORDE ARQUIVO GA

## FOLHAPRESS

São Paulo, SP - A Bolsa brasileira renovou o seu recorde nominal nessa terça-feira (19). O Ibovespa subiu 0,58%, a 131.846 pontos, nova máxima de fechamento, segundo dados preliminares da CMA.

Na véspera, o principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo já havia atualizado a marca histórica, quando subiu 0,68%, a 131.083 pontos.

Em termos reais, porém, o recorde está longe. Se for considerada a **inflação**, o pico do Ibovespa seria de 177.098 pontos, quando corrigido pelo IPCA atual, e de 212.305 pontos, quando corrigido pelo IGP-M, ambos atingidos em maio de 2008, antes da crise financeira. Os cálculos são da Economatica.

Já o dólar fechou em queda após a divulgação da ata da última reunião de política monetária do Banco Central, que baixou o juro de 12,25% para 11,75%. Investidores também refletiram a expectativa por dados de **inflação** dos Estados Unidos desta semana e a elevação de nota de crédito da S P para 'BB'.

O dólar cedeu 0,83%, a R\$ 4,8631. Na véspera, a divisa fechou a R\$ 4,9033, em baixa de 0,70%.

Segundo analistas, a melhora na avaliação da S P já era esperada e já estava precificada, uma vez que, agora, ela se assemelha à avaliação das demais agências de classificação de risco. Dessa forma, não teve grande influência no pregão desta terça.

Outro ponto de cautela é que a agência disse que a situação fiscal do país ainda preocupa. A agência de classificação de risco aponta que o déficit nas contas públicas segue elevado e que, caso a dívida pública aumente acima do esperado, a agência poderá revisar para baixo a nota do Brasil.

Na sessão, o risco-país medido pelo CDS (Credit Default Swap), caiu 1,30%, para 139 pontos, menor patamar desde 5 de março de 2020, antes da OMS (Organização Mundial de Saúde) decretar pandemia de coronavírus, o que aconteceu em 11 de março daquele ano. Em 2023, o indicador que atesta a capacidade do país pagar com suas contas, acumula queda de 46%.

"Na verdade, a S P estava atrasada com relação às outras agências, a nota BB da S P é equivalente a Ba2 da Moody e BB da Fitch. Acredito que o evento é positivo, mas sem grandes repercussões porque, na verdade, a S P corrigiu a defasagem com relação à nota das outras agências, para ter efeito nos preços locais, teria que ser uma revisão para BB+ ou uma nota superior. Aí sim, estaríamos diante de uma novidade significativa", afirma Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura.

Em sua ata, o Copom diz que "houve um progresso desinflacionário relevante, em linha com o antecipado pelo comitê, mas ainda há um caminho longo a percorrer para a ancoragem das expectativas [convergência em direção aos alvos perseguidos pelo BC] e o retorno da **inflação** à meta, o que exige serenidade e moderação na condução da política monetária", escreveu.

Segundo agentes do mercado, a entrada de moeda estrangeira no Brasil beneficia o real ante o dólar, bem como o leve viés de baixa da divisa americana também no exterior.

Já Leandro Petrokas, diretor de pesquisa e sócio da Quantzed, vê a queda do dólar como um movimento mais ligado ao cenário interno. "O mercado avalia negociações envolvendo a **reforma tributária**. Com um fiscal mais robusto, há chances de mais quedas do dólar contra o real", afirma.



# Retrospectiva 2023: Economia teve desempenho moderado em 2023, mas melhor do que previsões

Por Diego Viana, para o Valor - São Paulo

20/12/2023 05h03 Atualizado há uma hora

Foi um ano de números bons, isto é: melhores do que o esperado. Foi um ano de números ruins, isto é: desaceleração e a expectativa de um 2024 menos aquecido. Se alguém fosse escrever um conto de duas economias - a brasileira e a global -, não poderia deixar de falar do medo de uma recessão e da esperança de um pouso suave. Também não poderia ignorar as surpresas com a **inflação** e as benesses da energia mais barata. Ao final, teria de reconhecer um cenário benigno, depois de alguns anos difíceis.

Quando as pessoas brindaram ao final de 2022, as previsões para a economia brasileira não eram animadoras. O país vinha de uma significativa expansão fiscal, que contou com benefícios sociais ampliados, **impostos** reduzidos para combustíveis e uma emenda constitucional, a PEC da Transição, que liberou R\$ 145 bilhões para serem gastos pelo novo governo.

O mercado e os economistas das universidades previam a necessidade de um ajuste brusco, considerando também o temor do aumento do endividamento público. Como resultado, o **PIB** esperado para 2023 ficou na casa dos 0,8%, de acordo com o boletim Focus.

Apesar da taxa Selic, àquela altura estacionada nos 13,75%, o que se imaginava era que a **inflação** terminaria neste ano em cerca de 5,5%, ou seja, acima do teto da meta, atualmente em 4,75%. A alta dos preços seria explicada não só pela quantidade de dinheiro em circulação, mas também pelo fato de que os dados do ano passado refletiam o corte de **impostos** sobre os combustíveis. Quando o ICMS e o PIS/Cofins voltassem ao normal, fatalmente haveria um efeito cascata inflacionário, que obrigaria o Banco Central a manter os juros em patamares elevados por um período mais longo.

Com tudo isso, os números da economia brasileira surpreenderam positivamente. Hoje, a previsão é de uma expansão do **PIB** que pode superar 3%, o que

não chega a ser um crescimento robusto, mas constitui um contraste evidente com o que era imaginado há um ano.

A **inflação** baixou gradualmente, entrando no teto superior da meta em novembro. Desde então, continua comportada. O alívio permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte, de 0,5 ponto percentual, ocorrendo na reunião de agosto. Outros três cortes do mesmo tamanho ocorreram nas reuniões seguintes. Os próximos fogos de Copacabana vão espoucar com uma taxa básica de juros a 11,75%.

O desemprego também teve um comportamento positivo, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE. De um pico de 8,8% no primeiro trimestre, caiu ao longo do ano até 7,6% em outubro, o valor mais baixo desde 2015.

O número representa 8,3 milhões de pessoas. O aumento do emprego ocorreu tanto no mercado formal (com alta de 1,6% no último trimestre) quanto no informal (alta de 1,3% no mesmo período). A taxa de informalidade ficou em 39,1% e o rendimento médio do trabalhador, em R\$ 2.999, com crescimento de 3,9% em 2023.

Como em outros anos, o campo explica boa parte do resultado da economia. "A maior surpresa deste ano vem das commodities, que tiveram um boom. Não no preço, e sim na quantidade", aponta Paulo Gala, economista-chefe do banco Master. "Este foi o ano das commodities. A safra de grãos, por exemplo, passa de 300 milhões de toneladas, o que corresponde a três vezes o que era em 2000. Hoje a safra é dez vezes maior do que nos anos 1970."

"A Selic média vai ser mais baixa. Então podemos esperar uma expansão do crédito", diz Paulo Gala - Foto: Divulgação

O economista assinala também que a extração de petróleo cresceu rapidamente no país. De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o aumento foi de 11,5% em relação a 2022, com uma média de produção de 3,36 milhões de barris por dia

até outubro.

Esse número é mais alto do que o estimado pela Opep para o Irã, que produziu 3,1 milhões de barris por dia. "Com tudo isso, o superávit da balança comercial vai chegar a quase US\$ 100 bilhões", diz Gala. "Esse é o grande destaque do ano, que colocou o **PIB** para cima: o agronegócio, a indústria extrativa e o consumo das famílias, que também foi uma notícia positiva."

Além dos efeitos da safra recorde e do impulso que ela proporcionou para o complexo produtivo que cerca o agronegócio, as expectativas baixas também incluíam um cálculo imperfeito dos efeitos da recuperação pós-pandemia, de acordo com Natalie Victal, economista-chefe da Sulamérica Investimentos.

"A empresa que tem dinheiro na mão [...] tem a oportunidade de comprar concorrentes", diz Daniel Wainstein - Foto: Carol Carquejeiro/Valor

"Devemos ser humildes e reconhecer que, ao sair de um dos maiores choques globais recentes, a defasagem dos efeitos econômicos não é tão clara. Subestimamos o impacto da resiliência da atividade econômica e o impulso fiscal de iniciativas como os benefícios concedidos nos últimos meses do governo Bolsonaro e, em seguida, à PEC da Transição", argumenta. Por isso, além da agropecuária, o consumo das famílias e a resiliência do mercado de trabalho ajudaram a gerar o crescimento acima do esperado, diz a economista.

Olhando de perto, no entanto, os dados não são tão alvissareiros, o que poderá ter reflexos relevantes em 2024. O grosso da alta do **PIB** ocorreu no primeiro semestre, com a segunda metade do ano apresentando praticamente uma estagnação, embora o crescimento de 0,1% do terceiro trimestre ainda seja um resultado melhor do que a queda de 0,2% esperada pelo mercado. Uma ligeira queda ainda é prevista para o último trimestre, o que deve manter a variação do produto em cerca de 3%.

E se a maior parte do crescimento registrado veio do agronegócio e das commodities, por outro lado o investimento no país continuou a andar de lado, até mesmo com uma certa contração. No terceiro trimestre, a formação bruta de capital fixo, que mede a evolução dos investimentos, ficou 6,8% abaixo do que foi no mesmo período do ano passado.

"Subestimamos o impacto da resiliência da atividade econômica", diz Natalie Victal - Foto: Anna Carolina Negri/Valor

Com a indústria estagnada, a ociosidade continua alta, lembra Gala. "A produção industrial está 18% abaixo

do que era em 2013 e desde 2014 a conta do hiato do produto, calculada pelo Banco Central, mostra uma economia desaquecida", diz.

Para o próximo ano, o que se espera é desaceleração. As projeções do mercado se distribuem entre 1,5% e 2% para o crescimento do **PIB**. Um novo crescimento de dois dígitos do agronegócio é muito improvável e a indústria extrativa também não deve manter o ritmo de 2023.

Como reflexo, uma alta expressiva das exportações está praticamente descartada. Além disso, como o resultado positivo deste ano se concentrou sobretudo no primeiro semestre, o carregamento estatístico (carryover) de crescimento para 2024 é nulo, aponta Victal.

Projetos da incorporadora Evergrande, que está no centro de uma crise imobiliária na China - Foto: AP

"O maior problema do ano que vem é a falta de um vetor de crescimento", diz a economista. Além do esgotamento da expansão agrícola, também não será possível contar com os efeitos prolongados da reabertura pós-pandemia, que tiveram impacto neste ano. "Alguns setores ainda estavam em patamar inferior a 2020 e havia uma cautela das empresas. Agora já aconteceu a retomada em praticamente todos os setores, com a demanda reprimida, principalmente nos serviços, sendo atendida", acrescenta.

Por outro lado, a queda da taxa de juros pode trazer novas fontes de crescimento, estima Gala. "A Selic média certamente vai ser mais baixa do que neste ano, provavelmente algo como dois pontos percentuais. E é provável que chegue ao fim do ano abaixo dos 10%. Então podemos esperar uma expansão do crédito", diz Gala.

"Isso significa que o crescimento viria mais da demanda interna e menos das exportações, talvez com uma certa recuperação do investimento, porque a queda deste ano sem dúvida está ligada aos juros muito altos." Gala acrescenta que o BNDES também vem expandindo suas operações, o que deve se refletir na taxa de investimentos de 2024.

Se as expectativas no início do ano eram baixas, parte da razão está nas turbulências políticas que cercaram o período eleitoral e a transição de governo, aponta o economista Daniel Wainstein, sócio sênior da Seneca Evercore.

"A incerteza institucional que cercou as eleições e mais tarde episódios como a invasão do Congresso, em janeiro, jogaram o CDS [credit default swap, que fornece a medida do risco-país] para níveis que não se

viam há décadas. O primeiro trimestre teve o maior "crunch" de crédito que já vi em 25 anos de carreira", afirma. "Até que a quebradeira foi menor do que eu imaginava, porque estivemos muito próximos do fechamento total das torneiras de crédito."

"Agora o CDS está em menos da metade do que naquele instante, o que mostra que o país está em outro momento", afirma. Para Wainstein, o ambiente de negócios brasileiro se tornou mais positivo, o que se reflete na reativação dos processos de fusão e aquisição, que ficaram congelados no período de maior instabilidade econômica e política.

Para Victal, a estabilidade institucional que o país demonstrou depois dos distúrbios de 8 de janeiro contribui para a melhora do ambiente de negócios. A aprovação de projetos como o arcabouço fiscal e a **reforma tributária** também sinalizam uma estabilidade bem recebida pelo mercado.

A principal dúvida que paira sobre o desempenho econômico do Brasil diz respeito à política fiscal. No início deste ano, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, observou que não seria possível chegar de imediato ao equilíbrio das contas públicas, mas que o "déficit zero" seria atingido em 2024. Desde então, no entanto, essa perspectiva se tornou menos certa.

Na disputa de poder com um Congresso muitas vezes hostil, o governo do presidente Lula enfrenta dificuldades para sustentar os esforços da equipe econômica na direção do equilíbrio fiscal. Dentro do PT, partido do presidente e do ministro da Fazenda, a rejeição ao superávit primário é explícita, levando a debates entre Haddad e a presidente do partido, Gleisi Hoffmann.

Por isso, uma das notícias positivas deste ano, a **inflação** sob controle, também pode ser ameaçada no próximo ano, de acordo com Wainstein. "O mercado já atribui uma probabilidade muito baixa daquele déficit zerado que Haddad tem prometido. Por isso, as estimativas são de que a **inflação** pode ficar acima da meta em 2024 e 2025", diz.

Victal assinala que a **inflação** tem cedido em preços que são sensíveis à política monetária, o que ajuda a atuação do Banco Central no corte de juros e calcula que, no fim do próximo ano, a taxa Selic estará em 9%.

"Esse é um nível ainda contracionista, se considerarmos os juros neutros na casa dos 5%. As expectativas de **inflação** podem estar desancoradas, mas o diagnóstico do mercado não parece ser de abandono da âncora fiscal. Se fosse, não veríamos os preços do mercado que temos hoje. Então é preciso

ter cautela, o que justifica juros contracionistas", resume.

Todos esses números se desenrolam perante um pano de fundo em que a economia global continua sendo muito incerta, mas apresenta dados benignos. Ainda marcado por guerras, disputas geopolíticas e geoeconômicas, catástrofes climáticas e a dificuldades em controlar preços, o cenário global também inclui uma significativa queda do preço do petróleo e um horizonte de juros começando a cair.

Nos Estados Unidos, núcleo da economia global, o que mais chama a atenção é a dificuldade que Jerome Powell, presidente do Fed, encontrou para esfriar a economia americana e reduzir a **inflação**. Segundo Gala, a aparente ineficácia do aumento da taxa de juros, que vem ocorrendo desde março de 2022 - passando de 0,25% a 5,5% - se deve a algo que muitos economistas enxergam como um pesadelo: o descompasso entre a política monetária e a fiscal, que têm ido em direções opostas.

Enquanto Powell busca enxugar a liquidez da economia, o governo de Joe Biden tenta recuperar o investimento industrial. Leis que estimulam a produção de semicondutores em solo americano (Chips) e a substituição de energias fósseis por fontes limpas, parte da lei de redução da **inflação** (IRA), injetam recursos na economia e mantêm a demanda por trabalho aquecida.

"O gasto fiscal do governo Biden está muito agressivo. O déficit primário é de quase 5% do **PIB**, ou seja, estamos falando de mais de US\$ 1 trilhão em ação pública. Trata-se de uma política industrial, com um efeito forte sobre a atividade econômica, pressionando a demanda", afirma Gala.

Assim como o Brasil, os Estados Unidos também ainda sentem alguns efeitos da retomada pós-pandemia, que mantêm a economia aquecida. "Superestimamos o intervalo do efeito do aperto monetário iniciado em 2022. Por exemplo, as famílias tinham acumulado muita poupança, então puderam manter seu patamar de consumo mesmo sem trabalhar e com os juros mais altos. A taxa de participação no mercado de trabalho americano continua baixa. As empresas também tinham acumulado caixa e não precisaram ir tanto ao mercado para tomar empréstimos com os juros mais elevados. Tudo isso diminui o impacto das políticas do Fed", enumera Victal.

Gala aponta também que muitos economistas atribuem parte da **inflação** americana à desestruturação das cadeias globais de valor durante a pandemia, além das reorganizações do comércio

devidas à disputa geopolítica entre Estados Unidos e China. "Essa tese faz sentido e, se estiver correta, significa que será possível chegar a uma **inflação** de 2% ou um pouco mais sem uma desaceleração muito grande, já que as cadeias estão se reorganizando", diz.

Um último fator para a melhora do cenário externo, sobretudo em termos de controle da **inflação** sem causar uma recessão na maior economia do mundo, é o preço do petróleo. Depois de atingir US\$ 115 em setembro do ano passado, como efeito da guerra da Rússia na Ucrânia, o barril WTI começou um paulatino processo de queda. Após um novo pico de US\$ 91 em setembro, desceu a US\$ 69 em dezembro.

Os primeiros sinais de que Powell estava tendo sucesso em seu esforço para esfriar a economia americana vieram apenas no segundo semestre. A **inflação** ao consumidor, que em junho de 2022 atingiu um pico de 9,1%, registrou 3,1% em novembro. A secretária do Tesouro do país, Janet Yellen, reagiu ao dado declarando que até o fim de 2024 esse índice estará em cerca de 2%, o alvo que o Fed vem perseguindo. Na última reunião do comitê de política monetária americano (FOMC), em dezembro, as taxas foram mantidas inalteradas, mas com a sinalização de três cortes de juros no próximo ano.

Para 2024, Wainstein prevê um cenário otimista no âmbito internacional. Como a pressão inflacionária começa a arrefecer nos Estados Unidos, é possível que o Fed comece uma redução de suas taxas de juros em meados do ano que vem. "Se isso acontecer, o impacto será direto não só na avaliação das ações americanas, mas também das nossas. Hoje, o custo de oportunidade de investir aqui é alto. Os juros americanos, no nível em que estão, configuram um rival muito grande para a migração do capital rumo ao Brasil. Mas se eles diminuírem, como prevemos, a tendência é que sejamos mais competitivos em atrair capital", diz.

Como consequência, a atual recuperação da Bolsa de Valores de São Paulo deve prosseguir no próximo ano, acredita Wainstein. No entanto, um novo ciclo de investimento privado é improvável. "No primeiro semestre, as empresas tiveram que se preocupar em sobreviver. Por isso, há uma concentração grande de vencimento de títulos de dívidas e outros financiamentos em 2024", diz.

"Está ocorrendo muito gerenciamento de passivos, em cenário de juros extremamente altos. Planos de capex [investimento de capital] e expansão ficam para depois. Hoje, na verdade, a empresa que tem dinheiro na mão está em ótima situação, porque tem a oportunidade de comprar concorrentes."

Ainda em escala mundial, uma sombra de preocupação vem do país que nos últimos 30 anos foi a grande locomotiva do crescimento no planeta. Mesmo depois do fim da política de Covid Zero, que provocou um desarranjo em sua estrutura produtiva, a China vem enfrentando uma crise no setor imobiliário que compromete parte significativa de seu sistema financeiro.

Neste ano, o crescimento do país pode ficar abaixo de 5% e chegou a ser registrada deflação. Se a tendência para o futuro for um **PIB** menos acelerado no gigante asiático, países que ganharam muito com a voracidade por commodities de sua máquina industrial podem sofrer. É o caso do Brasil, que tem na China seu maior parceiro comercial.

"Com a reabertura a economia chinesa, o mercado ficou muito otimista e ativo. Mas à medida que os dados foram sendo divulgados, esse otimismo esfriou, porque trouxe à tona uma discussão que já estava no ar: a possível desaceleração estrutural na China", diz Victal. "Devemos monitorar o que acontece lá com muita atenção. Agora, o governo em Beijing deu sinais de que pretende esticar um pouco sua meta de crescimento, tentando ficar acima de 5%, mas o que vemos, nos resultados mês a mês, é uma dificuldade para sustentar a alta."

Para Gala, os números chineses apontam em mais de uma direção. "É um país com vários motores. O imobiliário quebrou e dificilmente vai ser consertado. Mas o industrial continua forte", diz. "Além disso, a China está tentando construir uma classe média e estimula o consumo doméstico e os serviços. Mesmo um crescimento de 4,5% é significativo, levando em conta o tamanho da economia chinesa. E para nós, que vendemos commodities, isso ainda é positivo. Outro bom sinal é o esforço de transição energética, porque muita matéria-prima vem daqui."

As notícias econômicas desta retrospectiva poderiam ter sido muito mais lúgubres, se dependesse de um episódio agora quase esquecido. Em março, uma crise financeira potencialmente séria foi evitada. Tudo começou na Califórnia, quando foi divulgada a iminente quebra do Silicon Valley Bank, pego de surpresa com a alta dos juros do Tesouro americano. A instituição era uma das mais prestigiosas do Vale do Silício e responsável por financiar muitas empresas de tecnologia. "É uma ironia que os bancos possam quebrar investindo em títulos do Tesouro americano", comenta Gala.

A falência do banco californiano poderia ter sido mais do que um problema localizado. Outras instituições americanas também quebraram, como o Signature

Bank, o Silvergate Bank e, principalmente, o First Republic, de San Francisco, 14 maior banco americano. O temor de uma crise sistêmica se ampliou quando, ainda em março, o Credit Suisse, que já vinha enfrentando dificuldades, sofreu uma corrida bancária. A situação só se resolveu depois que a instituição foi adquirida pelo também suíço UBS por US\$ 3,2 bilhões.

A intervenção do Fed foi crucial para conter o problema, evitando um contágio catastrófico. No mesmo mês em que os bancos estavam quebrando, a instituição anunciou um programa de empréstimos de um ano para instituições em dificuldades.

Já o Departamento do Tesouro disponibilizou US\$ 25 bilhões de seu fundo de estabilização. "Não digo que teríamos uma crise muito grave, mas quando três bancos quebram, é sempre uma preocupação. Aquele era um momento dramático para o Fed, que precisava subir os juros para controlar a **inflação**, mas teve de lidar com o problema dos bancos. Powell não podia deixar que o sistema bancário ficasse comprometido. No fim, foram muito habilidosos em conter o perigo", estima Gala.

**Site:** <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2023/12/20/retrospectiva-2023-economia-teve-desempenho-moderado-em-2023-mas-melhor-do-que-previsoes.ghtml>

# Congresso aprova LDO com prazo para governo pagar as emendas

O Congresso Nacional aprovou, ontem, o texto base da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. O projeto foi aprovado em votação simbólica na Câmara e, no Senado, por 65 votos favoráveis e dois contrários. Com a aprovação, a LDO vai à sanção presidencial. O texto estabelece as regras para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano seguinte. Além disso, determina o nível de equilíbrio geral entre receitas e despesas; traça regras para as despesas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; autoriza o aumento de despesas com pessoal; disciplina o repasse de verbas da União para estados, municípios e entidades privadas; e indica prioridades de financiamento pelos bancos públicos.

No texto, o relator, deputado Danilo Forte (União-CE) manteve os novos prazos de execução para as emendas parlamentares individuais, destinadas a cada senador e deputado, e de bancadas estaduais. Essas emendas são de execução obrigatória, realizada pelo Executivo, mas não existe uma data-limite para o pagamento, o que confere ao Palácio do Planalto maior flexibilidade para usar essa verba como meio de negociação em votações importantes.

Segundo o relatório, o Executivo terá de destinar todas as emendas ainda no primeiro semestre de 2024, mas o pagamento poderá ser realizado até dezembro do próximo ano. Dessa forma, o governo perde a flexibilidade e diminui o poder de negociação em votações importantes, já que as emendas eram pagas, normalmente, em datas próximas a debates importantes no Congresso, como forma de barganha.

Após acordos entre as lideranças partidárias, o relator da LDO retirou do projeto os prazos para as emendas de comissão, que não são impositivas. De acordo com o texto, essas emendas devem obedecer a destinação mínima de 0,9% da receita líquida de 2022, sendo que dois terços do valor são para as comissões da Câmara e um terço para as do Senado. O total de recursos para essa finalidade é de cerca de R\$ 11 bilhões.

## Sistema S e meta fiscal

O deputado Danilo Forte retirou do relatório o Sistema S, que corresponde a nove entidades, entre elas Sesc, Sesi, Senai, Sebrae, entre outros. O valor é da ordem de R\$ 26 bilhões. Essas entidades são custeadas com contribuições para fiscais arrecadadas pelo poder

público.

O texto aprovado mantém o deficit zero para 2024. Com isso, a LDO estipula que o governo não pode gastar mais do que arrecada. No entanto, essa meta gerou embate no governo, já que o ministro Fernando Haddad defende a manutenção do deficit zero, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu indicativos de que não se comprometeria com a meta.

Chegou a ser debatido que uma emenda seria apresentada à LDO, para alterar o déficit e estabelecer que as contas da União seriam consideradas cumpridas se o resultado ficar entre um déficit de R\$ 28,75 bilhões e um superávit de mesmo valor. Isso corresponderia a um déficit de 0,25% do **PIB** para mais ou para menos. Entretanto, o relator decidiu manter a meta fiscal zero. Para cumpri-la, o governo espera que várias medidas que aumentem a arrecadação sejam aprovadas no Congresso, como a taxação das apostas esportivas. Ainda não existe, porém, uma definição se esse projeto será votado nesta semana ou no próximo ano.

Após mudanças no texto, o relator acatou a proposta do governo para que os R\$ 5 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que abriga o programa Minha Casa, Minha Vida, fossem retirados do cálculo para cumprimento das metas fiscais. A intenção é abrigar investimentos das empresas estatais no PAC.

## Fundo eleitoral

Danilo Forte estipulou um teto de R\$ 4,9 bilhões para financiar as eleições municipais de 2024, o mesmo valor autorizado para o pleito de 2022. A previsão enviada pelo governo contava com R\$ 900 milhões para o Fundo Eleitoral, o que gerou críticas entre os parlamentares. O valor previsto pela LDO ainda pode ser alterado durante a votação do Orçamento de 2024. No entanto, não há indicação de onde sairá o dinheiro.

## POLÊMICA E VETO

O Congresso Nacional aprovou, ontem, uma emenda ao projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) que proíbe a destinação de verbas, adquiridas por meio de arrecadação de **impostos**, para políticas públicas referentes ao **aborto**, cirurgias de

redesignação de gênero em crianças e adolescentes e incentivo à invasão de terras urbanas ou rurais. A alteração foi aprovada com 305 votos a 141, duas abstenções na Câmara e 43 a 26 no Senado. A emenda foi apresentada pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Apesar de ter sido aprovada, a emenda foi criticada por parlamentares, incluindo o relator do projeto, Danilo Forte (União-CE). Ele afirmou que, como o escopo da emenda não tem relação com o projeto de lei, deve ser vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "Ela (emenda) não faz parte do mérito da LDO. Ela diz muito mais respeito à questão do Código Penal."

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/20/12/2023/p1>

# Adiada votação da MP das subvenções

*Julia Lindner, Caetano Tonet e César Felício*

Diante do risco de derrota, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), adiou para esta quarta-feira (20) a votação da medida provisória (MP) das subvenções. Pacheco atendeu a um pedido do líder do governo na Casajaques Wagner (PT-BA), que tenta angariar mais votos por meio de um acordo que pode envolver a edição de um novo projeto de lei (PL) com a remissão do litígio tributário. As mudanças tendem a reduzir o impacto estimado pelo Ministério da Fazenda.

A matéria, que muda as regras sobre os créditos fiscais para a implantação ou a expansão de empreendimentos econômicos, é considerada prioritária pela equipe econômica. O texto, no entanto, enfrenta forte resistência até mesmo entre aliados do Palácio do Planalto na Casa.

"Há uma proposta da liderança do governo para que possamos remeter a apreciação para amanhã para que se dê tempo de fazer todos os diálogos relativos a essa MP, com o que a presidência concorda plenamente. Não há nenhum problema em relação a isso", disse Rodrigo Pacheco.

Ao fazer o pedido, Wagner destacou que queria mais tempo para esclarecer dúvidas e buscar um acordo com a oposição. Para isso, ele destacou que primeiro precisará falar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que também entrou no corpo a corpo das articulações nos últimos dias.

"Evidentemente que todo esse esforço que eu estou fazendo é no afã de conseguir mais votos, inclusive entre os senadores da oposição", afirmou Wagner.

O líder do governo reconheceu que o ponto de maior impasse entre os parlamentares é a questão da retroatividade da cobrança prevista na medida. Esse ponto é alvo de críticas abertas até mesmo por parte de senadores de base aliada, como o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), que chegou a manifestar a demanda diretamente a Haddad às vésperas da deliberação.

Com a MP, a intenção do governo é acabar com a isenção de incidência de **tributos** federais sobre subvenções concedidas pelos Estados destinadas a custeio, mantendo apenas a possibilidade de apuração

de um crédito fiscal relativo a subvenções para investimento.

Aversão aprovada teve algumas mudanças em relação ao texto da Fazenda. A maior concessão feita pelo governo aos parlamentares foi permitir a inclusão de um desconto de até 80% no passivo para as empresas que aceitarem abrir mão de ações judiciais e aderirem a uma transação tributária, pagando o imposto devido em até 12 vezes. Outras opções são pagar num prazo maior com desconto de 50% a 35%.

Ainda assim, alguns senadores reclamam da cobrança em caráter retroativo e defendem que a MP só tenha validade daqui para frente. Ainda há várias hipóteses em discussão para tratar do impasse, mas todas elas envolvem evitar que o texto volte à Câmara para garantir a término da votação e a sanção ainda neste ano.

Uma das ideias é o governo editar um projeto de lei (PL) com ajustes que fiquem pendentes. Assim, a MP seria aprovada com a redação atual e a nova proposta trataria dos débitos retroativos.

Outras propostas, como a de Efraim Filho (União-PB), sugerem que o desconto de 80% seja a regra geral para todos, independente da forma de pagamento.

"Não é os 80%, é 100%. Não é devido isso, cobrar retroativo, é o entendimento que nós temos. Essa proposta feita pelo senador Efraim é diferente do que foi falado", criticou Izalci Lucas (PSDB-DF).

O vice-líder do governo no Senado, Weverton (PDT-MA), ponderou que Jaques Wagner não se comprometeu com nenhum acordo. "Não é que o líder do governo tenha feito proposta para zerar essa dívida para trás. Ele está avaliando o que pode ser feito e vai abrir o diálogo."

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20231219/>



# LDO prevê mínimo de R\$ 1.412 em 2024

O Congresso Nacional aprovou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 (PLN nº 4), com placar dos senadores fde 65 votos a favor, 2 contrários, e nenhuma abstenção. Entre os deputados, a aprovação foi simbólica ao texto do relator Danilo Forte (União-CE). A LDO fixa parâmetros de orientação para a elaboração do Orçamento de 2024.

O valor previsto para o salário mínimo é de R\$ 1.412 a partir de janeiro, reajuste de R\$ 92 que considera reposição da **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos últimos 12 meses até novembro (3,85%) mais o reajuste com base no índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos dois anos anteriores (3% de ganho real).

Entre as diretrizes, os parlamentares estabeleceram a meta fiscal de déficit zero, ou seja, os gastos federais não podem superar o somatório de arrecadação com **tributos** e outras fontes.

## ARCO METROPOLITANO

Também foi aprovada, ontem, a emenda que inclui o Arco Metropolitano - na Zona da Mata Norte de Pernambuco - na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. A obra é considerada um dos mais urgentes investimentos em infraestrutura do estado.

O projeto foi incluído na LDO através de emenda do deputado federal Augusto Coutinho (Republicanos/PE) e abre caminho para que o estado pleiteie recursos federais visando iniciar a construção do sistema viário.

"O Arco Metropolitano, idealizado no governo de Eduardo Campos, será uma obra fundamental para a mobilidade da população e o transporte de mercadorias na Região Metropolitana do Recife. O sinal verde para que integre a LDO deixa esse investimento mais próximo de se tornar realidade", explica o deputado, coordenador da Bancada Pernambucana no Congresso Nacional. O Arco está orçado em cerca de R\$ 1,2 bilhão. O trecho norte deverá compreender uma extensão de 50km da BR-408, em Paudalho, até a BR-101 Norte, em Goiana. Já o traçado Sul terá 45km da BR-408, em Paudalho, à BR-101 Sul, no Cabo de Santo Agostinho. (Blog Dantas Barreto)

Reajuste é de R\$ 92 e considera reposição do INPC

**Site:**

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia>

***[/cadernos/politica/2023/12/ldo-preve-minimo-de-r-1-412-em-2024.html](#)***

# Ibram faz balanço positivo da participação na COP28

Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) considera muito positivo os resultados de sua participação na 28ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP28). "Foi uma oportunidade ímpar para ressaltar, perante representantes de quase todo o planeta, o papel fundamental da indústria da mineração na descarbonização da economia e na construção de uma economia verde no Brasil e no mundo", resume o diretor-presidente do Ibram, Raul Jungmann. Ele e mais os diretores Alexandre Mello e Paulo Henrique Soares compuseram a comitiva do Instituto a Dubai, sede da COP28, e foram acompanhados por dirigentes das mineradoras associadas.

Esse papel da mineração ainda está sendo disseminado globalmente e deverá ganhar

robustez nas próximas COPs, inclusive na COP30, que será realizada em Belém (PA). "Nas próximas COPs, em especial na COP30, no Brasil, certamente o setor mineral ganhará ainda mais relevância na sua associação com o delineamento de soluções efetivas para favorecer a transição energética de forma acelerada e crescente", avalia Jungmann.

Segundo Jungmann, a COP28 reforçou a mensagem de que a mineração tem o potencial de ser uma protagonista nos esforços para combater as mudanças climáticas e deixar um legado sustentável para as futuras gerações. A urgência exigida das nações para acelerar as ações contra os efeitos prejudiciais das mudanças climáticas elevou a mineração à condição indispensável para enfrentar esse desafio. Durante a semana, o Ibram participou de oito painéis na COP, onde demonstrou que a mineração brasileira é uma agente que exporta soluções para os parceiros comerciais do País. Minerais críticos são estratégicos para a transição energética global - Dentro das negociações internacionais do high level, os países aprovaram no acordo final a transição do consumo de combustíveis fósseis para o de energias renováveis - transition away from. Ao contrário do que os cientistas do clima e especialistas desejavam, que seria a eliminação dos combustíveis fósseis - phase out.

Os minérios desempenham um papel crucial e estratégico no desenvolvimento das tecnologias necessárias para fornecer fontes limpas e contínuas de energia ao planeta. Não há possibilidade de transição para uma economia de baixo carbono sem

os chamados "minerais críticos", como lítio, nióbio, terras-raras, cobre, bauxita, tântalo, ferro, entre outros. Esses minérios são insumos essenciais para o desenvolvimento de tecnologias e equipamentos voltados para a transição energética.

Boa parte das atenções da COP28 se concentrou na substituição dos combustíveis fósseis por fontes renováveis. Pela primeira vez os países presentes ao encontro concordaram que é preciso fazer uma transição energética para reduzir o uso dos combustíveis fósseis. Em suas operações, as mineradoras presentes à COP28 - como Vale, Gerdau e Hydro - relataram que fazem testes e já recorrem a fontes de energia renováveis e ainda apoiam clientes e fornecedores a fazer o mesmo, indo ao escopo 3 das emissões (onde está a maior emissão do setor), como forma de todos, em conjunto, reduzirem sua pegada de carbono, além de mapearem os riscos advindos dos eventos climáticos extremos e colocarem na estratégia dos seus negócios a adaptação climática.

Pacto do setor privado pela transição energética - Além disso, durante a COP28, o Ibram, a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Única), firmaram um compromisso para promover a transição energética e a descarbonização. Essas organizações assinaram um termo com 17 compromissos em Dubai, que incluem iniciativas como a melhoria do desempenho energético e das emissões em toda a cadeia de valor, investimentos em tecnologias de descarbonização, defesa da criação do Mercado Brasileiro Regulado de Créditos de Carbono e muito mais.

US\$ 1,2 trilhão de investimentos - Jungmann avaliou na COP28 que o Brasil possui uma janela de oportunidades na transição energética global, com um potencial de investimentos de US\$ 1,2 trilhão até 2030, de acordo com a Agência Internacional de Energia. Isso representa não apenas uma oportunidade para a transição energética, mas também para o país em termos de empregos e tecnologias. "O Brasil não pode perder essa oportunidade", afirmou.

Em paralelo, a indústria da mineração brasileira está empenhada em se tornar ainda mais segura, responsável e sustentável, a fim de responder aos

eventos climáticos extremos que afetam o planeta. Nesse sentido, o setor mineral está unificando estratégias e ações por meio da Agenda ESG da Mineração do Brasil, que prevê iniciativas em vários campos relacionados ao setor.

O Ibram atualmente contabiliza o terceiro inventário de emissões da indústria mineral, e acaba de anunciar o projeto de descarbonização da indústria da mineração brasileira. Ambos os trabalhos serão base para a definição do Roadmap do carbono da mineração e para a definição de metas de redução das emissões no setor.

Desafios - Os desafios para a expansão sustentável da mineração foram também abordados pelo diretor-presidente do Ibram na COP28. Apenas 4% do território brasileiro possui mapeamento adequado para atividades minerárias. Além disso, é necessário o estabelecimento de linhas de financiamento alinhadas às características do setor mineral brasileiro. O País precisa desenvolver uma política nacional de estímulo à produção de minerais críticos para a transição energética, fortalecer e estruturar uma Agência Nacional de Mineração e estabelecer uma legislação que reconheça a mineração como estratégica para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País, ao mesmo tempo em que reduz as barreiras impostas por entes federativos que impactam negativamente a atividade minerária com a criação de **tributos** e encargos sucessivamente.

Ambiente regulatório cria pressão no mercado

O atual ambiente regulatório complexo também é outro fator que cria pressão sobre as empresas. Porém, o estudo aponta que apenas 22% dos entrevistados pensam nas regulamentações como barreiras às suas iniciativas de sustentabilidade e menos de três em cada 10 consideram que os requisitos regulamentares são prejudiciais à capacidade de possuir uma estratégia com foco no longo prazo. Mais do que isso, a pesquisa revela que algumas organizações estão utilizando as regulamentações para obter vantagem competitiva, uma vez que os relatórios integram questões relacionadas ao planejamento de negócios, financeiro, dados, medição e conexão com o conselho.

Para manter o aumento da temperatura dentro de 1,5°C até 2099, as emissões globais de CO2 devem atingir zero até 2034, o que aumenta a urgência de agir em cima do escopo 3. As empresas estão começando a entender de forma mais profunda os seus perfis de emissões de toda a cadeia de valor. "Algumas publicaram análises detalhadas das suas emissões de escopo 3, que podem representar, em média, 75% das emissões totais de uma empresa, de acordo com o CDP (Carbon Disclosure Project). Para

os setores alimentar, mineração e da construção, esse número pode representar 90% ou mais", conta o sócio-líder de sustentabilidade e CSO Latam da EY, Ricardo Assumpção.

As empresas ainda estão lutando para entender por onde devem começar para ficarem em conformidade com as emissões de Escopo 3. O estudo indica que 43% mudaram ou estão nas fases finais de mudança para fornecedores com baixas ou nenhuma emissões, enquanto apenas um terço (33%) concluiu ou estão nas fases finais de exigir aos fornecedores que reduzam as suas próprias emissões e apenas 27% estão ajudando os fornecedores a atingir esse objetivo.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

# Copom corta Taxa Selic, e Fed faz "pivot"

Por Paulo Gala, Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

O Copom reduziu a Taxa Selic para 11,75% conforme o esperado. O comitê indicou de maneira unânime possíveis cortes adicionais de 0,50% nas próximas reuniões. A Taxa Selic deve chegar a 10,75% em março. Em sua decisão, destacou os riscos tanto para cima quanto para baixo da **inflação**, relacionados a atividade mais fraca, possível choque de preços de alimentos e importância de se cumprir as metas fiscais.

Projeções mais otimistas sugerem uma redução da Selic terminal para 8,5% ou até 8%, proporcionando um cenário positivo para ativos financeiros no Brasil. A grande novidade deste final de ano foi o **comunicado** do Fed nos EUA indicando pelo menos três cortes de juros no próximo ano.

Essa mudança de perspectiva foi evidenciada nas projeções de juros dos diretores no **comunicado** e especialmente na entrevista de J. Powell, que levou a taxa de juros de títulos de dez anos nos EUA a 3,90%. O mercado já enxerga grandes chances de cortes de juros em março.

A mudança de postura do Fed foi vista como um pivô ou cavalo de pau em relação às expectativas anteriores de manutenção dos juros. Esse novo cenário provocou um rali na Bolsa brasileira, que rompeu sua máxima histórica. Houve também uma forte queda nos juros longos brasileiros, para o patamar de 10,5%. Os índices Dow Jones e Nasdaq também atingiram novo recorde histórico.

A China também surpreendeu com uma produção industrial crescendo 6,6% em novembro. Apesar de o varejo ter crescido 10% também em novembro, o dado veio um pouco abaixo das expectativas. A recuperação dos preços do petróleo, impulsionada pelos juros mais baixos e pela ativação da economia chinesa, é também acompanhada por uma alta no preço do minério de ferro, indicando um cenário mais

aliviado para o crescimento econômico e atividade no próximo ano.

No Brasil, houve uma queda no varejo em outubro. Os dados da pesquisa mensal de serviços também mostraram uma contração significativa de 0,6% em outubro, aumentando as chances de uma contração do **PIB** no quarto trimestre. O setor de serviços representa cerca de 70% da economia brasileira. Há também uma ligeira melhora na **inflação** brasileira, que atingiu 0,28% no IPCA de novembro. No acumulado do ano, o índice registra alta de 4,04%.

Nos Estados Unidos, o índice CPI, que mede preços ao consumidor, atingiu 0,1% em novembro, enquanto a expectativa era zero. No acumulado de 12 meses, o índice foi a 3,1%, ainda acima da meta de **inflação** de 2% por lá, mas bem abaixo do pico de 8% atingido há poucos meses.

O cenário de **inflação** e atividade tanto no Brasil quanto nos EUA aponta para convergência da **inflação** para patamares próximos das metas e atividade econômica mais fraca. Nesse contexto, os BCs devem entrar em ciclo coordenado de cortes de taxas de juros em 2024.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Ata do Copom reforça corte de juros em 0,5 ponto percentual adiante

**ALVARO GRIBEL** [alvaro.gnbel@oglobo.com.br](mailto:alvaro.gnbel@oglobo.com.br)  
**BRASILIA**

O Banco Central divulgou ontem a Ata do Comitê de Política Monetária (Copom) da reunião que reduziu a Selic em meio ponto percentual, de 12,25%, para 11,75%, na semana passada. O documento traz explicações e indicações sobre a política do juros.

De acordo com o texto, o ritmo de queda de meio ponto é "apropriado" para a redução dos juros nas próximas reuniões. Com isso, o mercado financeiro entende que haverá pelo menos mais dois cortes de meio ponto.

"Em se confirmando o cenário esperado, os membros do Comitê, unanimemente, antevêm redução de mesma magnitude nas próximas reuniões e avaliam que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário", disse o Copom na ata.

E o menor patamar de juros desde março de 2022. Foi a quarta redução consecutiva da Selic, que começou a cair do patamar de 13,75% ao ano a partir da reunião de agosto. A decisão foi unânime.

O Copom, formado pelos diretores do BC, reúne-se a cada 45 dias. A reunião da ata divulgada hoje foi a última de 2023.

O BC apontou a melhora do cenário externo, que estaria "menos adverso" que na reunião anterior.

Ainda assim, o BC entende que para países emergentes, como o Brasil, é preciso "postura de cautela" na condução da política monetária.

O BC pontuou em dois trechos da ata que o governo federal precisa manter a disciplina fiscal. E reforçou o papel da política fiscal no controle das projeções de **inflação**.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Prévia do IGP-M tem aceleração

**Alessandra Saraiva**

Commodities mais caras levaram à aceleração mensal da segunda prévia do índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M), que passou de 0,61% para 0,78% entre novembro e dezembro, informou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mesmo com taxa maior no mês, o indicador acumula queda de 3,14% em 12 meses até segunda prévia de dezembro, afirmou André Braz, economista da FGV. "Creio que pode encerrar o ano em queda de 3%" disse.

Caso seja confirmada previsão do especialista, seria a primeira queda anual desde 2017 (-0,52%) e a menor taxa desde Plano Real no indicador. O economista, em divulgações anteriores, observou que comparações de resultados dos índices Gerais de Preços (IGPs) aos de períodos anteriores à estabilização, feita pelo Plano em 1994, não são recomendáveis, visto a hiperinflação no início dos anos 90.

Ao falar sobre o que levou à aceleração mensal do indicador, o especialista comentou que, mais uma vez, a **inflação** atacadista foi o que conduziu à taxa maior da segunda prévia. O índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que representa o segmento acelerou de 0,74% para 1,07% entre novembro e dezembro. "Altas em preços de commodities levaram à taxa maior", afirmou ele.

Braz informou que das cinco principais elevações de preço, no IPA, na segunda prévia de dezembro, quatro eram commodities. Foram os casos de minério de ferro (7,24%); milho (8,88%); soja (1,98%) e carne bovina (2,25%). Braz explicou que os preços de commodities têm passado por recuperação, após sucessivas quedas de cotação em meados deste ano.

Esses itens agrícolas em alta no atacado podem conduzir a aumentos de preços de alimentos, em seus respectivos derivados no varejo, pressionando a **inflação** percebida pelo consumidor no futuro, segundo ele.

Mas, no momento, o varejo mostra desaceleração, notou o técnico. O índice de Preços ao Consumidor (IPC), 30% do IGP-M, desacelerou de 0,30% para 0,07% da segunda prévia de novembro para igual prévia em dezembro.

Ao ser questionado se o indicador poderia continuar a acelerar, na evolução mensal, e levar à taxa completa mensal do IGP-M de dezembro a resultado acima de

1%, o especialista disse não acreditar nessa hipótese. "Acho que vai ficar mais em torno de 0,80% [o IGP-M de dezembro]" afirmou ele.

E, no caso da taxa anual do indicador, o IGP-M de 2023 deve finalizar em deflação, reiterou ele. Isso porque não há tempo hábil para que a taxa em 12 meses retorne ao terreno positivo.

O índice Nacional de Custo da Construção (INCC) desacelerou de 0,26% para 0,10% da segunda prévia em relação à de dezembro.

Se confirmada a taxa negativa em 2023, será a primeira deflação anual do indicador desde 2017

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231219/>

# BC vê inflação dentro do esperado e segue com distensão gradual

*Estevão Taiar e Alex Ribeiro De Brasil ia e São Paulo*

O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, na reunião da semana passada, "manter a comunicação recente" para as suas decisões futuras sobre juros por causa da evolução como esperada do quadro inflacionário. E o que mostra a ata, divulgada ontem, referente à reunião.

No documento, o colegiado do Banco Central (BC) reforça que os seus membros "concordaram unanimemente com a expectativa de cortes" de 0,5 ponto percentual da Selic nos próximos encontros. Mas também chama atenção para o impacto de alguns fatores sobre a inflação no Brasil, como El Nino, preços dos serviços e possíveis "excesso de demanda em relação à oferta no médio prazo" e "pouso suave" da economia americana.

Na reunião da semana passada, quando diminuiu a taxa básica de juros de 12,25% para 11,75%, sempre em termos anuais, o Copom "analisou vários cenários prospectivos, caracterizados por diferentes trajetórias nos ambientes doméstico e internacional", segundo a ata. Também foram debatidas "a estratégia e a extensão de ciclo" de cortes da Selic apropriadas para cada um desses cenários.

"Optou-se por manter a comunicação recente", disse o Copom, afirmando que essa comunicação "já embute a condicionalidade apropriada em um ambiente incerto, especificando o curso de ação caso se confirme o cenário esperado". De maneira geral, "o cenário doméstico vem se encaminhando em linha com o que era esperado", segundo o Copom. Continua, por exemplo, a "trajetória desinflacionaria" de medidas mais sensíveis à política monetária, como núcleos e inflação de serviços, "reforçando a dinâmica benigna recente da inflação". "Além disso, dados recentes sugerem moderação da atividade econômica, como antecipado pelo Comitê", disse.

Já a desancoragem das expectativas para prazos mais longos calculadas pelo mercado "se manteve desde a última reunião". Por sua vez, as projeções de inflação do próprio BC "no horizonte relevante [anos cujas metas a autoridade monetária persegue] não se alteraram significativamente, mantendo-se acima da meta".

Para o Copom, cortes de 0,5 ponto "nas próximas reuniões" combinam: de um lado, "o firme compromisso com a reancoragem de expectativas e a dinâmica desinflacionaria"; de outro, o "ajuste" do aperto monetário "diante da dinâmica mais benigna da inflação antecipada nas projeções do cenário" principal do colegiado.

Sobre a extensão dos cortes, o Copom reforçou que dependerá da evolução de cinco fatores: dinâmica inflacionária, especialmente "dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica"; expectativas de inflação, particularmente "as de maior prazo"; projeções de inflação; o grau de ociosidade da economia; e balanço de riscos, no qual o comitê faz uma análise mais subjetiva dos riscos ao cumprimento da meta.

O Copom destacou, porém, alguns fatores que já afetam ou podem afetar a inflação no futuro. Um deles foi o El Nino, cujo impacto sobre os preços de alimentos o colegiado "elevou um pouco" depois de "acumular mais evidência". O comitê também "notou alguma surpresa para baixo no componente de serviços subjacentes" desde a reunião de novembro.

Além disso, para "vários membros do Copom, houve um aumento da probabilidade da ocorrência de um pouso suave nos Estados Unidos". Os motivos foram dados mais recentes que, "ainda que incipientes, sugerem uma moderação de crescimento e um arrefecimento das pressões inflacionárias em alguns países, especialmente na parte de bens industriais e commodities energéticas".

Outro ponto para o qual "alguns membros" chamaram atenção foi "que a persistência de uma conjunção de maior resiliência do consumo e queda no investimento poderia provocar, no médio prazo, um excesso de demanda em relação à oferta". Essa combinação tem por sua vez "potenciais impactos sobre preços". A avaliação foi feita a partir dos números do Produto Interno Bruto (**PIB**) do terceiro trimestre. Por fim, o colegiado mencionou "o contexto geopolítico" como fonte de incerteza externa.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187745>



# Copom mostra conforto com ritmo de corte de 0,5 ponto

**Análise Alex Ribeiro De São Paulo**

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central demonstrou, em ata divulgada ontem, conforto com o ritmo de cortes de juros de 0,5 ponto percentual por reunião. Não é impossível que, ao longo do caminho, venha a cortar mais, porém será preciso um progresso importante na queda da **inflação** para a meta e na ancoragem das expectativas de **inflação**.

O ponto mais importante da estratégia do comitê - que já vem sendo **comunicado** há meses - é ir num ritmo não muito acelerado para garantir o grau de contração monetária ao longo de 2024 e, assim, baixar o índice de **inflação** para a meta.

Alguns segmentos do mercado vêm ignorando o que é, hoje, o ponto mais importante da comunicação do Copom - lapso que, inclusive, foi destacado pelo diretor de política econômica do Banco Central, Diogo Guillen, pouco antes da reunião da semana passada. Outros membros do colegiado apoiam com unanimidade a estratégia.

"O comitê percebe a necessidade de se manter uma política monetária ainda contracionista pelo horizonte relevante para que se consolide a convergência da **inflação** para a meta e a ancoragem das expectativas", segundo afirmou a ata do Copom.

Não houve mudanças desse trecho em relação ao que foi escrito na ata anterior, de novembro. Mas a reafirmação da comunicação é importante, para confirmar que a visão do comitê não mudou, depois da queda recente da **inflação** e de sinais de que os juros nos Estados Unidos podem cair em 2024.

O que nem todos têm percebido é que o ritmo de cortes de juros de 0,5 ponto percentual por reunião está conjugado com a estratégia de manter a política monetária contracionista.

"Com relação aos próximos passos, os membros do Comitê concordaram unanimemente com a expectativa de cortes de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões e avaliaram que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário", afirma a ata, também num repeteço em relação ao documento referente à reunião anterior.

De novo, são é uma repetição mecânica: o Copom avaliou a evolução do cenário desde novembro e concluiu que tinha que manter o ritmo de 0,5 ponto para conseguir uma política contracionista no horizonte relevante. O que significa isso? Provavelmente, que se o colegiado cortasse mais que 0,5 ponto, o mercado passaria a precificar uma trajetória de juros incompatível com a estratégia de manter a política monetária contracionista ao longo do tempo.

Para cortar mais, portanto, o colegiado precisa de mais segurança de que a **inflação** vai, de fato, cair para a meta. Isso não aconteceu desde a reunião de novembro. A projeção de **inflação** ficou basicamente na mesma, oscilando de 3,6% para 3,5% para 2024, e imóvel em 3,2% para 2025. A meta é de 3%.

Mais do que isso: quando faz a análise da evolução do cenário desde novembro, o Copom diz que tudo correu como esperado, como a desaceleração da atividade e queda da **inflação**.

"O Comitê julgou que a dinâmica desinflacionária não divergiu significativamente do que era esperado na medida em que prossegue a evolução benigna do cenário corrente de **inflação** e esgotam-se algumas fontes que contribuíram para o primeiro estágio da desinflação", diz a ata.

Como não houve surpresas significativas, não há porque mudar a estratégia de manter a contração em 2024 para levar a **inflação** para a meta. E, para executar a estratégia, quedas de 0,5 ponto seguem adequadas.

Como entra nos cálculos a melhora no cenário para os juros americanos depois da reunião do Federal Reserve (Fed) da semana passada, que uma parte do mercado disse que o Copom havia ignorado? A ata tem um trecho para explicar isso.

"O comitê relembrou que a incorporação de cenários e variáveis exógenas, como a dinâmica fiscal ou o cenário externo, se dá por meio de seus impactos na dinâmica prospectiva de **inflação**, sem relação mecânica com a determinação da taxa de juros", afirma.

De maneira mais específica, sobre a melhora no cenário internacional, a ata diz: "A incerteza, em particular no cenário internacional, que tem se mostrado volátil, prescreve cautela na condução da política monetária".

Ou seja, o Copom diz que há incerteza ainda sobre a própria situação do cenário externo, que é volátil e difícil de avaliar, neste momento. E, no caso de o cenário externo ser de fato favorável, o que pode contar para a política monetária é seu impacto na **inflação** projetada e nas expectativas do mercado.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187745>

# Ata do Copom enfatiza o cumprimento da meta fiscal

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reforçou a importância do cumprimento da política fiscal do governo para equilíbrio das contas públicas e consequente queda da inflação.

A expectativa de inflação acima da meta preocupa membros do BC e é um fator que impacta a decisão sobre a taxa básica de juros, a Selic.

Para o colegiado, que fez reunião na semana passada, a redução das expectativas requer o contínuo fortalecimento da credibilidade e da reputação tanto das instituições públicas quanto dos arcabouços fiscal e monetário, que compõem a política econômica brasileira.

"Com relação ao cenário fiscal, tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de inflação e, conseqüentemente, para a condução da política monetária, o Comitê reafirma a importância da firme persecução dessas metas", diz a ata da reunião, divulgada ontem.

"O Comitê reforçou a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, conseqüentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade", acrescenta o documento. A taxa neutra é aquela que nem estimula nem desestimula a economia.

É a taxa consistente para manter o nível de atividade econômica com fomento ao pleno emprego e inflação na meta.

Quando o BC quer conter a demanda aquecida e frear a inflação, aumenta a taxa básica de juros para uma posição acima do juro neutro. Já para incentivar produção e consumo, o Copom diminui a Selic. Em caso de economia estável, com a inflação no centro da meta, a Selic tende a ficar próxima da taxa neutra. Quanto maior for o juro neutro, maior a Selic.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=16274&edicao=10934>

# "Banco Central tem tido postura cautelosa, que não deve mudar com novos diretores"

*Gabriel Roca e Víctor Rezende De São Paulo*

Diante de um Banco Central que tem mantido uma postura cautelosa, a chance de aceleração no ritmo de afrouxamento monetário parece pouco provável no curto prazo, na visão do sócio da Tendências Consultoria e ex-presidente do BC, Gustavo Loyola. Segundo ele, também, surpreendeu a mudança na comunicação do Federal Reserve na última semana, e a mensagem menos conservadora do banco central americano ainda parece carecer de uma confirmação dos dados de **inflação** e do mercado de trabalho nos EUA.

Valor: Qual a sua avaliação sobre o tom utilizado na ata e nas últimas comunicações do Copom?

Gustavo Loyola: Tem sido um tom cauteloso, de um BC que continua apontando os riscos para o cenário. É verdade que ele reconheceu a melhora em termos de **inflação** corrente, e, mais recentemente, a melhora do cenário externo. Ainda há riscos do ponto de vista fiscal e há uma incerteza natural que é própria dos processos de desinflação. Se pudesse resumir em poucas palavras, diria que o BC vem dizendo que a **inflação** está convergindo para a meta, mas que não chegou lá ainda, e que a política monetária ainda vai continuar no terreno contracionista por algum tempo. E que deve manter a sequência de cortes de juros, em meio ponto percentual a cada reunião, pelo menos até o primeiro trimestre do ano que vem.

Valor: Recentemente, cresceu a discussão sobre aceleração do ritmo de cortes. Qual a sua avaliação?

Loyola: Acho pouco provável, mas não quer dizer que seja impossível. O que poderia levar a um cenário em que o BC começa a cortar mais os juros? Acredito que uma queda maior nas expectativas de **inflação** corrente e uma melhora forte do cenário externo, com uma tendência de apreciação do real. Precisaria haver um efeito positivo sobre os preços domesticamente. Ou uma mudança no cenário fiscal. Vejo todos os eventos com probabilidade baixa. Não acho que esse cenário mais otimista tenha grande probabilidade de ocorrer agora.

Valor: Como deve se dar a continuidade do processo de afrouxamento monetário?

Loyola: Temos um cenário de que o ciclo de corte de juros termina só em 2025, mas que contém cortes mais substantivos em 2024. E que, no fim de 2024, ainda esta remos em um terreno de juros acima da taxa de equilíbrio. Nossa expectativa para a Selic terminal está em torno de 9%, enquanto calculamos o juro neutro próximo dos 8%. Pode ser que surja algum espaço adicional para corte nas taxas de juros. Se o Fed derrubar mais os juros do que está previsto nas expectativas, é possível que você tenha um espaço maior aqui no Brasil pela redução na taxa de juros de equilíbrio. Isso pode ocorrer, mas o BC tem tido uma postura bastante cautelosa e que não deve mudar com a chegada dos novos diretores no colegiado. O mais provável é que o ciclo continue da maneira que está sendo conduzido hoje e que ele seja reduzido quando o BC se aproximar mais da taxa de juros neutra.

Valor: Há riscos de desancoragem adicional das expectativas?

Loyola: Embora sempre exista risco de desancoragem, a não ser que haja uma mudança muito grande de postura do BC, acho que as expectativas devem continuar ancoradas. Não exatamente na meta de **inflação**, mas é uma ancoragem mais relativa, que os agentes econômicos acreditam que a **inflação** vai ter uma trajetória de queda, mas não em uma velocidade para se aproximar no centro da meta.

Valor: Surpreendeu a inflexão do Fed na semana passada?

Loyola: Acredito que eles formaram um cenário um pouco mais otimista sobre a **inflação**. Pode ser que tenham visto alguns sinais de maior enfraquecimento no mercado de bens e no mercado de trabalho. Eu, francamente, não acho que isso está muito claro ainda. Se você analisar, as medidas de núcleos ainda estão acima da meta de longo prazo. Por esse aspecto, o BC americano não deveria estar sinalizando um afrouxamento maior. Isso precisa ser confirmado por números mais favoráveis de **inflação** e do mercado de trabalho, principalmente.

Valor: Como interpretou a frase de que não há relação mecânica entre fatores externos e a determinação do juros no Brasil?

Loyola: Sempre há o risco de trazer para o Brasil

discussões que estão ocorrendo em outras economias. Não se pode fazer uma relação de um para um. A economia americana tem um problema fiscal. Mas a resiliência dos EUA a essa piora fiscal, a meu ver, é bem maior que a do Brasil e dos emergentes. Eles têm mais de tempo para consertar os erros do fiscal. Quando os BCs que servem de modelo adotam políticas menos conservadoras, passam um recado que os outros BCs emergentes poderiam adotar a mesma direção. Isso é, a meu ver, uma leitura equivocada, na maioria das vezes.

Valor: Nesse sentido, a manutenção da mensagem sobre o risco fiscal na ata é correta?

Loyola: É um recado correto. O que se vê ainda é uma tendência forte de aumento de gastos, com o Congresso indo nessa linha de obrigatoriedade de liberação de emendas. Parte das medidas que o governo tinha para aumentar receitas e diminuir o déficit ainda não foram aprovadas e se foram, acabaram um pouco mitigadas. Então aquele cenário que o ministro Haddad traçou no início do ano ainda não se concretizou e não há expectativa que se concretize. Isso, de fato, tem mantido presente o risco fiscal. Por outro lado, mostra que há, por parte da Fazenda, uma vontade de controlar o crescimento do déficit, nem que seja aumentando a arrecadação.

"O mais provável é que o ciclo continue da maneira que está sendo conduzido" Gustavo Loyola

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187745>

# Bancos irão se deparar com fontes de financiamento "mais voláteis"

**Laura Noonan *Financial Times***

Os bancos da zona do euro precisam se preparar para o risco de que as fontes de financiamento se tornem "mais voláteis" no ano que vem, segundo afirmou o principal supervisor bancário da região ao alertar os bancos para que evitem a complacência em meio aos problemas geopolíticos e econômicos crescentes.

Segundo o Banco Central Europeu (BCE), que supervisiona os principais bancos da zona do euro desde novembro de 2014, os bancos resistiram bem às altas taxas de juros, à turbulência do mercado e às tensões econômicas de 2023 e terminaram o ano com posições "sólidas" de capital e liquidez, mas ainda há grandes desafios sem resolver.

"A resiliência que observamos não deve levar à complacência, já que ainda existem incertezas significativas e riscos de perdas", disse o presidente do Conselho de Supervisão do BCE, Andrea Enria, na terça-feira, na sua última entrevista coletiva, já que será substituído no mês que vem pela economista alemã Claudia Buch.

Enria disse que o BCE já pressionou dois bancos a aumentarem suas posições de liquidez de forma a que possam sobreviver por um período mais longo sem precisar de auxílio excepcional, e pediu a um terceiro banco que crie uma reserva de liquidez específica para a moeda, pois os supervisores observaram vulnerabilidades de financiamento na sequência da turbulência em bancos e mercados em março.

O BCE também impôs exigências adicionais de capital para oito bancos por causa de sua exposição à alavancagem financeira. É um salto com relação aos três bancos que se viram na mesma situação um ano antes e reflete as preocupações cada vez maiores do supervisor de que os bancos não tenham feito o suficiente para lidar com a possibilidade de perdas provocadas por seus devedores mais endividados. O BCE não deu os nomes dos bancos aos quais impôs exigências adicionais de capital ou liquidez.

Em seu relatório sobre o cenário da supervisão, o BCE apontou uma "incerteza elevada" sobre as perspectivas de crescimento da zona do euro, assim como "condições de financiamento mais apertadas e aguçamento das tensões geopolíticas", risco de

aumento dos preços de alimentos e combustíveis e das taxas de juros "mais elevadas durante mais tempo", que "podem resultar em novas turbulências nos mercados financeiros".

A análise foi divulgada uma semana depois de dados da Autoridade Bancária Europeia mostrarem lucros crescentes e retornos mais elevados para os acionistas de grandes bancos europeus, cujas ações têm sido negociadas de forma persistente com avaliações bem inferiores às dos seus rivais dos Estados Unidos.

"Embora o aumento das taxas de juros tenha tido um impacto positivo na rentabilidade até o momento, os bancos precisam estar preparados para lidar com fontes de financiamento mais voláteis, custos de financiamento maiores, uma possível queda na qualidade dos ativos e mais redefinições de preços nos mercados financeiros no curto e no médio prazos", notou o BCE.

Os dirigentes do BCE mantiveram as taxas de juros em 4% em dezembro, mas reduziram as expectativas para as previsões de **inflação** geral de 2023 e 2024, em uma indicação de que as pressões econômicas podem estarem declínio.

A incerteza econômica e as taxas mais elevadas podem tornar mais difícil para os bancos financiarem suas atividades. As pressões de financiamento contribuíram para a falência de um grupo de bancos americanos em março deste ano e para a aquisição do Credit Suisse pelo UBS algumas semanas mais tarde.

O BCE informou que quer que os bancos resolvam "deficiências" nos suas colunas de ativos e passivos, que são concebidos para garantir que suas necessidades de financiamento sejam satisfeitas. Algumas das soluções que propõe são garantir que as fontes de financiamento dos bancos sejam diversificadas, de forma que não dependam excessivamente de depósitos, mercados de curto prazo ou qualquer outro tipo de financiamento, e elaborar planos de contingência sobre como lidar com as pressões do mercado de curto prazo.

Além disso, o BC também apontou deficiências na gestão do risco de crédito, que trata da forma como os bancos avaliam a probabilidade de não pagamento,

"na governança interna e na gestão dos riscos climáticos e ambientais".

"A partir de 2024, o BCE aplicará cada vez mais mecanismos e ferramentas de intensificação, que possivelmente incluirão medidas coercitivas e sanções para garantir que os bancos resolvam essas deficiências", disse Enria.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187745>

# "Temos visto melhora consistente da inflação"

**Estevão Taiar De Brasília**

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou que, por causa do comportamento benigno recente da trajetória de preços, possivelmente ele não precisará escrever uma carta justificando o descumprimento da meta de **inflação** em 2023. "Estamos nos aproximando de um quadro em que isso [não escrever a carta] é uma possibilidade real", disse na noite de ontem em evento promovido pelo jornal "Correio Braziliense", em Brasília.

Nos anos em que a **inflação** fica fora das bandas da meta, o presidente do BC precisa escrever uma carta para o ministro da Fazenda justificando o descumprimento. No acumulado de 12 meses até outubro, o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 4,68%. Já a meta de **inflação** para este ano é de 3,25%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo.

No início de sua apresentação, Campos afirmou que 2023 "foi um ano que teve algumas surpresas positivas". Ele destacou, por exemplo, que "temos visto melhora consistente [da **inflação**] no Brasil", mas de uma maneira "convergente com o que achávamos que ia acontecer, nada diferente do que esperávamos". Nesse cenário, "algumas casas começam a revisar [para baixo] as projeções de **inflação** para a frente".

Mesmo assim, o presidente do BC afirmou que "ainda temos trabalho a fazer" para trazer a **inflação** para as metas e que o Comitê de Política Monetária (Copom) tem reforçado isso em sua comunicação oficial. Uma preocupação destacada por Campos foi a **inflação** acima da meta nas projeções para prazos mais longos.

Também de acordo com ele, os "próximos meses serão fundamentais" para avaliar se a queda da **inflação** vem se consolidando. Campos citou exemplos de outros países da América Latina em que a trajetória de preços voltou a surpreender para cima recentemente.

Campos reforçou que o Copom avalia a **inflação** corrente, o hiato do produto (medida de ociosidade da economia) e expectativas de **inflação** para tomar as suas decisões. As expectativas consideradas são as

do Focus, as implícitas nos títulos públicos e as do próprio BC. Segundo o presidente, não há relação mecânica entre, de um lado, cenários externo e fiscal, e do outro, as decisões do colegiado.

Campos afirmou que o Brasil teve, "em termos de pouso suave", um cenário "que é o máximo que a gente pode esperar" no atual ciclo de queda da **inflação**. Ele destacou que o recuo da trajetória de preços ocorreu simultaneamente ao crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) e à melhora do mercado de trabalho.

Desde agosto, a Selic já recuou de 13,75% para 11,75% anuais. Segundo Campos, a taxa real de juros "basicamente caiu igual" à Selic. "A taxa de juros real é bastante alta, mas tem caído de maneira proporcional à taxa nominal", disse. "Vemos isso no crédito." Ele também afirmou que, em relação à média histórica, os juros reais "estão bem mais baixos".

Sobre um possível aumento do crescimento potencial da economia brasileira, o presidente afirmou que os questionários realizados pela autoridade monetária "mostram uma melhora" dessa variável, na avaliação dos agentes econômicos. "Parece que o efeito cumulativo das reformas tem gerado reestimativa do crescimento potencial." Ele também afirmou que, se "o crescimento despontar" mais do que o esperado estruturalmente, isso pode ajudar o Brasil em termos fiscais, ao reverter a tendência de elevação acentuada da dívida pública. A respeito do quadro fiscal, destacou a importância de buscar zerar o resultado primário no ano que vem. "Todo mundo sabe que é difícil, mas é importante perseverar, é uma luta permanente." No cenário interno, o presidente do BC ainda lembrou que a autoridade monetária calcula a taxa "neutra" de juros no Brasil em 4,5% em termos reais anuais, enquanto o mercado projeta algo entre 5% ou 5,5%. Também disse que já é possível observar quedas da inadimplência e da taxa de juros, nesse último caso "em várias modalidades".

Sobre o cenário externo, afirmou que a "grande pergunta na cabeça de banqueiros centrais é de onde virá e como vai ser o processo de desinflação daqui para a frente", passada a primeira fase desse processo. Também reconheceu que fala feita na semana passada pelo presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, "gerou ruído", com o mercado



precificando uma política monetária menos contractionista nos Estados Unidos. Por fim, disse que "provavelmente não veremos mais revisões para baixo" nas projeções de crescimento mundial para os próximos anos.

No mesmo evento, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, afirmou que o governo federal vai publicar "em breve" o decreto que transforma a meta de **inflação** de anual para contínua.

A decisão sobre a mudança na maneira como a meta é apurada foi tomada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no primeiro semestre deste ano, quando a meta de 2026 foi estabelecida em 3%. No entanto, a mudança na maneira de apuração ainda precisa ser regulamentada por meio de decreto.

"A taxa real é bastante alta, mas tem caído de maneira proporcional à taxa nominal" Campos Neto

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187745>

# PIB tem ligeira elevação após duas retrações

O Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro cresceu 0,1% em outubro ante setembro, segundo o Monitor do **PIB** apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Em relação a outubro de 2022 houve avanço de 2,4%. "Isto se deve às contribuições positivas da indústria e dos serviços. Pela ótica da demanda, destaca-se a retração de 0,5% no consumo das famílias após quatro meses consecutivos de alta, tendo havido retração em todas as categorias de consumo analisadas. É possível que esse resultado seja pontual, mas chama atenção, dado o peso do consumo no **PIB** e a influência positiva que tem representado em 2023 para o desempenho da economia", afirmou Juliana Trece, coordenadora do Monitor.

O Monitor do **PIB** antecipa a tendência do principal índice da economia a partir das mesmas fontes de dados e metodologia empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo cálculo oficial das Contas Nacionais. No acumulado em 12 meses até outubro, a atividade econômica teve crescimento de 2,9%.

No trimestre móvel encerrado em outubro ante o mesmo intervalo do ano anterior, o **PIB** teve expansão de 2%. Neste comparativo o consumo das famílias subiu 2,6%, mantendo a trajetória de desaceleração no ritmo de crescimento, com menor contribuição em todas as categorias de consumo. "Ainda assim, observa-se que, à exceção do consumo de produtos semiduráveis, todas as demais categorias de consumo cresceram", enfatizou a FGV em nota.

A Formação Bruta de Capital Fixo, que mede investimentos no **PIB**, recuou 6,2% no trimestre até outubro de 2023 ante o trimestre até outubro de 2022.

"Este recuo é explicado pelas retrações nos ramos de máquinas e equipamentos e construção", detalhou outro trecho da nota.

A exportação de bens e serviços registrou crescimento de 11,4% no trimestre encerrado em outubro, puxada por produtos agropecuários e indústria extrativa mineral, enquanto a importação encolheu 5,4% em razão de menor entrada no país de bens intermediários importados.

O **PIB** alcançou R\$ 8,95 trilhões de janeiro a outubro, e a taxa de investimento ficou em 17,1% em outubro.

**Site:**

**[https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo  
/?numero=16274&edicao=10934](https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=16274&edicao=10934)**